

TEORIA E EVIDÊNCIA ECONÔMICA

COMPETITIVIDADE E ORIENTAÇÃO REGIONAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE UVA

Leticia Favaretto

Juliana Favaretto

Fernanda Cigainski Lisbinski

Daniel Arruda Coronel

A IMPORTÂNCIA DO ENTORNO PARA A FELICIDADE: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA LITERATURA ECONÔMICA

Abilio Henrique Berticelli de Freitas

Stefano Florissi

HUMANIZAÇÃO ECONÔMICA: O IMPACTO DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA NAS COMUNIDADES LOCAIS

Rui Quintas da Costa

IMPACTOS DA FLEXIBILIZAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA SOBRE OS AGREGADOS MACROECONÔMICOS:
UMA ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO SOB METAS DE INFLAÇÃO NO PERÍODO 2011-2019

Felipe Santos Tostes

Graciela Aparecida Profeta

RELAÇÃO ENTRE OS PREÇOS DOS ALIMENTOS E DAS COMMODITIES AGROPECUÁRIAS

Kellen Cristina Campos Fernandes

Reginaldo Santana Figueiredo

COMÉDIAS ROMÂNTICAS: SITUAÇÕES DE CONSUMO E IDEALIZAÇÃO SOCIAL

Cleber Nelson Dalbosco

Brazilian Journal of Theoretical and Applied Economics

ANO 26 | n. 54 | jan./jun. 2020

ISSN On-line 2318-8448
ISSN Impresso 0104-0960

**TEORIA E
EVIDÊNCIA
ECONÔMICA**



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Bernadete Maria Dalmolin

Reitora

Edison Alencar Casagrande

Vice-Reitor de Graduação

Antônio Thomé

Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Rogério da Silva

Vice-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Cristiano Roberto Cervi

Vice-Reitor Administrativo

Verner Luis Antoni

Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas,
Administrativas e Contábeis

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,
ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
Ciências Econômicas (B)

Coordenadora: Cleide Fátima Moretto

Administração (B)

Coordenador: Anderson Neckel

Ciências Contábeis (B)

Coordenador: Rodrigo Marciano da Luz

Agronegócio (CST)

Coordenadora: Valquiria Paza

Gestão Comercial (CST)

Coordenador: João Rafael Alberton

Gestão de Recursos Humanos (CST)

Coordenador: Róger Belin

Logística (CST)

Coordenador: Henrique Dias Blois

Comércio Exterior (CST)

Coordenadora: Nadia Mar Bogoni

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO

Coordenador: Luiz Fernando Fritz Filho

CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FEAC

Coordenador: João Paulo Gardelin

Coordenador de Pesquisa: Julcemar Bruno Zilli

Coordenadora de Extensão: Amanda Guareschi

Coordenador de Pós-Graduação: Marcos Elmar de
Figueiredo Nickhorn

Editor

André da Silva Pereira

Fundador

Marco Antonio Montoya

Capa

Agecom/Nexpp

Suporte técnico

Gustavo Dória

Teoria e Evidência Econômica é uma publicação semestral da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade de Passo Fundo, que tem por objetivo a divulgação de trabalhos, ensaios, artigos e resenhas de caráter técnico da área de economia e demais ciências sociais.

Teoria e Evidência Econômica

Brazilian Journal of Theoretical and Applied Economics

ISSN On-line 2318-8448
ISSN Impresso 0104-0960

CONSELHO EDITORIAL

Armando Vaz Sampaio (UFPR)
Becky Moron de Macadar (PUCRS)
Bernardo Celso de R. Gonzales (BB)
Carlos José Caetano Bacha (USP)
Carlos Ricardo Rossetto (UNIVALI)
Cesar A. O. Tejada (UFAL)
Denize Grzybowski (UPF)
Derli Dossa (EMBRAPA)
Eduardo Belisário Finamore (UPF)
Gentil Corazza (UFRGS)
Geraldo Santana de Camargo Barros (USP)
João Carlos Tedesco (UPF)
Joaquim Bento de Souza Ferreira Filho (USP)
Joaquim J. M. Guilhoto (USP)
João Rogério Sanson (UFSC)
José Luiz Parré (UEM)
José Vicente Caixeta Filho (USP)
Karen Beltrame Becker Fritz (UPF)
Luciano Javier Montoya (EMBRAPA)
Marcelo Portugal (UFRGS)
Marco Antonio Montoya (UPF)
Marina Silva da Cunha (UEM)
Nali de Jesus de Souza (PUCRS)
Oriowaldo Queda (USP)
Patrícia Raggi Abdallah (FURG)
Paulo Fernando Cidade de Araújo (USP)
Paulo Waquil (UFRGS)
Ricardo Silveira Martins (UNIOESTE)
Roberto Serpa (UFV)
Thelmo Vergara Martins Costa (UPF)

CIP – Catalogação na Publicação

Teoria e evidência econômica / Universidade de Passo Fundo.
Faculdade de Economia e Administração. – Ano 1, n. 1
(mar. 1993). – Passo Fundo : Ed. Universidade de Passo
Fundo, 1993. –
v. : il.; 22 cm.

Semestral.

A partir do v. 9, n. 16 (maio 2001) foi incorporado um
subtítulo, passando a se chamar Teoria e evidência econômica :
Brazilian journal of theoretical and applied economics.
ISSN 0104-0960

1. Economia. 2. Ciências sociais.

CDU: 33

Biblioteca Daiane Citadin Raupp CRB 10/1637



EDITORA
editoraupf.br
www.upf.br/editora

Coordenadora da UPF Editora

Janaina Rigo Santin

Revisão

Cristina Azevedo da Silva

Programação visual

Rubia Bedin Rizzi

Sumário

Apresentação	6
Competitividade e orientação regional das exportações brasileiras de uva	7
Competitiveness and regional orientation of the Brazilian grape exports	
Competitividad y orientación regional de las exportaciones brasileñas de uva	
<i>Leticia Favaretto</i>	
<i>Juliana Favaretto</i>	
<i>Fernanda Cigainski Lisbinski</i>	
<i>Daniel Arruda Coronel</i>	
A importância do entorno para a felicidade: evidências empíricas da literatura econômica	33
The importance of the surroundings for happiness: empirical evidence from economic literature	
La importancia del entorno para la felicidad: evidencia empírica de la literatura económica	
<i>Abilio Henrique Berticelli de Freitas</i>	
<i>Stefano Florissi</i>	
Humanização económica: o impacto da economia social e solidária nas comunidades locais	62
Humanización económica: el impacto de la economía social y solidaria en las comunidades locales	
Economic humanization: the impact of the social and solidarity economy on local communities	
<i>Rui Quintas da Costa</i>	
Impactos da flexibilização da política monetária sobre os agregados macroeconômicos: uma análise do caso brasileiro sob metas de inflação no período 2011-2019	77
Impacts of monetary policy easing on macroeconomic aggregates: an analysis of the Brazilian case under reporting targets in the period 2011-2019	
Impactos de la flexibilización de la política monetaria en los agregados macroeconómicos: un análisis del caso brasileño bajo metas de reporte en el período 2011-2019	
<i>Felipe Santos Tostes</i>	
<i>Graciela Aparecida Profeta</i>	
Relação entre os preços dos alimentos e das <i>commodities</i> agropecuárias	115
Relación entre los precios de los alimentos y los productos agrícolas	
Relationship between food prices and agricultural commodities	
<i>Kellen Cristina Campos Fernandes</i>	
<i>Reginaldo Santana Figueiredo</i>	

Comédias românticas: situações de consumo e idealização social	132
Romantic comedies: situations of consumption and social idealization	
Comedia romántica: situaciones de consumo e idealización social	
<i>Cleber Nelson Dalbosco</i>	
Diretrizes para autores.....	162

Apresentação

É com muita satisfação que apresento mais um número da revista *Teoria e Evidência Econômica* (RTEE), a primeira do ano de 2020 (v. 26, n. 54, 2020). A discussão dos trabalhos, mais uma vez, foi diversa e instigante: comércio exterior, mensuração da felicidade, humanização econômica, mercado do agronegócio, dentre outros temas interessantes. *A competitividade e a orientação regional das exportações brasileiras de uva* mostrou a força desse setor que pode muito evoluir em direção ao mercado externo e à busca de divisas. Em *A importância do entorno para a felicidade: evidências empíricas da literatura econômica*, os autores apresentaram o enfoque do bem-estar e seu ambiente. *A Humanização econômica: impacto da economia social e solidária nas comunidades locais* pesquisa as grandes muralhas da economia real nas comunidades locais. Em *Impactos da flexibilização da política monetária sobre os agregados macroeconômicos: uma análise do caso brasileiro sob metas de inflação no período 2011/2019* e *Relação entre os preços dos alimentos e das commodities agropecuárias*, a discussão é mais robusta quanto aos impactos nos preços e nas séries quantitativas econométricas. Finalizamos com o trabalho *Comédias românticas: situações de consumo e idealização social*, que busca relacionar antropologia do consumo, comunicação, cinema, história e cultura. Instigante leitura.

Espero que as discussões e seus textos e conclusões, apresentados pelos artigos, possam servir aos leitores como estímulos de busca de novos meios científicos de evolução pessoal e de mercado. Gostaria de agradecer a confiança dos nossos autores e renovar o convite para novos e intrigantes temas de pesquisas futuras.

Atenciosamente,

Andre da Silva Pereira

Editor

Revista *Teoria e Evidência Econômica*

Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis

Universidade de Passo Fundo

Competitividade e orientação regional das exportações brasileiras de uva

*Leticia Favaretto**

*Juliana Favaretto***

*Fernanda Cigainski Lisbinski****

*Daniel Arruda Coronel*****

Resumo

Este estudo buscou analisar a competitividade e a orientação regional das exportações de uvas frescas produzidas no Brasil, no período 2000 a 2017. Para atingir esse objetivo, utilizaram-se os seguintes indicadores de comércio internacional: Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), Taxa de Cobertura (TC) e Índice de Orientação Regional (IOR). Os resultados indicam que, na maior parte do período analisado, o Brasil teve vantagem comparativa revelada. Além disso, durante todo o período, as exportações superaram as importações, e as exportações possuem forte orientação para os dois principais importadores do produto, que são Holanda e Reino Unido. Entretanto, o produto vem perdendo espaço no comércio internacional, portanto, é necessário que haja maiores incentivos à produção de uva para que o país consiga maior inserção nesse mercado, que possui grande potencial.

Palavras-chave: Uvas frescas. Competitividade. Orientação.

* Discente do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Bolsista de Iniciação Científica (Pibic) do CNPq. E-mail: leticiafavaretto18@gmail.com

** Discente do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFSM e Bolsista de Iniciação Científica (Pibic) do CNPq. E-mail: julianafavaretto07@hotmail.com

*** Discente do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da UFSM. E-mail: fernandacl32@hotmail.com

**** Professor Associado do Curso de Graduação em Ciências Econômicas e dos Programas de Pós-Graduação de Economia e Desenvolvimento, Gestão de Organizações Públicas e Agronegócios da UFSM e Bolsista de Produtividade do CNPq/UFSM. E-mail: daniel.coronel@uol.com.br

Introdução

Em 2018, as frutas frescas geraram US\$ 8,2 bilhões em exportações totais mundiais. Comparado ao ano de 2017, em 2018, as exportações de frutas cresceram 11,3%, passando de US\$ 7,37 bilhões para US\$ 8,2 bilhões. Destaca-se que o comércio de frutas representa 0,045% do comércio mundial total. Os principais exportadores são Tailândia (20%), Nova Zelândia (18,66%), Vietnã (8,8%), Itália (6,6%) e Hong Kong (5,4%). E os principais mercados de destino dessas frutas são União Europeia (53,6%), Estados Unidos (18,9%), China (13,9%), Rússia (5,1%) e Canadá (4,8%) (OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2020).

Dentro do agronegócio brasileiro, a fruticultura é um setor muito importante, pois, além de ser uma atividade bastante rentável para os produtores, emprega quantidade expressiva de mão de obra e tem um enorme potencial como alternativa para expansão das exportações de produtos agrícolas (VITTI, 2009). Além disso, o mercado de hortifrútis conta com boas perspectivas de expansão, devido a mudanças no padrão de consumo, em que há maior preocupação dos consumidores com a sua alimentação e com problemas relacionados a obesidade, colesterol, entre outros, fazendo com que os consumidores optem por produtos mais saudáveis, ricos em vitaminas e sais minerais (ALVES, 2009).

Em 2017, a China foi a maior produtora de frutas no mundo, seguida da Índia e do Brasil, que ocupou a terceira posição (SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ, 2020). No entanto, de acordo com a Associação Brasileira de Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (ABRAFRUTAS) (2019a), embora o Brasil seja o terceiro maior produtor de frutas no mundo, apenas 3% do que é produzido destina-se ao mercado externo, por isso o país ocupa a modesta 23ª posição no *ranking* de exportações. Nesse sentido, o Brasil tem buscado ampliar sua participação na comercialização de frutas no mercado internacional. Em 2019, o volume de exportações aumentou 16% em relação a 2018, passando de 848 milhões de toneladas para 980 milhões de toneladas, e a uva foi a terceira fruta que mais gerou receitas de exportação, ficando atrás somente da manga e do melão (ABRAFRUTAS, 2020). Dessa forma, evidenciam-se a importância da uva na pauta de exportações brasileiras e o seu impacto na geração de renda e divisas para o país.

A produção de uvas no Brasil ocorre em diversos estados, sendo a Região Sul a maior produtora, com destaque para o estado do Rio Grande do Sul, e a Região

Nordeste é a segunda maior produtora, mais especificamente o Vale do São Francisco, que engloba os estados da Bahia e de Pernambuco (MELLO, 2018). Entretanto, no que diz respeito às exportações, no ano de 2019, os dados do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2020) indicaram que o Vale do São Francisco foi responsável por aproximadamente 98,5% das exportações nacionais de uva, o que destaca a relevância das exportações da fruta para a geração de emprego e renda nessa região.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar a competitividade, o desempenho e a orientação das exportações de uvas frescas brasileiras no comércio internacional, no período de 2000 a 2017. Para atingir esse objetivo, foram utilizados os seguintes indicadores de comércio internacional: Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), Taxa de Cobertura (TC) e Índice de Orientação Regional (IOR).

Na literatura, encontram-se alguns trabalhos que analisaram a competitividade das uvas brasileiras, como os de Amaral *et al.* (2016), Silva, Ferreira e Lima (2016) e Silva Filho, Santos e Silva (2017), todos sob uma perspectiva regional, mas o diferencial deste estudo é fazer uma análise das exportações do país como um todo e analisar a orientação das exportações. A relevância desta pesquisa está no fato de que os resultados podem ajudar na tomada de decisões e elaborações de políticas públicas voltadas ao setor produtor de uvas para exportação, a fim de dinamizar a produção e promover maior inserção do produto no mercado internacional.

O artigo estrutura-se em quatro seções, além desta introdução. Na seção dois, é apresentado o referencial teórico, no qual são discutidas as principais teorias do comércio internacional, bem como uma breve revisão de literatura acerca dos indicadores de competitividade utilizados; na seção três, são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa; na seção quatro, apresentam-se os resultados; e, na última seção, são apresentadas as conclusões.

Referencial teórico

O comércio internacional consolidou-se após a formação do Estado Moderno, no entanto, tal prática ocorre desde os primórdios da humanidade (REZENDE FILHO, 2008). Ao longo da história, vários economistas se dedicaram a compreender as razões pelas quais os países comercializavam entre si e, assim, formularam suas teorias acerca do comércio internacional.

No ano de 1776, Adam Smith apresentou a teoria das Vantagens Absolutas em seu livro intitulado *A riqueza das nações: investigações sobre a natureza e suas causas*, no qual postulava que uma nação deveria se especializar na produção das *commodities* em que possuísse vantagens absolutas¹ e trocar parte dessa produção por *commodities* que produzisse em desvantagens absolutas (SALVATORE, 1998). Entretanto, sua teoria continha algumas limitações, entre elas, o fato de que, se um determinado país não possuísse vantagem absoluta em nenhum produto, não poderia participar do comércio internacional (RAINELLI, 1998).

Em 1817, David Ricardo publicou o livro *Princípios de economia política e tributação*, nele apresenta a teoria das Vantagens Comparativas². Buscando corrigir as falhas da teoria de Adam Smith, a teoria de Ricardo propõe que, mesmo que uma nação não possua vantagem absoluta na produção de *commodities*, esta teria possibilidade de comércio internacional ao especializar-se na produção da *commodity* de menor desvantagem absoluta, alocando seus recursos de forma que venha a garantir a maximização da produção.

Krugman e Obstfeld (2001) fizeram algumas observações a respeito do modelo ricardiano e afirmaram que, no mundo real, nenhum país se especializa na produção de somente um produto. A especialização extrema não ocorre devido a alguns fatores, tais como a existência de mais de um fator de produção, o protecionismo e, em alguns casos, o alto custo de transporte, que inviabiliza a importação de certos produtos e faz com que os países sejam autossuficientes em determinados setores.

Anos mais tarde, Eli Heckscher e Bertil Ohlin desenvolvem a teoria neoclássica do comércio internacional ou teoria de Heckscher-Ohlin. Essa teoria pressupõe que as vantagens comparativas do comércio internacional ocorrem devido às diferenças de recursos entre os países. Segundo o Teorema de Heckscher-Ohlin, cada nação exportará a *commodity* que for intensiva em seu fator de produção abundante e importará a *commodity* que for intensiva em seu fator de produção escasso e de maior custo (WILLIAMSON, 1998). Para Gremaud *et al.* (2010, p. 551):

[...] a diferença entre a teoria das vantagens comparativas de Ricardo e a teoria neoclássica é que, enquanto a primeira postula que todos os países envolvidos no comércio internacional possuem a mesma função de produção e estrutura tecnológica, a segunda diz que as diferenças de tecnologias são cruciais para explicar as diferenças de custos e padrão de comércio.

Novas abordagens foram desenvolvidas visando maiores robustez e consistência nos resultados mensurados por meio de modelos teóricos de comércio internacional. O Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), formulado por

Balassa (1965), é um destes e busca comparar as vantagens dos produtos entre as regiões, considerando-se tal vantagem como revelada, pois seu cálculo baseia-se em dados pós-comércio. Contudo, esse índice possui limitações, pois desconsidera questões relacionadas ao protecionismo e a mudanças no câmbio. Além disso, esse índice trata importações e exportações separadamente, quando a vantagem comparativa está relacionada ao comércio líquido (BOWEN, 1983).

Outros métodos utilizados para explicar os fluxos de comércio internacional são o Índice de Taxa de Cobertura (TC), que verifica se a região ou o país é comprador ou vendedor do produto no comércio mundial, e o Índice de Orientação Regional (IOR) formulado por Yeats (1997), o qual procura analisar o destino das exportações. De acordo com Colle *et al.* (2014), o IOR foi utilizado inicialmente na literatura brasileira para analisar os impactos da formação do Mercosul no período de 1988 a 1994. É um método útil, mas apresenta algumas limitações, visto que não trata de questões de eficiência na produção e as informações transmitidas são restritas a um único ponto do tempo, o que dificulta a percepção de vários fatores, como vantagem comparativa, custos de transporte e barreiras comerciais (COLLE *et al.*, 2014).

Diante disso, vários são os estudos que se utilizam desses métodos para explicar fenômenos atrelados ao comércio internacional. Destacam-se, neste estudo, os que tratam da competitividade e do desempenho das exportações frutíferas, especialmente da uva, tendo como análise as exportações do país, dos estados ou de regiões específicas. Silva *et al.* (2011) avaliaram o comportamento das exportações brasileiras de mamão e se as exportações do produto estão sendo orientadas para países da União Europeia e do Tratado Americano de Livre Comércio (Nafta). Para isso, utilizaram o modelo *Constant-Market-Share*, os índices de Orientação Regional (IOR) e de Cobertura (IC). O período analisado corresponde aos anos de 1995 a 2008. Os principais resultados demonstraram que o efeito que apresentou maior contribuição para o desempenho das exportações brasileiras de mamão, no primeiro período, foi a competitividade, seguido, no segundo período, pelo comércio mundial e pelo efeito destino das exportações. O IOR indicou que as exportações da fruta estão mais direcionadas para os países da União Europeia do que para os do Nafta. E o IC constatou que o Nafta emitiu maior número de notificações ao mamão brasileiro se comparado ao bloco europeu.

Brandão *et al.* (2012) verificaram, por meio do Índice de Orientação Regional (IOR), se as exportações brasileiras de café estão sendo destinadas aos principais importadores. O período de análise compreendeu os anos de 2000 a 2009. Os

resultados demonstraram que as exportações de café são cada vez menos direcionadas para Canadá, Países Baixos, França, Itália, Bélgica, Espanha e Eslovênia, e mais voltadas para Suécia, Finlândia, Japão, Alemanha e EUA.

Silva *et al.* (2015) analisaram o comportamento do mercado exportador de frutas nordestinas e a existência de vantagens comparativas nas exportações dessas *commodities*. Para isso, utilizaram-se do Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) e do Índice de Orientação Regional (IOR). O período analisado correspondeu aos anos de 1999 a 2013. Os resultados apontaram que a Região Nordeste apresentou vantagens comparativas reveladas na produção de frutas quando comparada às demais regiões do mundo. Porém, o IOR apontou que as exportações de frutas nordestinas estão sendo orientadas para os países europeus.

A manga e a uva figuram entre as principais frutas exportadas pelo país em termos de valor monetário, e esse fato motivou Silva, Ferreira e Lima (2016) a estudarem a competitividade das exportações desses produtos no Vale Submédio do São Francisco. Para isso, utilizaram o método de *Constant-Market-Share* (CMS) e o Índice de Vantagem Comparativa Revelada de Vollrath (RCAV). Ambas as frutas apresentaram vantagem comparativa revelada para todo o período analisado, sendo mais elevados os resultados para a uva. Em relação às fontes de crescimento das exportações de manga e uva, o efeito competitividade foi o maior impulsionador do aumento das exportações para o período.

Amaral *et al.* (2016) analisaram o desempenho das exportações de uvas na região do Vale do Rio São Francisco comparando-as às produções das Regiões Sul e Sudeste do país, no período de 2005 a 2014. Para estudar a competitividade das exportações de uvas, os autores usaram alguns indicadores, a saber: Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), Taxa de Cobertura (TC), Índice de Contribuição ao Saldo Comercial (ICSC) e Posição Relativa de Mercado (PRM). Os resultados indicaram que o Vale do Rio São Francisco possui maior competitividade no mercado exportador, contudo, Sul e Sudeste se destacam pelo volume de produção.

Ainda com relação às exportações de uvas, Silva Filho, Santos e Silva (2017) buscaram analisar a sua competitividade no estado de Pernambuco. Metodologicamente, utilizaram-se da construção de indicadores clássicos de comércio internacional, tais como o Índice de Vantagem Comparativa (VRE) e Competitividade Revelada (CRV). Os resultados revelaram que, apesar da alta competitividade internacional, as exportações de uvas de mesa mantiveram-se elevadas ao longo do período 1997-2016. O indicador de vantagem comparativa revelou um desempenho

acentuado do produto na pauta de exportação do estado. Em relação à competitividade revelada, os resultados foram significativos na maioria dos anos analisados.

Santos e Sousa (2017) propuseram-se a analisar a competitividade das exportações do melão produzido no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Bahia e em Pernambuco, para o período de 2000 a 2015. No estudo, foram empregados os Índices de Vantagem Comparativa Revelada e de Vantagem Comparativa Revelada de *Vollrath*. Além desses índices, foi empregado também o modelo *Constant-Market-Share*, com o intuito de identificar as fontes de crescimento das exportações do produto. Os indicadores de competitividade revelaram que o Rio Grande do Norte e o Ceará possuem vantagens comparativas para o melão. Além disso, a competitividade e o crescimento do comércio mundial mostraram-se como efeitos mais importantes para o crescimento das exportações na comparação entre subperíodos.

Após, Santos e Sousa (2019), em novo trabalho, analisaram a competitividade das exportações de banana dos estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, tendo como base o período de 2003 a 2017. Os autores utilizaram os Índices de Vantagem Comparativa Revelada de Balassa (IVCR), Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS) e Vantagem Comparativa Revelada de *Vollrath* (RCAV) e o modelo *Constant Market Share*. Os resultados apontaram que os estados do Rio Grande do Norte e de Santa Catarina apresentaram vantagem comparativa em relação ao Brasil, já o Paraná apresentou desvantagem comparativa nas exportações da fruta, conforme resultados do IVCR, do IVCRS e do RCAV. Por meio dos índices utilizados, os autores verificaram a presença de vantagem comparativa nas exportações de banana para o Ceará, a partir de 2006, e para o Rio Grande do Sul, de 2012 a 2015. Com relação ao resultado do modelo *Constant Market Share*, o efeito destino das exportações foi o que mais contribuiu no desempenho das exportações de banana, e o efeito competitividade foi determinante no terceiro período analisado.

Metodologia

Nesta seção, apresenta-se o método analítico do estudo, por intermédio de três indicadores, que são Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), Taxa de Cobertura (TC) e Índice de Orientação Regional (IOR). Por meio desses índices, o presente trabalho busca analisar a competitividade da uva brasileira e o desempenho das suas exportações.

Índice de Vantagem Comparativa Revelada

O Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) mede a intensidade da especialização do comércio internacional de um país relativamente a uma região ou ao mundo, é fundamentado na Lei das Vantagens Comparativas de David Ricardo e foi proposto inicialmente por Bela Balassa (1965). O indicador de IVCR é apresentado na Equação (1):

$$VCR_{ij} = \frac{(X_{ij}/X_i)}{(X_{zj}/X_z)} \quad (1)$$

Em que: X_{ij} = representa o valor das exportações brasileiras do produto j ; X_i = representa o valor total das exportações brasileiras; X_{zj} = representa o valor das exportações mundiais do produto j ; X_z = representa o valor total das exportações mundiais; i = exportações brasileiras; z = exportações mundiais; j = uvas frescas.

Os resultados do índice podem variar de zero a infinito. Se for maior que 1, o país apresenta vantagem comparativa revelada. Se o resultado for menor que 1, o país não apresenta vantagem comparativa revelada. Sendo o resultado igual a 1, o país não tem vantagem e nem desvantagem no comércio do produto. Quanto maior for o índice, maior a vantagem comparativa do país.

Taxa de Cobertura

A Taxa de Cobertura (TC) é utilizada para relacionar as exportações e as importações e define-se como o quociente entre as exportações e as importações de determinado bem. Tal indicador é obtido pela Equação (2):

$$TC_{rj} = \frac{X_{rj}}{M_{rj}} \quad (2)$$

Em que: X_{rj} = valor das exportações brasileiras do produto j ; M_{rj} = valor das importações brasileiras do produto j ; e j = uvas frescas.

Se o resultado for maior que 1, as exportações superam as importações, e isso significa que o produto contribui para o superávit da balança comercial. Quando o resultado for menor que 1, as importações superam as exportações, e o produto não está contribuindo para o aumento do saldo da balança comercial.

Índice de Orientação Regional

O Índice de Orientação Regional (IOR) se baseia nos estudos de Yeats (1997) em um contexto de mudanças nos padrões de comércio com os acordos regionais. É expresso pela Equação (3):

$$IOR_{rj} = \frac{(X_{rj}/X_{tr})}{(X_{oj}/X_{to})} \quad (3)$$

Em que: X_{rj} = valor das exportações brasileiras do produto j ; X_{tr} = valor total das exportações brasileiras intrabloco; X_{oj} = valor das exportações brasileiras do produto j extrabloco; X_{to} = valor total das exportações brasileiras extrabloco; e j = uvas frescas.

O IOR, assim como o IVCR, varia de zero a infinito. Se o resultado for 1, existe uma mesma tendência para exportar o produto para membros do bloco e não membros do bloco. Se o indicador de orientação regional apresentar valores crescentes ao longo do tempo, existe uma tendência para exportar mais para o bloco.

Fonte de dados

Para o cálculo dos indicadores, as informações referentes às exportações e às importações brasileiras de uva, bem como às exportações brasileiras totais, foram obtidas no Sistema para Consulta e Extração de Dados do Comércio Exterior Brasileiro (COMEXSTAT), o qual se baseia na declaração de exportadores e importadores. Utilizou-se, ainda, a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) de oito dígitos, com seu respectivo código (0806.10.00), que corresponde a uvas frescas. Para obtenção de dados referentes às exportações mundiais de uva e às exportações mundiais totais, utilizaram-se os sites da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) e do *The World Bank*.

Análise e discussão dos resultados

Caracterização do mercado exportador de uva brasileiro

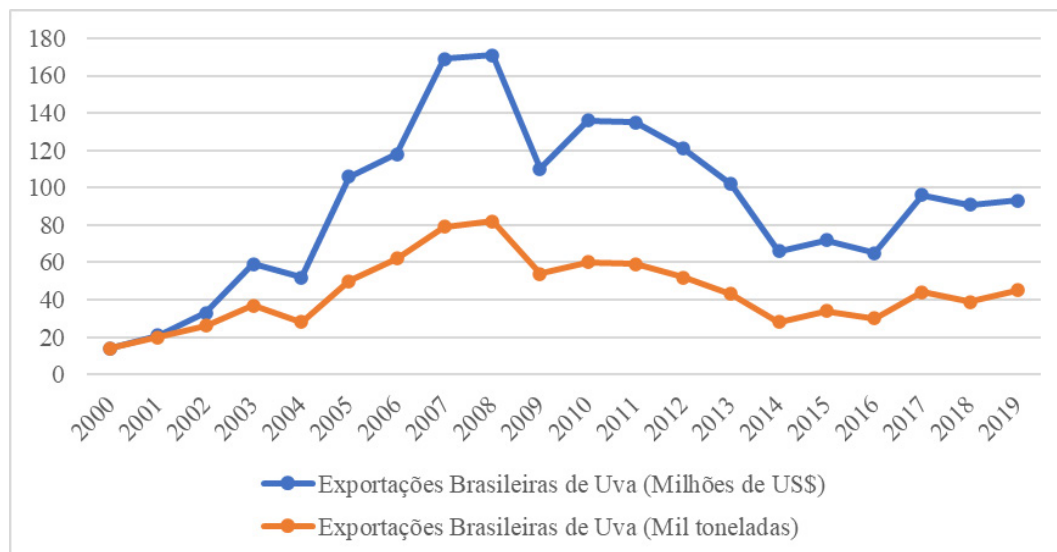
Os estados da Bahia e de Pernambuco são os principais exportadores brasileiros de uva. De acordo com dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(Embrapa) (2019), a produção de uvas no Brasil, em 2018, foi de 1.592.242 toneladas, 5,22% menor que em 2017. Destaca-se que a Região Sul é a maior produtora desse fruto, representando 58,91% do total produzido pelo país, no entanto, essa produção é destinada à fabricação de vinhos e espumantes. A Região Nordeste é a segunda maior produtora de uva e, em 2018, contribuiu com 31,52% da produção total do país. No mesmo ano, a região apresentou aumento de 12,78% em sua produção, comparado ao ano anterior. A maior parte desta produção concentra-se no Vale do Rio São Francisco, sendo que a produção de uvas no estado de Pernambuco foi de 423.382 toneladas no ano de 2018, apresentando um crescimento de 8,48%, comparado ao ano anterior, e, no estado da Bahia, essa produção foi de 75.378 toneladas, 47,54% maior quando comparada a 2017 (MELLO, 2018).

Destaca-se que a exportação de uva, entre os anos 2017 e 2019, tem permanecido constante (conforme observado na Figura 1). Ao analisar o cenário brasileiro de exportações de uva, é possível observar que, do ano 2000 a 2003, as exportações do produto aumentaram cerca de 22%. Em 2004, ocorreu uma diminuição das exportações do produto, e isso se deve a condições climáticas decorrentes de fortes chuvas, que provocaram redução da oferta de uva bem como dos padrões de qualidade do produto para exportação, conforme apontado por Veloso, Correa e Lima-Filho (2009) e Silva, Ferreira e Lima (2016). No período de 2005 a 2008, as exportações desse produto voltaram a crescer e apresentaram um crescimento de cerca de 1.310%, se comparado ao ano de 2000. Destaca-se que, em 2008, ocorreu o maior volume de exportações desse produto, atingindo um valor de US\$ 171 milhões, e o equivalente a 82 milhões de quilogramas de uva.

No entanto, em 2009, houve uma redução brusca do volume de exportações de uva, uma diminuição de cerca de 35,6%. Segundo Mello (2009), as exportações brasileiras de uva decaíram em 2009, cerca de 54.560 toneladas (33,65%) a menos do que no ano anterior. Isso se deve à crise mundial que ocorreu em 2008, situação que provocou desestímulo e abandono de alguns produtores de parreirais do Nordeste brasileiro, que não produziram em 2009. Além disso, as fortes chuvas que ocorreram no Vale do Rio São Francisco provocaram rachaduras de bagas, tornando parte da produção inapropriada para exportação.

Figura 1 – Exportações brasileiras de uva no período de 2000 a 2019



Fonte: COMEXSTAT (BRASIL, 2020).

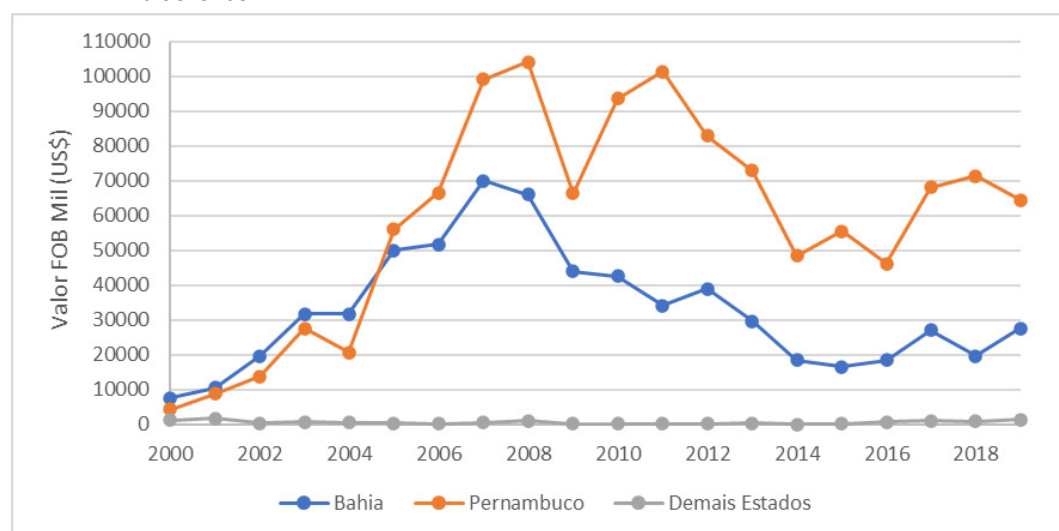
Em 2010, as exportações tiveram um leve aumento, no entanto, em 2012, tornaram a cair, situação que perdurou até o ano de 2014. A queda das exportações nesse período é reflexo da crise financeira dos Estados Unidos e da queda do dólar, em 2008, no entanto, em 2012, a taxa de câmbio foi o principal fator que contribuiu para a queda das exportações de uva (SILVA; FERREIRA; LIMA, 2016). No ano de 2013, a alta no preço foi muito pequena, além disso, a venda da uva para o mercado externo caiu devido ao prolongamento da colheita nos Estados Unidos, um dos principais importadores do produto, e na Grécia, que abastecia os países da Europa (AMARAL *et al.*, 2016). Em 2014, ainda se presenciavam os reflexos dos últimos dois anos, além disso, a situação se agravou, pois a região do Vale do Rio São Francisco, principal produtora e exportadora de uva, ainda não havia recuperado todo o seu potencial produtivo, devido à quebra de safra nos dois últimos anos decorrentes do clima quente e seco (CEPEA, 2016).

Em 2015, o volume de exportação do produto voltou a apresentar crescimento, cerca de 18% se comparado a 2014, mantendo-se constante em 2016. Em 2017, ocorreu um novo crescimento no volume de exportações, cerca de 31% em comparação a 2016, mantendo-se constante até 2019. De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) (2019), a participação do Brasil no

mercado europeu apresentou um crescimento de 4% em 2014 e de 6% em 2018, e isso se deve, em parte, ao acordo de cooperação econômica Mercosul-União Europeia. Como ocorreu a isenção das tarifas da uva, também houve aumento da exportação desse produto a países europeus.

Diante disso, é possível perceber que os principais estados exportadores de uva brasileira são Pernambuco e Bahia, conforme se observa na Figura 2.

Figura 2 – Exportações dos estados da Bahia e de Pernambuco em relação aos demais estados brasileiros

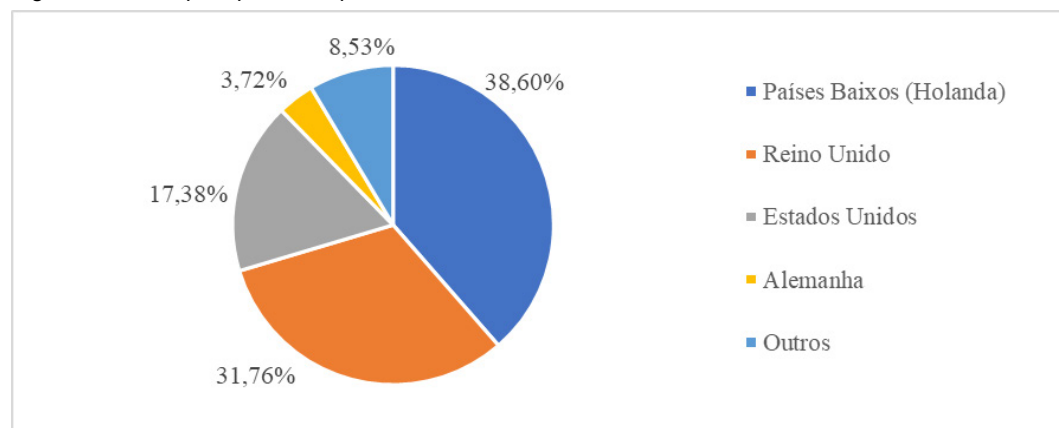


Fonte: COMEXSTAT (BRASIL, 2020).

Ao analisar a Figura 2, é possível perceber que a série histórica das exportações de uva dos estados é semelhante ao padrão apresentado pela série correspondente às exportações do Brasil, seguindo, dessa forma, os mesmos efeitos descritos anteriormente para o caso do Brasil. Além disso, ressalta-se que o volume de exportações dos dois estados, em 2019, correspondeu a cerca de 98,57% do total exportado pelo país. De acordo com Silva e Coelho (2010), a produção de uva no Nordeste brasileiro concentra-se, sobretudo, na região do submédio do Vale do Rio São Francisco, localizada nos sertões de Pernambuco e da Bahia. Essa região é favorecida pelo alto potencial de recursos naturais e pelos altos investimentos públicos e privados em projetos voltados à irrigação, sendo por isso que esta cultura vem apresentando grande expansão ao longo dos anos nessa região.

Os principais mercados de destinação da uva brasileira, no ano de 2019, foram Países Baixos (Holanda) (38,60%), Reino Unido (31,76%), Estados Unidos (17,38%) e Alemanha (3,72%), conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Principais países importadores de uva brasileira em 2019



Fonte: COMEXSTAT (BRASIL, 2020).

Destaca-se que o setor fruticultor brasileiro apresenta grande potencial de crescimento, no entanto, possui algumas limitações. De acordo com Carvalho (2009), as principais limitações apresentadas pelo setor de fruticultura brasileiro, principalmente pela Região Nordeste, são as dificuldades de adaptação do produtor aos padrões de exigências do mercado internacional, pois a fruticultura normalmente é uma prática do pequeno produtor, e este, muitas vezes, não possui condições financeiras para investir em sistemas de produção mais eficientes ou para se adaptar a determinados padrões de qualidade. Além disso, existem as questões climáticas e a falta de políticas que incentivem, por meio de linhas de crédito, a produção voltada ao mercado internacional.

Para as exportações da uva brasileira, cujo destino principal é a Europa, Aires e Julião (2017, p. 13) destacam que:

[...] o maior desafio está na janela de envio limitada em três meses, pois a safra grega vai até setembro, e, enquanto a Europa está produzindo, incide uma tarifa de importação sobre o produto brasileiro, o que reduz de forma significativa sua competitividade, e, a partir de novembro, a produção de uvas no Brasil é afetada pelo período típico de chuvas.

Além disso, Palmieri e Barbieri (2019) apontam que, a depender do período do ano, a tarifa sobre a uva brasileira varia de 11,5% a 14%, enquanto os principais concorrentes do Brasil já são isentos. Portanto, o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, com isenção de tarifas, teria alto impacto sobre as exportações da uva brasileira, com a possibilidade de ampliação das janelas de exportação.

Análise dos indicadores de comércio internacional

Índice de Vantagem Comparativa Revelada

Analisando a Tabela 1, que traz os resultados da aplicação do Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) e a evolução desses resultados, pode-se afirmar que o Brasil possui vantagens comparativas nas exportações de uva, tendo em vista que, na maior parte do período estudado, o índice foi superior à unidade, entretanto, a partir de 2009, os resultados começaram a diminuir sistematicamente, revelando perda de competitividade, mas esse ciclo foi interrompido em 2017, quando cessou a queda e o valor do índice foi igual à unidade, sinalizando que o país pode estar recuperando a competitividade.

Tabela 1 – Índice de Vantagem Comparativa Revelada das uvas frescas brasileiras (2000-2017)

Anos	IVCR	Anos	IVCR
2000	0,69	2009	1,72
2001	0,96	2010	1,74
2002	1,40	2011	1,44
2003	2,11	2012	1,32
2004	1,65	2013	1,06
2005	2,56	2014	0,75
2006	2,78	2015	0,85
2007	3,20	2016	0,78
2008	2,63	2017	1,00

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa, 2020.

Constata-se que, nos dois primeiros anos da série, 2000 e 2001, o resultado do índice foi menor que a unidade, o que significa desvantagem comparativa, entretanto, a partir de 2002, com uma maior inserção do Brasil no comércio internacional, o país passou a ter resultados superiores à unidade. De acordo com Vitti

(2009), a partir dos anos 2000, frutas como a uva, o limão e a maçã, que até então eram pouco exploradas, ganharam maior espaço no comércio internacional devido à adoção de políticas governamentais, entre elas, incentivo à produção em áreas pouco exploradas como o Vale do Rio São Francisco, certificação da fruta, melhora da qualidade e dos meios de distribuição.

O ano de 2004 registrou uma “quebra” na tendência crescente do índice, pois ele diminuiu se comparado a 2003, e o valor das exportações também diminuiu, entretanto, isso se deve a condições climáticas. As fortes chuvas provocaram redução na oferta de uva, bem como redução dos padrões de qualidade do produto para exportação, conforme apontado por Veloso, Correa e Lima-Filho (2009). O melhor resultado do IVCR foi no ano de 2007, quando o índice atingiu o valor de 3,20, encerrando a trajetória crescente do IVCR. No ano seguinte, 2008, o Brasil registrou o maior volume de exportações de uva de todo o período analisado. No entanto, o IVCR foi menor do que no ano anterior, e isso se deve ao fato de que as exportações totais brasileiras, em 2008, apresentaram um aumento expressivo se comparado aos anos anteriores, proporcionalmente maior do que o aumento das exportações de uva, refletindo-se em queda do índice.

No ano de 2009, houve redução acentuada do índice, provavelmente em função da queda brusca das exportações. Como explicado na seção anterior, esta queda é reflexo das fortes chuvas que atingiram o Nordeste, mais especificamente o Vale do Rio São Francisco. Além disso, o mercado interno apresentou bom desempenho enquanto o mercado internacional sentia os reflexos da crise financeira, que acabou diminuindo a demanda por produtos importados (AIRES; JULIÃO, 2017). Conforme Oliveira, Lopes e Moreira (2011), também pode haver relação com as maiores exigências de supermercados europeus, principal mercado de destino da uva brasileira, para adoção de certificados que atestassem a qualidade do produto brasileiro e, assim, houve necessidade de ajustes na produção.

No período que compreende os anos de 2014 a 2016, o índice volta a apresentar resultados menores que a unidade, ou seja, a uva brasileira não poderia mais ser considerada competitiva no comércio internacional. De acordo com Barbieri *et al.* (2018), a baixa competitividade do Brasil nesse período é explicada por diversos fatores, entre eles, o fato da concorrência à uva brasileira ter aumentado muito na Europa, já que a janela atrativa de demanda ocorre no segundo semestre, quando finalizam as safras da Grécia e da Itália, entretanto, nesse período, países como Peru, Turquia e Namíbia também fornecem a fruta ao bloco, além disso, a janela de exportações para

os Estados Unidos ficou mais estreita, pois houve prolongamento nas safras da Califórnia e do México. Por fim, períodos chuvosos durante a colheita da uva no Brasil limitaram os embarques, tanto pela redução do volume como da qualidade.

No ano de 2017, o IVCR foi exatamente igual à unidade, sinalizando que o produto pode estar voltando a ser competitivo no comércio internacional, ademais, as exportações aumentaram consideravelmente, se comparadas aos três anos anteriores. De acordo com Palmieri e Julião (2017), após a forte queda da receita obtida com frutas frescas a partir de 2009, o que não ocorreu somente no Brasil, o setor apresentou indícios de recuperação no mercado internacional. Segundo Barbieri *et al.* (2018), em 2017, as exportações de uva brasileira ganharam mais espaço em razão da introdução de novas variedades, podendo estender o calendário de exportação, e isso demonstra que a uva brasileira tem potencial para aumentar sua competitividade.

Além disso, houve investimento em pesquisa, visando ao melhoramento da qualidade da uva produzida na Região Nordeste, tornando possível a sua colheita ao longo de todo o ano. Ademais, esse melhoramento permitiu a elaboração de suco, algo que há pouco mais de seis anos não era viável, mesmo diante das condições favoráveis de solo e clima na região, principal exportadora do produto *in natura* (EMBRAPA, 2019).

Taxa de Cobertura

A taxa de cobertura, cujos resultados estão expostos na Tabela 2, correlaciona as exportações e as importações de determinado produto, por meio dela é possível saber se o país é comprador ou exportador do bem no comércio mundial.

Tabela 2 – Taxa de cobertura das uvas frescas brasileiras (2000-2017)

Ano	TC	Ano	TC
2000	1,61	2009	5,10
2001	3,55	2010	3,78
2002	4,71	2011	2,64
2003	11,84	2012	2,24
2004	13,02	2013	1,73
2005	16,12	2014	1,07
2006	10,55	2015	1,45
2007	11,34	2016	1,42
2008	11,54	2017	2,46

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa, 2020.

Durante todo o período analisado, as exportações brasileiras de uvas frescas superaram as importações, portanto, a contribuição da uva para o saldo da balança comercial brasileira sempre foi positiva. A trajetória dos resultados desse indicador foi crescente até 2005, quando atingiu o ápice, e o período entre 2006 e 2008 foi o melhor em termos de exportação, entretanto, as importações também aumentaram consideravelmente, o que levou a uma leve redução da taxa de cobertura.

Para Deleo *et al.* (2012), a partir de 2009, tornou-se nítida a preferência dos produtores, especialmente os do Vale do Rio São Francisco, pelo mercado nacional, e os fatores que influenciaram esta mudança foram a diminuição do poder de compra dos consumidores europeus e norte-americanos em função da crise de 2008, a ampliação do calendário de comercialização dos concorrentes, que acirrou a competição na janela de exportação brasileira, a consolidação da classe média no Brasil e o aumento do poder aquisitivo da população. Todos esses fatores foram cruciais para atrair o olhar dos produtores ao mercado interno, e, consequentemente, houve diminuição das exportações e da taxa de cobertura.

A queda da taxa de cobertura persistiu até 2014, quando atingiu o menor valor de toda a série. Para Oliveira, Pagliuca e Julião (2014), nesse ano, houve redução nas exportações de uva em função do embargo russo, que impediu a compra de frutas dos EUA, da União Europeia, da Austrália, do Canadá e da Noruega, o que elevou a disponibilidade de uva no continente europeu e diminuiu a demanda pela fruta brasileira. Outro fato que levou à diminuição das exportações da fruta, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (2018), foi a crise produtiva enfrentada pelos produtores de uvas na safra de 2016, no Rio Grande do Sul, decorrente das fortes chuvas enfrentadas pelo estado, e, apesar da leve recuperação no ano de 2017, os últimos anos apresentam consequências desse período. Destaca-se, ainda, que a importação de uva pelo Brasil, inclusive vinda da Europa, também aumentou, fazendo com que a relação entre exportações e importações de uvas frescas ficasse muito próxima da unidade. Além disso, as importações brasileiras de uvas e seus derivados aumentam a cada ano, justificando a queda gradativa do índice. Isso se deve, em parte, às políticas de isenção tributária no comércio com os países integrantes do Mercosul e com o Chile, possibilitando, assim, a entrada de produtos estrangeiros a preços mais competitivos no mercado brasileiro (CONAB, 2018).

Índice de Orientação Regional

O Índice de Orientação Regional (IOR), apresentado na Tabela 3, permite analisar se as exportações de determinado produto, neste caso a uva, estão orientadas para determinados países. Para o presente trabalho, foram escolhidos a Alemanha, os Estados Unidos, a Holanda e o Reino Unido, pois são os maiores importadores do produto, visto que foram responsáveis por 86% das importações da uva brasileira em 2017 (BRASIL, 2020).

Tabela 3 – Índice de Orientação Regional de uvas frescas brasileiras (2000-2017)

Ano	IOR Alemanha	IOR Estados Unidos	IOR Holanda	IOR Reino Unido
2000	1,49	0,11	21,49	5,95
2001	1,29	0,01	32,57	8,82
2002	0,69	0,06	29,46	20,07
2003	0,53	0,12	29,00	16,35
2004	0,51	0,36	26,21	15,56
2005	0,27	0,70	35,03	14,88
2006	0,28	1,68	27,00	12,62
2007	0,78	1,02	18,32	17,75
2008	0,40	2,34	12,84	17,41
2009	0,38	2,74	14,11	15,73
2010	0,30	3,05	17,02	16,20
2011	0,59	4,09	14,93	17,59
2012	0,68	1,86	18,93	21,28
2013	2,36	0,63	14,15	31,96
2014	2,22	0,02	19,57	35,70
2015	4,36	0,20	19,69	36,20
2016	3,87	0,18	20,38	26,22
2017	3,88	0,49	29,73	24,05

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa, 2020.

Ao analisar a Tabela 3, observa-se que Holanda e Reino Unido sempre tiveram resultados bastante superiores à unidade, e, assim, as exportações estão mais orientadas para estes blocos, entretanto, o comportamento do índice durante o período é bastante instável. Verifica-se, então, que os países da União Europeia são os principais destinos da uva brasileira. Ressalta-se que esse bloco importou cerca de 67% do total de frutas exportadas em 2017 e cerca de 75% da uva embarcada. As maiores compras de uva foram efetuadas pelos Países Baixos (Holanda) (36%)

e pelo Reino Unido (32%). O terceiro maior importador foi Estados Unidos (17%) (BRASIL, 2020).

Com relação à Holanda, apesar de ser o maior importador e principal destino da uva brasileira, somente a partir de 2014 o índice apresentou crescimento ano após ano. Dentre os 110 países destinados à exportação de frutas em 2018, a Holanda se manteve na liderança, sendo o principal destino de frutas *in natura* e frutas e seus derivados (BRASIL, 2020). Os bons resultados da Holanda podem ser explicados pelo fato de que boa parte das frutas produzidas no Brasil destinadas à Europa passam pelo estratégico Porto de Roterdã, na Holanda, que é o maior do continente, ou seja, o país é um importante centro de distribuição de frutas na Europa (ABRAFRUTAS, 2019b). Além disso, a via marítima torna-se mais viável, ou é a que apresenta menor custo para transportar uvas para seu destino, e as vias aérea e rodoviária são meios de transporte utilizados por apenas 0,1% e 0,6%, respectivamente, do total exportado de uvas brasileiras (FONSECA; XAVIER; COSTA, 2010).

No caso do Reino Unido, a trajetória de seus resultados é mais uniforme, mas também apresenta oscilações, mesmo assim, pode-se dizer que há uma forte tendência de exportar para este país. Conforme Rodrigues (2012), as exportações da uva brasileira apresentaram taxas de crescimento expressivas, e o país se tornou competitivo no mercado europeu devido à melhoria da qualidade da produção dessa fruta, que se tornou bastante aceita naquele mercado, sobretudo no Reino Unido. Nos últimos anos, o Brasil vem atendendo à exigência do mercado importador, visando à diminuição no nível de agrotóxicos e à preservação do meio ambiente, o que é valorizado pelas populações da Europa e do Reino Unido.

Quanto aos resultados de orientação regional da Alemanha, nos dois primeiros anos da série, com resultados superiores à unidade, as exportações da uva brasileira eram orientadas ao país, no entanto, entre 2002 e 2012, o índice ficou abaixo da unidade, e a recuperação veio a partir de 2013, com o melhor resultado em 2015. Desde então, o índice tem se mantido estável, o que significa que o Brasil exporta quantidade significativa de uvas para a Alemanha, mas não se pode afirmar que há tendência de crescimento ou diminuição das exportações intrabloco.

Segundo Roenne (2018, p. 35),

[...] o desempenho das exportações de frutas para a Alemanha tem sido modesto. Os dados demonstram decréscimo das importações alemãs, tendo como origem o Brasil, de 7%, em relação ao valor, no período de 2012 e 2016. No entanto as exportações de frutas brasileiras estão longe de esgotar as suas possibilidades de inserção e aumento no grande mercado que é a Alemanha.

Percebe-se que os consumidores locais estão cada vez mais atentos à saúde, à qualidade e à segurança dos alimentos, de forma que o foco na promoção dos benefícios das frutas brasileiras para a saúde e a melhoria da qualidade destas poderiam impulsionar o crescimento do consumo na Alemanha.

Para os Estados Unidos, o indicador revelou-se superior à unidade apenas para o período de 2006 a 2012, e dados do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2020) demonstram que, desde 2011, o Brasil vem perdendo espaço no mercado norte-americano, e isso se reflete no Índice de Orientação Regional. Esta questão tem relação com o fato de que a produção de uva nos Estados Unidos, sobretudo no estado da Califórnia, principalmente das variedades tardias, tem aumentado, o que provocou a diminuição das exportações brasileiras da fruta para o mercado norte-americano (CEPEA, 2011). Outro fator que tem contribuído para a diminuição das exportações de frutas é que o mercado norte-americano tem dado preferência às frutas vindas do México, de forma que, no início de 2018, o mercado norte-americano se encontrava saturado de frutas mexicanas, o que também provocou queda no preço da fruta brasileira devido ao excesso de oferta (CEPEA, 2018).

Por fim, destaca-se que o mercado internacional, sobretudo o europeu, está se tornando cada vez mais exigente no que se refere à importação de frutas. Além disso, Peru e Índia apresentaram, nos últimos anos, crescimento expressivo no mercado mundial de uva, tomando parte do mercado brasileiro (AIRES; JULIÃO, 2017). Dessa forma, inserir-se em um mercado extremamente exigente e altamente competitivo não é uma tarefa banal, pois o mercado internacional de frutas está longe de ser facilmente dominado, e isso se deve às barreiras fitossanitárias e às preferências comerciais com mudanças relacionadas à produção, à comercialização, à legislação e à logística (RODRIGUES, 2012).

Considerações finais

O presente trabalho teve por objetivo analisar a competitividade e a orientação das exportações brasileiras de uva fresca durante o período dos anos 2000 a 2017. Para atingir esse objetivo, utilizaram-se o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), a Taxa de Cobertura (TC) e o Índice de Orientação Regional (IOR), para os principais países importadores do bem.

Os resultados, em termos de vantagens comparativas reveladas, demonstraram que, na maior parte do período analisado, a uva brasileira foi competitiva. Entretanto, nos últimos anos, especialmente a partir de 2009, os resultados do índice caíram sistematicamente, revelando perda de competitividade. O índice foi afetado principalmente pela crise internacional, por questões climáticas e por fatores externos, como preços e colheitas nos países concorrentes, que fizeram com que o produto brasileiro perdesse competitividade no comércio internacional. O resultado, no ano de 2017, sinaliza para uma recuperação do índice.

A taxa de cobertura demonstrou que o saldo da balança comercial de uvas sempre foi positivo, mesmo que, durante todo o período estudado, o Brasil tenha importado uva, as exportações sempre foram maiores. Portanto, o produto é um bom gerador de divisas ao país. A partir de 2009, com a economia internacional em crise, houve um maior direcionamento para o mercado interno e, por consequência, a taxa de cobertura diminuiu. Atingiu o menor resultado em 2014, em função do embargo russo, que reduziu a demanda pela uva brasileira na Europa. A partir de 2015, a taxa de cobertura apresentou uma leve recuperação, que persistiu nos anos seguintes. A conjuntura econômica interna e os investimentos realizados refletiram em aumento das exportações e melhora do índice.

Em relação ao Índice de Orientação Regional, foi possível observar que as exportações estão fortemente orientadas para os dois principais importadores da uva brasileira, que são Holanda e Reino Unido. Ademais, de 2013 em diante, as exportações tornaram-se orientadas para a Alemanha também. Com relação aos Estados Unidos, os resultados do IOR comprovam que, a partir de 2012, o Brasil perdeu espaço no mercado de uvas norte-americano.

Os resultados encontrados corroboram o fato de que o Brasil possui grande potencial na produção de uvas para exportação. Porém, para que se possa alcançar resultados melhores em termos de competitividade no comércio internacional, fazem-se necessários maiores investimentos em linhas de crédito, especialmente ao pequeno produtor, para que ele possa se adequar às exigências do mercado internacional, produzir de forma mais eficiente e tornar-se menos suscetível às questões climáticas. Além disso, a redução de tarifas sobre a importação da uva brasileira, fruto de acordos comerciais, teria alto impacto sobre as exportações do produto, pois a redução do preço aumentaria sua competitividade e possibilitaria a ampliação das janelas de exportação.

Como limitação do trabalho, destaca-se que os índices são estáticos e, portanto, não incluem questões qualitativas, como barreiras comerciais, condições climáticas, preços, entre outros. Para uma análise mais robusta, sugere-se a utilização de Modelos de Equilíbrio Geral Computável e de Alocação Espacial, que permitem simular cenários mais complexos e mensurar o impacto de políticas econômicas.

Competitiveness and regional orientation of the Brazilian grape exports

Abstract

The purpose of this study is to analyze the competitiveness and the regional orientation of the fresh grapes exports produced in Brazil, in the period of 2000 to 2017, for this purpose, international trade indicators were used, as the Revealed Comparative Advantage (RCA), the Coverage Rate (CT) and the Regional Orientation Index (ROI). The results presented that, in most part of the analyzed period, Brazil had comparative advantage revealed. Besides, throughout this period the exports exceeded imports, and the exports had a strong orientation towards the two main importers of the product, Netherlands and United Kingdom. However, the product has been losing ground in international trade, therefore, it is necessary to have greater incentives for grape production, so the country can achieve greater insertion in this market that has great potential.

Keywords: Fresh grapes. Competitiveness. Orientation.

Competitividad y orientación regional de las exportaciones brasileñas de uva

Resumen

El propósito de este estudio es analizar la competitividad y la orientación regional de las exportaciones de uvas frescas producidas en Brasil, en el período de 2000 a 2017, para ello se utilizaron indicadores de comercio internacional, como la Ventaja Comparativa Revelada (RCA), la tasa de cobertura (CT) y el índice de orientación regional (ROI). Los resultados presentaron que, en la mayor parte del período analizado, Brasil tenía una ventaja comparativa revelada. Además, a lo largo de este período las exportaciones superaron a las importaciones, y las exportaciones tuvieron una fuerte orientación hacia los dos principales importadores del producto, Holanda y Reino Unido. Sin embargo, el producto ha ido perdiendo terreno en el comercio internacional, por lo que es necesario contar con mayores incentivos para la producción de uva, para que el país pueda lograr una mayor inserción en este mercado que tiene un gran potencial.

Palabras clave: Uvas frescas. Competitividad. Orientación.

Notas

- ¹ A Teoria das Vantagens Absolutas afirma que cada país deve especializar-se na fabricação de um bem, aquele que apresenta produção mais eficiente comparado a outros bens, de forma que as transações comerciais entre duas nações basear-se-iam na demanda de um produto cuja produção tem origem de uma vantagem absoluta, ou seja, a produção daquele bem é mais favorável para o país que exporta do que para o importador (CARMO; MARIANO, 2010).
- ² A Teoria das Vantagens Comparativas afirma que cada nação deve se especializar na produção de determinado bem que for relativamente mais eficiente, quando comparado a outros bens, por meio da análise comparativa entre custos de produção daquele bem nos países considerados; e importação de bens que apresentem um custo de produção interna maior (CARMO; MARIANO, 2010).

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES EXPORTADORES DE FRUTAS E DERIVADOS – ABRAFRUTAS. *Clipping*. 2019a. Disponível em: <https://abrafrutas.org/2019/03/07/brasil-e-o-terceiro-maior-produtor-de-frutas-do-mundo-diz-abrafrutas/>. Acesso em: 28 maio 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES EXPORTADORES DE FRUTAS E DERIVADOS – ABRAFRUTAS. *Clipping*. 2019b. Disponível em: <https://abrafrutas.org/2019/07/05/fruta-brasileira-tipo-exportacao/>. Acesso em: 26 maio 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES EXPORTADORES DE FRUTAS E DERIVADOS – ABRAFRUTAS. *Dados e Estatísticas*. 2020. Disponível em: <https://abrafrutas.org/2020/01/28/8825/>. Acesso em: 28 maio 2020.
- AIRES, H. S.; JULIÃO, L. Uva: Brasil perde espaço, mas embarque pode subir com novas variedades. *Revista Hortifruti Brasil*, n. 163, p. 13, Piracicaba, SP, nov. 2017. Disponível em: <https://www.hfbrasil.org.br/br/revista/acessar/completo/ha-espaco-para-exportar-mais-a-uniao-europeia.aspx>. Acesso em: 22 maio 2020.
- ALVES, L. M. M. *Uma análise das exportações da fruticultura cearense e brasileira: o caso do abacaxi e da melancia*. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- AMARAL, G. V. *et al.* O desempenho das exportações brasileiras de uva: uma análise da competitividade da região do vale do São Francisco no período de 2005 a 2014. *Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, BA, n. 5, p. 1-17, nov. 2016.
- BALASSA, B. *Trade liberalization and “Revealed” comparative advantage*. Oxford: Manchester School of Economic and Social Studies, 1965.
- BARBIERI M. G. *et al.* Especial Frutas: Brasil tem potencial para ser mais forte no mundo das frutas. *Revista Hortifruti Brasil*, Piracicaba, SP, n. 184, p. 8, nov. 2018. Disponível em: <https://www.hfbrasil.org.br/br/revista/acessar/completo/especial-frutas.aspx>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- BOWEN, H. P. On the Theoretical Interpretation of Indices of Trade Intensity and Revealed Comparative Advantage. *Weltwirtschaftliches Archiv*, v. 119, n. 3, p. 464-472, 1983.
- BRANDÃO, F. S.; CEOLIN, A. C.; GIANEZINI, M.; RUVIARO, C. F.; DIAS, E. A.; BARCELLOS, J. A. J. Orientação para mercado externo do café brasileiro. *Coffee Science*, Lavras, v. 7, n. 3, p. 275-283, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.sbicafe.ufv.br/handle/123456789/7924>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Estatísticas*. 2020. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 05 maio 2020.

CARMO, E. C.; MARIANO J. *Economia Internacional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARVALHO, D. *Um gargalo perigoso – país sabe produzir, mas perde na hora de comercializar*. Desafios do desenvolvimento – IPEA, 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1228:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 19 maio 2020.

CEPEA. *Exportação de Uva*. 2016. Disponível em: <https://www.hfbrasil.org.br/br/exportacao-de-uva.aspx>. Acessado em: 19 maio 2020.

CEPEA. Hortifrúti/Cepea. *Impactos do acordo Mercosul-UE ao mercado de uva*. 2019. Disponível em: <https://www.hfbrasil.org.br/br/hortifruti-cepea-impactos-do-acordo-mercadosul-ue-ao-mercado-de-uva.aspx>. Acesso em: 19 maio 2020.

CEPEA. Hortifrúti/Cepea. *Exportação aos Estados Unidos registram lentidão em 2018*. 2018. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/diarias-de-mercado/manga-cepea-exportacao-aos-estados-unidos-registram-lentidao-em-2018.aspx>. Acesso em: 07 jul. 2020.

CEPEA. Hortifrúti/Cepea. *Uva: safra nordestina para exportação começa em setembro*. 2011. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/br>. Acesso em: 07 jul. 2020.

COLLE, A. C.; CAETANI, M. I.; TRINDADE, C. S.; ALVIN, A. M. *Análise das vantagens comparativas e orientação regional das exportações das carnes suína, bovina e de frango do Rio Grande do Sul entre 2000 e 2013*. 2014. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa15-analisevantagenscomparativasorientacaoregional.pdf>. Acesso em: 14 maio 2020.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. *Uva Industrial*. 2018. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuário-e-extrativista/analises-do-mercado/historico-mensal-de-uva>. Acesso em: 02 jul. 2020.

DELEO, J. P. B. *et al.* Gestão Sustentável – Uva. *Revista Hortifruti Brasil*, Piracicaba, SP, n. 118, p. 8, nov. 2012. Disponível em: hfbrasil.org.br/br/revista/acessar/especial-uva-vale-do-sao-francisco-de-olho-no-consumidor-brasileiro.aspx. Acesso em: 24 jun. 2020.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ – SEAB. Departamento de Economia Rural (DERAL). *Prognóstico 2020*. Fruticultura: Análise de Conjuntura. 2020. Disponível em: http://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-01/fruticultura_2020.pdf. Acesso em: 14 maio 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. *Ciência coloca o Nordeste no circuito de produção de suco de uva de qualidade*. 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/40698686/ciencia-coloca-o-nordeste-no-circuito-de-producao-de-suco-de-uva-de-qualidade>. Acesso em: 07 jul. 2020.

FONSECA, H. V. P.; XAVIER, L. F.; COSTA, E. F. Análise das exportações de uvas frescas brasileiras: uma estimação gravitacional a partir do modelo de regressões aparentemente não relacionadas. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 81-98, 2010.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *FAOSTAT*. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data>. Acesso em: 05 maio 2020.

GREMAUD, A. *et al.* *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2010.

KRUGMAN, P. R.; OBSTEFELD, M. *Economia internacional – teoria e política*. São Paulo: Makron Books, 2001.

MELLO, L. M. R. *Atuação do Brasil no Mercado Vitivinícola Mundial*. 2009. Disponível em: <http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=21292&secao=Artigos%20Especiais>. Acesso em: 19 maio 2020.

MELLO, L. M. R. Vitivinicultura brasileira: Panorama 2018. *Comunicado Técnico*, v. 175, n. 1, p. 6, 2018.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. *Statistics*. 2020. Disponível em: <https://oec.world/pt/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

OLIVEIRA, F. V.; PAGLIUCA, L. G.; JULIÃO, L. Uva. *Revista Hortifruti Brasil*, v. 13, n. 140, nov. 2014. Disponível em: <https://www.hfbrasil.org.br/br/revista/acessar/especial-uva-niagara-toma-espaco-da-uva-fina-em-sp.aspx>. Acesso em: 25 maio 2020.

OLIVEIRA, J. E. M.; LOPES, P. R. C.; MOREIRA, A. N. *Produção integrada no Vale do São Francisco: situação e perspectivas – a produção integrada de uvas como caso de sucesso*. CONBRAF – Congresso Brasileiro de Fitossanidade, Jabotical, SP, p. 6, 2011. Disponível em:

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/38283/1/Eudes-palestras.pdf>. Acesso em: 22 maio 2020.

PALMIERI, F. G.; BARBIERI, M. G. Acordo Mercosul-UE deve favorecer competitividade de fruta brasileira. *Revista Hortifruti Brasil*, n. 195, p. 9, Piracicaba – SP, nov. 2019. Disponível em:

<https://www.hfbrasil.org.br/br/revista/acessar/completo/acordo-mercosul-e-ue-deve-favorecer-competitividade-do-br.aspx>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PALMIERI, F. G.; JULIÃO, L. Especial Frutas: Há espaço para exportar mais à UE? *Revista Hortifruti Brasil*, n. 163, p. 13, Piracicaba – SP, nov. 2017. Disponível em: <https://www.hfbrasil.org.br/br/revista/acessar/completo/ha-espaco-para-exportar-mais-a-uniao-europeia.aspx>. Acesso em: 22 jun. 2020.

RAINELLI, M. *Nova teoria do comércio internacional*. Bauru: EDUSC, 1998.

REZENDE FILHO, C. de B. *História Econômica Geral*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RODRIGUES, J. *Competitividade das exportações brasileiras de frutas para o mercado europeu*. 2012. 107 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

ROENNE, V. V. *O Mercado de Frutas na Alemanha*. Embaixada do Brasil na Alemanha, Setor de Promoção Comercial, Pesquisa de Mercado – PMR. Berlin, 2018. Disponível em: <https://investexportbrasil.dpr.gov.br/Arquivos/PesquisasMercado/PMR-Alemanha-Frutas-2018.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

SALVATORE, D. *Economia internacional*. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

SANTOS, J. L. S.; SOUSA, E. P. Competitividade das exportações brasileiras de melão. *Revista de Política Agrícola*, v. 26, n. 3, jul./ago./set. 2017.

SANTOS, J. L. S.; SOUSA, E. P. Competitividade das exportações brasileiras de banana. *Revista Estudo & Debate*, v. 26, n. 2, 2019.

SILVA, P. C. G.; COELHO, R. C. Caracterização social e econômica da cultura da videira. *LEÃO, PCS Cultivo da Videira*, Embrapa Semiárido, Sistema de Produção, v. 2, 2010.

SILVA, F. A. *et al.* Competitividade das exportações brasileiras de mamão, 1995 a 2008. *Revista de Economia e Agronegócio*, v. 9, n. 3, 2011.

SILVA, R. A. da; CORONEL, D. A.; LOPES, M. M.; BENDER FILHO, R. Competitividade das exportações nordestinas de frutas para a União Europeia (1999-2013). *Revista de Administração da UEG*, v. 6, p. 57-74, 2015.

SILVA, T. J. J.; FERREIRA, M. de O.; LIMA, J. R. F. A competitividade das exportações de manga e uva do Vale Submédio do São Francisco. *Revista de Política Agrícola*, v. 25, n. 4, out./nov./dez. 2016.

SILVA FILHO, L. A.; SANTOS, P. L.; SILVA, J. L. M. Competitividade internacional na comercialização de uvas frescas de Pernambuco. *Perspectiva Econômica*, v. 13, n. 1, p. 44-58, 2017.

THE WORLD BANK. *Goods exports (BoP, current US\$)*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/BX.GSR.MRCH.CD?view=chart>. Acesso em: 05 maio 2020.

VELOSO, A. F.; CORREA, C. C.; LIMA-FILHO, D. O. Desempenho das exportações brasileiras de uva de mesa no período de 1990 a 2005. *Informações Econômicas*, SP, v. 39, n. 2, fev. 2009.

VITTI, A. *Análise da competitividade exportações brasileiras de frutas selecionadas no mercado internacional*. Tese (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2009.

WILLIAMSON, J. *A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

YEATS, A. Does Mercosur's Trade Performance Raise Concerns about the Effects of Regional Trade Arrangements? *Policy Research Working Paper*, The World Bank, n. 1729, 1997.

A importância do entorno para a felicidade: evidências empíricas da literatura econômica

*Abilio Henrique Berticelli de Freitas**
*Stefano Florissi***

Resumo

Busca-se, na literatura empírica, evidências de como variáveis econômicas, institucionais e contextuais influenciam a felicidade dos indivíduos. Após comentar sobre os fundamentos metodológicos e comportamentais que dão sustentação ao artigo, os autores dividem as subseções de acordo com variáveis temáticas. O principal resultado que se sobressai ao longo de todo o trabalho é a importância daquilo que nos cerca para o nosso bem-estar.

Palavras-chave: Bem-estar. Felicidade. Fellow-feeling. Contexto. Ambiente.

* Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e mestrando em Economia e Gestão Pública pela Université de Montpellier (França). E-mail: abiliofreitas2@gmail.com

** Doutor em Economia pela University of Illinois at Urbana Champaign (EUA) e professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS. E-mail: florissi01@gmail.com

Introdução

O presente artigo tem por objetivo explorar as relações entre diversas variáveis econômicas, contextuais e institucionais e a felicidade. Explora-se variáveis como idade, tamanho da cidade em que se vive, desemprego, inflação, renda, desigualdade, crescimento econômico, democracia, instituições que propiciam participação popular, *status* civil, prática de caridade e voluntariado. De forma geral, quais são os fatores que costumam influenciar o bem-estar subjetivo? Particularmente, qual o papel do entorno para a felicidade?

A investigação é feita a partir da literatura teórica e empírica. Busca-se elaborar observações que conectem os resultados obtidos, procurando criar um fio condutor que propicie uma visão panorâmica de como a felicidade pode ser afetada por fatores endógenos e exógenos ao indivíduo. Assim, começamos com uma seção destinada a discorrer sobre a medição subjetiva da felicidade, sobre alguns *insights* da Economia Comportamental e sobre a conceituação e a origem do *fellow-feeling*. A partir disso, investigam-se então as correlações entre as variáveis, divididas por seções, e a felicidade.

Antes de iniciar, vale ressaltar que existe certo debate sobre o uso de termos como “felicidade”, “satisfação” e “bem-estar”, girando em torno de qual deles seria o mais apropriado em cada situação. Existem visões bem distintas entre si, de modo que não se escolheu nenhum dos termos exclusivamente, usando-os de forma intercambiável. Além disso, para fins de simplificação, são usados os termos “estar feliz” e “ser feliz” indistintamente.

Felicidade e comportamento: fundamentos

O uso de medidas subjetivas de satisfação como uma *proxy* para a utilidade se mostra uma ferramenta importante, na linha de que a própria pessoa é a melhor juíza de sua própria felicidade. Conforme Ferrer-i-Carbonell (2013), medidas como “0-10” ou “muito ruim-muito bom” para responder a perguntas como “quão feliz você está com a sua vida?” são consistentes na medida em que se observa empiricamente que a maior parte das pessoas as interpreta de forma semelhante – os indivíduos conseguem prever bem o nível de satisfação que determinada pessoa sente a partir de observações dela, por exemplo. Conforme Ribeiro (2015), é sólida

a evidência de alta correlação entre mensurações objetivas, subjetivas e mistas, sendo as mensurações subjetivas as mais utilizadas por serem as mais factíveis em estudos de larga escala. Segundo Graham e Felton (2006), os economistas, ao utilizarem a abordagem do bem-estar subjetivo, têm encontrado padrões consistentes dentro de um país e entre países, ao passo que os psicólogos têm encontrado consistência nas respostas a esses questionários, com relação a medidas psicológicas de bem-estar – há alta correlação entre satisfação autorreportada e medidas psicológicas mais objetivas de felicidade, como a quantidade de sorrisos durante um questionário ou as mudanças nos músculos faciais.

Um ponto chave que aparece em Ferrer-i-Carbonell (2013) é a preferência por utilizar dados em painel em vez de dados *cross-section*, que deixam o pesquisador suscetível ao humor do entrevistado – seu carro pode ter quebrado no dia da entrevista – e também a fatores não observados da personalidade das pessoas – alguns indivíduos são mais felizes que outros independentemente de qualquer variável (GRAHAM; FELTON, 2006). Usando-se dados em painel, acompanha-se o mesmo indivíduo por vários anos, dessa forma isolando características pessoais não observadas e diminuindo esses fatores não observados como um todo, ao avaliar, de fato, a mudança provocada na felicidade do indivíduo devido aos acontecimentos que têm lugar em sua vida, abordagem chamada de *individual fixed effects* (FERRER-I-CARBONELL, 2013). Usar dados em painel parece ser, de fato, melhor, apesar da dificuldade de isolar o fator “idade/experiência”, já que remove esses efeitos de endogeneidade.

Kahneman (2012) aborda as heurísticas de decisão e a forma sistematicamente equivocada como raciocinamos sobre determinados temas. Conforme Thaler (2019), é possível catalogar diversas anomalias em relação à visão tradicional das ciências econômicas: a dificuldade de ter autocontrole e força de vontade, a existência de custos afundados (continuar fazendo alguma coisa apenas por já ter investido tempo ou dinheiro demais nela, mesmo que isso não seja racional e traga um resultado pior do que deixar de fazê-la), os comportamentos desviantes observados quando as pessoas sentem estar sendo tratadas de forma injusta, o efeito posse, o enquadramento estreito e a contabilidade mental (que faz com que o orçamento seja dividido em categorias que não se cruzam, em contraste com a teoria racional, que diz que o dinheiro é fungível, ou seja, não tem rótulos).

A aversão ao risco se manifesta pela magnitude maior de perda de felicidade quando se cai para um nível inferior em alguma coisa boa do que o ganho de

felicidade quando se sobe esse nível – também conhecida como assimetria entre ganhos e perdas (SMITH, 2018). Quanto à informação, Loewenstein (2006) nota que nem sempre as pessoas desejam informação completa. Uma vez que se deriva utilidade da informação, evitá-la pode ser uma opção, mesmo quando for gratuita e útil para a tomada de decisão. Dois exemplos citados pelo autor seriam quando as pessoas evitam ser testadas para doenças por medo de receber um diagnóstico negativo e os investidores, que preferem olhar o valor do seu portfólio de investimentos quando o mercado está em alta. Como aponta Thaler (2019), fatores supostamente irrelevantes não importam para Econs racionais, mas são definitivos para Humanos.

A maioria dos experimentos em Neurociência Cognitiva usa escolhas hipotéticas a fim de entender o comportamento e a atividade cerebral durante as escolhas reais que as pessoas fazem. De acordo com Camerer e Mobbs (2017), após revisão das similaridades e diferenças entre os processos hipotéticos e reais da mente, muitas vezes tarefas (ou jogos) de escolha hipotética pintam um quadro incompleto da atividade cerebral e do comportamento durante escolhas reais. Algumas dessas diferenças podem estar ligadas a como um objeto é apresentado num teste (ex.: uma imagem em 2D comparada a um objeto real; a diferença entre ver uma tarântula em uma imagem ou vê-la subindo pela calça é que, embora em ambos os casos a sensação de medo esteja presente nas mesmas regiões cerebrais, a atividade será mais intensa e espalhada no segundo caso, assim como ativará outros circuitos neurais, como a preparação motora para o movimento).

No caso de escolhas morais, observou-se que quando elas são hipotéticas, os indivíduos agem mais de acordo com um ideal moral, enquanto que na prática nem sempre o fazem. O mesmo foi observado na tomada de decisões econômicas, em que escolhas puramente hipotéticas fazem aflorar altruísmo, cooperação e paciência, comportamentos socialmente desejáveis, em nível maior do que em situações reais. Os autores comentam ainda sobre a existência de viés de projeção em escolhas futuras – tema que será mais tratado quando falarmos do consumo de drogas –, como se comprometer com uma palestra daqui a um mês, escolher uma faculdade ou decidir engravidar. As consequências são reais, contudo o cérebro as trata de forma similar a escolhas hipotéticas de início – isso também ocorre quando um indivíduo não planeja sua aposentadoria ou não se prepara para possíveis reveses, como desemprego e doenças severas¹ (CAMERER; MOBBS, 2017).

Janotik (2012) investiga como a interação social leva à felicidade, ao analisar os mosteiros beneditinos. Ele se concentra na região da Bavária, de Baden-Württemberg, e a parte falante de alemão da Suíça, região que compreende 133 mosteiros, caracterizados por sua estabilidade, que os faz durar por séculos – a média de idade deles na região é de cerca de 600 anos. A hipótese é de que o sucesso dos mosteiros advém da criação de um bom ambiente para interação social e vida em comunidade. Segundo Povey (2015), a felicidade é infecciosa. Esse efeito-contágio é mais forte com colegas de trabalho, vizinhos e membros da família – em grupos menores e mais íntimos, entre aquelas pessoas que têm um histórico de repetidas interações. Adam Smith dizia que as pessoas derivam prazer da simpatia mútua e do *fellow-feeling* (transmissão de emoções de uma pessoa para outra, através da empatia).

Os neurônios-espelho copiam emoções e imitam comportamentos (como quando começamos a rir apenas por ver outra pessoa rindo, sem nem saber do que se trata). Adam Smith enfoca que essa faceta de “unidade de sentimento” provoca reação imediata de prazer em ambos os indivíduos. Ler um poema para alguém que o apreciará provoca prazer, mesmo que você mesmo já tenha lido o tal poema centenas de vezes. O mosteiro, portanto, funciona como uma grande rede de empatia (JANOTIK, 2012). Adiciona-se a esta equação o fator religiosidade; é comprovado que tanto a religiosidade externa (frequência à igreja, por exemplo) quanto a religiosidade interna (crença em Deus, por exemplo) estão positivamente correlacionadas com a felicidade (ARGOLO; ARAÚJO, 2004). Do ponto de vista administrativo, todos os monges têm participação nas decisões importantes e a empatia criada entre eles faz com que todos desejem a prosperidade do mosteiro e deem o seu melhor para tal (não há o problema do agente-principal, o que ajuda a explicar a quase inexistência de falências).

Para Godman, Nagatsu e Salmela (2014), fazer atividades com outras pessoas, em vez de fazê-las sozinho, cria valor adicionado em termos de satisfação derivada dessas atividades. A “concordância de sentimentos” é positiva em si própria, independente de qual for o sentimento que as duas pessoas tenham em comum; o *fellow-feeling* aviva a alegria e alivia a dor. As pessoas se sentem bem pertencendo a grupos e, através do *fellow-feeling*, passam não só a ter a motivação para pertencer a um grupo, mas também a motivação para seguir determinadas normas e procedimentos convencionais adotados por aquele grupo, que reforçarão o senso de

pertencimento e o bem-estar. Atender às expectativas do grupo se torna um motivador (GODMAN; NAGATSU; SALMELA, 2014).

Smith (2018) eleva o *fellow-feeling* ao patamar de base evolucionária da sociabilidade humana e provedor de fundamento experimental para a nossa conduta seguidora de regras. Todos experimentamos os benefícios ou malefícios das ações das outras pessoas e, considerando o contexto, julgamo-las com base em sua intencionalidade. As outras pessoas fazem o mesmo, aprovando ou desaprovando nossas ações com base naquilo que essas ações as fazem sentir. Desse modo, somos movidos a nos vermos do modo como as pessoas nos veem. Esse aspecto espelhador faz com que escapemos de tentações de amor próprio que possam prejudicar outros, de acordo com o autor.

Felicidade como variável dependente

Variáveis gerais: idade, drogas e saúde

A relação entre idade e felicidade é um pouco nebulosa. Há pesquisas que sustentam que pessoas mais jovens são mais felizes e há pesquisas que sustentam o contrário. Algumas pesquisas indicam que a felicidade se relaciona com a idade em forma de U, de sorte que ela é decrescente até certa idade e então passa a aumentar até o fim da vida (OSWALD, 1997; CORBI, 2007; RIBEIRO, 2015; RIBEIRO; MARINHO, 2017), que é a abordagem com maior apelo intuitivo. Conforme sustentam Graham e Felton (2006), o ponto mais baixo de felicidade se dá, em média, aos 51 anos, no caso da América Latina, e no início dos 40 anos, no caso de Estados Unidos e Europa. Para Dias, Schumacher e Almeida (2010), o vale da relação entre felicidade e idade se dá entre 51 e 65 anos, enquanto que, para Corbi (2007), esse vale se dá em cerca de 35-45 anos. Pessoas que vivem no mundo rural, tudo o mais constante, são mais felizes que pessoas que vivem na cidade grande, possivelmente devido ao menor nível de *stress*. As pessoas são mais felizes em cidades menores (GRAHAM; FELTON, 2006). Homens com educação de nível universitário tendem a ser mais felizes (FREY; STUTZER, 2000; RIBEIRO, 2015). Dias, Schumacher e Almeida (2010) também encontraram correlação positiva entre nível de escolaridade e felicidade, apesar de Corbi (2007) pedir cautela quanto a qualquer conclusão definitiva.

Quanto à relação entre o uso de drogas e a felicidade, Moschion e Powdthavee (2018) concluem, usando dados de satisfação com a vida para estudar a utilidade e a dinâmica do bem-estar dos usuários de drogas na Austrália, que os indivíduos se tornam significativamente menos satisfeitos com a vida nos 6 meses que precedem o uso da droga (são analisadas drogas pesadas de rua – cocaína, heroína, metanfetamina –, o uso regular de maconha, o uso diário de cigarro e o consumo excessivo de álcool). A satisfação dos indivíduos também diminui ainda mais no período em que estão usando a droga. Esses achados são consistentes com a visão da Psicologia de que a utilidade experimentada resultante de uma decisão de consumo pode não coincidir com a utilidade da decisão quando feita – algo bem embasado na seção 2.2 do presente artigo (CAMERER; MOOBS, 2017, por exemplo). De fato, essa queda na satisfação dos indivíduos após usar a droga mina a validade do modelo de Dependência Racional (DR, de Becker), em favor da abordagem dos Erros de Predição na Utilidade (EPU), embora não descarte completamente o primeiro modelo, já que no curtíssimo prazo a utilidade do indivíduo aumenta com o uso da droga e também considerando que as pessoas têm uma taxa de desconto altíssima² (MOSCHION; POWDTHAVEE, 2018). O uso de drogas está correlacionado principalmente com a insatisfação no casamento, ao passo que o abuso no uso de álcool está ligado notavelmente a problemas financeiros.

A saúde também aparece como importante fonte de bem-estar: pessoas mais saudáveis são, em média, mais felizes (considera-se o estado de saúde percebido pela própria pessoa, que não necessariamente reflete a realidade nua e crua dos fatos), embora essa correlação seja fraca (CORBI, 2007). Hipocondríacos são menos felizes que pessoas normais. Pessoas que sofreram acidentes graves não são menos felizes do que as demais, o que demonstra a capacidade das pessoas de se adaptar a novas situações, finalmente, como perda de entes queridos ou deficiências físicas (RIBEIRO, 2015).

Desemprego e inflação

O desemprego possui custos sociais e exerce uma carga negativa sobre o indivíduo, um custo não pecuniário, já que o emprego é não apenas a fonte de renda, mas também uma fonte de responsabilidade, identidade social e autoestima. Além disso, o desemprego alimenta outras variáveis que prejudicam o bem-estar das pessoas, como taxas de suicídio, criminalidade e estabilidade dos casamentos. Há

evidência de que ele prejudique mais o bem-estar dos indivíduos do que uma doença grave ou um divórcio (CORBI, 2007). O desemprego é um fortíssimo causador de *stress* mental (OSWALD, 1997).

Analisando dados para o Brasil, Ribeiro e Marinho (2017) encontraram que a probabilidade de ser mais feliz comparada à probabilidade de ser menos feliz é 1,2 vezes maior para pessoas empregadas do que para as demais (estudantes, donas de casa, aposentados). Argolo e Araújo (2004) analisam os dados para ver a relação entre desemprego e felicidade, especificamente em Natal, RN. Controlaram-se as variáveis idade, sexo, estado civil, nível de instrução e renda. A média dos escores de deterioração do bem-estar psicológico foi maior para o grupo dos desempregados, confirmando a hipótese proposta. Depois, viu-se que não há distinção dos efeitos causados à saúde mental dos desempregados em função de gênero, idade, tempo de desemprego, queda na renda por ocasião do desemprego e centralidade do trabalho. Viu-se, contudo, distinção de acordo com participação no orçamento familiar: quanto maior, mais afetado o bem-estar do indivíduo. Houve igualmente distinção de acordo com ter ou não filhos para sustentar, com o apoio social percebido, de acordo com a religião – os “sem religião” eram mais negativamente impactados pelo desemprego – e com a frequência à igreja (ARGOLO; ARAÚJO, 2004).

Considerando também a relação entre o desemprego geral e a felicidade, percebe-se que os indivíduos costumam ficar mais infelizes com o desemprego geral, mesmo que eles próprios continuem empregados, o que pode se dever a se sentir mal pelo infortúnio dos outros ou ao medo do risco de também perder seu emprego em breve³ (CORBI, 2007). As pessoas se comparam o tempo todo com as outras, em particular quando se trata de emprego e renda.

Tendo o Reino Unido como campo de análise, dois estudos, um “clássico” na área e um mais recente, têm destaque. Clark e Oswald (1994) testam a hipótese de o desemprego ser voluntário – graças à generosidade das ajudas financeiras dadas pelo governo aos desempregados, os britânicos poderiam estar escolhendo o desemprego. Essa hipótese, todavia, é rejeitada, com base nos dados analisados, retirados do *British Household Panel Study*. As pessoas em situação de desemprego experimentavam níveis de bem-estar mental substancialmente menores que as pessoas empregadas – no caso desse estudo, o desemprego teve um impacto negativo maior até mesmo que um divórcio. O mal-estar advindo do desemprego é menor entre os jovens e entre os trabalhadores das áreas com alto desemprego, no norte. Aqueles desempregados há mais tempo, por sua vez, também sentiam menos mal-estar do

que aqueles desempregados há pouco (CLARK; OSWALD, 1994). Tais percepções mostram, uma vez mais, a importância do entorno e a comparação com os pares que permeia a reflexão sobre ser feliz ou não do indivíduo, além da sua capacidade de adaptação a novas situações ao longo do tempo, já pontuada anteriormente.

Já Heyes, Tomlinson e Whitworth (2017), com base nas *Employment and Skills Surveys* de 2006 e 2012, buscam averiguar como a Grande Recessão afetou a relação entre desemprego e bem-estar. O artigo encontra que os trabalhadores britânicos em situações de subemprego experienciam menores níveis de satisfação do que aqueles adequadamente empregados. Embora não se possa falar de causalidade, encontrou-se correlação entre a infelicidade e uma maior insatisfação com o desemprego, o subemprego ou o excesso de horas trabalhadas ou de carga de trabalho (*overemployment*) durante o período da Grande Recessão. Embora pareça que o desemprego fira menos as pessoas na medida em que ele for mais abundante na sociedade, como já vimos, o mesmo não parece ser verdade para o subemprego. Essas situações de estresse ou precariedade no trabalho afetam negativamente os trabalhadores, intensificando-se esse efeito nos períodos de crise econômica.

A inflação tem custos como os chamados custos de cardápio, custos de couro de sapato, distorções na carga tributária, ineficiência alocativa, dificuldades contábeis e aversão psicológica. É curioso ver que, se o desemprego sobe um ponto percentual, a taxa de inflação deve cair 1,7 pontos percentuais para manter a população igualmente satisfeita. Encontra-se que os indivíduos politicamente de esquerda se importam mais com o desemprego relativamente à inflação do que os politicamente de direita (CORBI, 2007; RUPRAH; LUENGAS, 2011).

Colocando a inflação e o desemprego como variáveis regressoras da felicidade média e controlando para características pessoais, temporais e locais, Di Tella, MacCulloch e Oswald (2001) se valem de uma escala que vai de 1 a 4 para medir a satisfação com a vida relatada pelas pessoas. O aumento de um ponto percentual na taxa de desemprego leva, em média, a satisfação com a vida a cair 0,028 unidades. O aumento de um ponto percentual na taxa de inflação leva, em média, a satisfação com a vida a cair 0,012 unidades. Os autores propõem que o custo do desemprego é maior para o desempregado, que sofre na pele, mas que o restante da sociedade também sente o mal-estar do desemprego, que paira no ar e causa temor em todos que ainda estão empregados. Nesse estudo, um ponto percentual a mais de desemprego causa a mesma perda de bem-estar que 1,66 ponto percentual

a mais de inflação. O desemprego deprime mais que a inflação (DI TELLA; MACCULLOCH; OSWALD, 2001).

Inflação e desemprego são reconhecidos como os alvos mais importantes para os formuladores de políticas macroeconômicas por Ruprah e Luengas (2011), que investigam como essas duas variáveis afetam a qualidade de vida dos cidadãos na América Latina (AL). A partir de 1991, quando o Chile adotou uma política de metas de inflação, ideia promovida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), outros países da AL passaram a fazer o mesmo. Nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o foco costuma recair não apenas sobre a inflação, como também sobre o desemprego⁴. Usando dados do *Latinobarómetro*, os autores encontraram que inflação e desemprego diminuem a felicidade, sendo o coeficiente do último sete vezes maior que o da primeira – oito vezes quando se considera junto o efeito direto nos desempregados –, mais ou menos o dobro daquele visto nos países da OCDE. Claro que há multicolinearidade no caso da inflação, já que, quando fora de controle, afeta o crescimento econômico futuro e os serviços providos pelo governo, por exemplo, fato que o respondente leigo não costuma pensar na hora em que responde a questão. O *trade-off* entre inflação e desemprego é maior entre os jovens (RUPRAH; LUENGAS, 2011).

Grupos de baixa renda têm maior proporção de dinheiro em espécie em seus rendimentos e menos formas de diversificá-los, de modo que estão mais vulneráveis aos impactos negativos da inflação. A inflação também afeta de forma diferente devedores e credores, sendo os primeiros beneficiados por ela, já que sua dívida em termos reais se torna menor, a princípio. Chen *et al.* (2014) notam que pessoas com casa própria costumam ser mais tolerantes à inflação. Usando dados do *China General Social Survey*, os autores viram que a inflação diminui o bem-estar das pessoas em geral, mas esse efeito negativo diminui conforme sobe a renda do grupo analisado. Os pobres são mais afetados por altas de preços na comida e moradia, enquanto a classe média é afetada principalmente por altas em transporte, planos de saúde, comunicação, recreação e educação. Quando é inesperada, a inflação ocasiona maior perda de bem-estar nas pessoas (CHEN *et al.*, 2014).

Renda e desigualdade

Ao falar de renda e felicidade, o resultado mais robusto é que as pessoas mais ricas, na média, tendem a se considerar mais felizes. Porém, é notável que renda

adicional não aumenta a felicidade para sempre – há retornos decrescentes. Corbi (2007) comenta algumas questões de rivalidade, mostrando que muitas vezes a posição relativa de um indivíduo com relação aos outros pode ser mais importante do que sua posição absoluta – o que não ocorre no caso de pessoas extremamente pobres. Características pessoais, expectativas e comparação com semelhantes exercem papel de destaque na explicação da felicidade, que não é comparável entre pessoas, mas entre grandes amostras distintas. As dificuldades financeiras afetam a qualidade de vida das pessoas e sua felicidade não só de forma direta, mas também por impedi-las de vivenciar atividades sociais e de lazer importantes para seu bem-estar (ONUSIC; MENDES-DA-SILVA, 2015).

A proposição de que a renda relativa, em vez da renda absoluta, é que influencia o bem-estar das pessoas, usada para sustentar que o crescimento econômico – ou o crescimento da renda individual – não necessariamente propicia mais satisfação, é conhecida na literatura como Paradoxo de Easterlin, em referência a um artigo de 1974 publicado por Richard Easterlin. Em especial, a partir de certos níveis, a renda deixa de tornar as pessoas mais felizes. Hoje, restam poucas dúvidas de que a renda afeta a felicidade de forma relativa, o que significa que mesmo pobres podem estar satisfeitos com suas rendas, se aqueles que os cercam forem ainda mais pobres ou se suas rendas aumentaram em relação a antes (RIBEIRO, 2015). Mais uma vez, cabe ressaltar o papel que o entorno tem sobre a pessoa; aqueles que estão ao nosso redor são como âncoras, que servem como parâmetro para avaliação de nosso desempenho e da nossa satisfação.

Analisando dados para o Brasil, Ribeiro e Marinho (2017) encontraram correlação positiva entre renda e felicidade e confirmaram o Paradoxo de Easterlin. Contudo, o impacto da renda foi menor do que o impacto de estar casado ou estar empregado. Conforme Deaton (2017), a pobreza gera tristeza, mas a partir de certo montante (por volta de 70 mil dólares por ano) ter mais dinheiro não contribui para sentir-se mais feliz.

Usando questionários em que o entrevistado deve responder a propósito da sua própria felicidade, Kahneman (2006) investigou se o aumento de riqueza torna as pessoas mais felizes, como prediria a crença do senso comum. Primeiro, ele nota que nos últimos 40 anos, apesar de grandes aumentos na renda *per capita*, o nível de felicidade relatada não aumentou significativamente. Por um lado, isso poderia ser explicado devido à felicidade decorrente da renda ser relativa, ou seja, em comparação à dos seus pares e de pessoas próximas⁵. Embora isso seja importante,

Kahneman (2006) é feliz ao notar que, quando as pessoas consideram o impacto de um único fator em seu bem-estar, elas tendem a exagerar sua importância, a assim chamada "ilusão de foco". Essa ilusão é mais um viés cognitivo, do tipo que exploramos na seção sobre *insights* comportamentais. Assim como os outros vieses, ela pode atrapalhar e causar erros importantes na tomada de decisão. As pessoas não sabem o quão felizes são como sabem sua altura ou seu número de telefone; a resposta é ponderada e dada na hora em que é solicitada. Isso explica diversos experimentos que encontraram mostras da ilusão de foco em ação, como quando se pergunta a respeito do número de encontros no último mês ou a respeito da saúde ou da satisfação com o casamento ou outros fatores do tipo e então se pergunta se o indivíduo se considera feliz, nessa ordem, e se observa forte correlação entre as respostas, mesmo que na ordem inversa a correlação seja próxima de zero.

O papel da atenção está no cerne de Dolan (2015). Para o autor, a felicidade está num equilíbrio, cuja proporção varia de indivíduo para indivíduo e está em constante mutação, entre prazer e propósito. Assim, a infelicidade decorreria de desejos, projeções e crenças equivocadas, que desviam nossa atenção daquilo que nos traz alegria. A atenção nada mais é do que o foco. Quando nosso foco está em padrões impostos por terceiros, podemos estar deixando de prestar atenção naquilo que nos faz realmente felizes. Se pensasse apenas na renda, como sob a lente de uma lupa que nada revela senão o objeto que debaixo dela está, qualquer indivíduo diria que deseja uma renda maior em lugar de uma renda menor – e, a partir dessa percepção, talvez decida gastar tempo e esforço atrás dela. Porém, se ampliasse a imagem e tivesse uma visão periférica da sua própria vida, o indivíduo perceberia que a renda talvez não seja mais do que um aspecto restrito da sua experiência, um meio para atingir outros fins. Portanto, a consequência da ilusão de foco pode ser uma má alocação do tempo, em atividades que não geram prazer, apenas para buscar renda, que tem seu peso superestimado⁶.

Utilizando dados provenientes de quase vinte mil questionários aplicados em Maringá, PR, Dias, Schumacher e Almeida (2010) descobriram que pessoas com contas em atraso tendem a ser menos felizes que pessoas com contas em dia e que a satisfação com a situação econômico-financeira eleva substancialmente a probabilidade de o indivíduo se declarar feliz – qualquer pessoa prefere não estar passando por perrengues e apertos em suas finanças, que são fonte de constante *stress*. De igual modo, expectativas positivas em relação à renda familiar futura e em relação à economia nacional se associam a uma maior probabilidade de ser feliz

– talvez isso tenha a ver com uma visão mais positiva ou otimista da vida, que constitui uma característica de cada pessoa, não se baseando, obrigatoriamente, numa análise fria e racional de sua situação presente e futura com consideração de todas as variáveis. Quanto ao efeito que outras pessoas, em especial pessoas próximas, exercem sobre alguém, objeto constante do presente artigo, os autores também aportaram mais uma conclusão interessante, mostrando como o meio influencia o indivíduo e seu bem-estar: o fato de uma pessoa, ou alguém de sua família, ter sido vítima de violência, roubo, assalto, furto, estelionato, acidente de trânsito, ou outra violação de segurança, influencia negativamente a probabilidade de declarar-se feliz (DIAS; SCHUMACHER; ALMEIDA, 2010). Cremos que já tenha ficado evidente a distinção nesse ponto, mas não custa sublinhar: satisfação com sua situação econômico-financeira e suas contas em dia não é o mesmo que satisfação com sua renda. O indivíduo pode ter uma renda enorme e estar devendo, no vermelho. Pode ainda ter uma renda modesta, mas conseguir organizar e equilibrar bem suas finanças pessoais. A importância da renda é sempre – com exceção daqueles casos de pobreza extrema já citados – relativa.

Diversos estudos sustentam que as pessoas têm preferências sociais que as fazem desejar redução da desigualdade de renda em distribuições. Um exemplo é o trabalho de Graham e Felton (2006), artigo no qual se examina a relação entre a desigualdade e a felicidade na América Latina. É utilizado um questionário feito com mais de 1.000 pessoas em 18 países da América Latina. O escopo do questionário aborda questões que permitem criar um índice de riqueza individual, em vez de apenas perguntar a renda mensal do entrevistado, o que tornaria os dados menos confiáveis para o caso de pessoas que trabalham no mercado informal. Ter vizinhos mais ricos, após controlada a própria renda, diminui a felicidade. Os autores põem na regressão tanto uma variável que mede a riqueza média como uma variável que mede a riqueza relativa, isto é, a riqueza do indivíduo com relação à média. Fazendo isso, encontra-se que o coeficiente da riqueza média é irrelevante, ao passo que o coeficiente da riqueza relativa é positivo e significativo. A felicidade, portanto, obtida da riqueza relativa é maior que a obtida da riqueza média para aqueles que estão acima da renda média e vice-versa⁷. Dividindo a amostra em quintis, nota-se que os 40% mais pobres da amostra são os mais preocupados e infelizes com a distribuição de renda, enquanto que a desigualdade torna os ricos levemente mais felizes⁸.

O estudo de Cavalcanti, Guimarães e Nogueira (2009) é singular. Os autores realizaram uma pesquisa com estudantes de economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Purdue University, em West Lafayette, Indiana. A primeira tinha por volta de 35.000 estudantes, enquanto que a segunda tinha cerca de 38.000 estudantes, à época do estudo. Ambas são universidades públicas, embora não haja qualquer mensalidade na UFPE, mas haja cerca de US\$ 17.000 anuais na Purdue. Usando estudos em que os participantes devem responder acerca do seu próprio bem-estar – como na maior parte dos trabalhos citados –, comparou-se dois grupos similares, que partilhariam, supostamente, algumas preocupações semelhantes – desempenho acadêmico, carreira futura, assuntos amorosos –, porém tendo condições socioeconômicas e normas sociais diferentes nas duas sociedades, brasileira e americana. Para representar bem a população de estudantes de economia de cada universidade, as duas amostras – com mais de 90 questionários aplicados em cada – foram coletadas de alunos matriculados em cursos obrigatórios de nível intermediário da graduação. O questionário iniciava perguntando se o indivíduo se considerava feliz (infeliz, feliz e muito feliz eram as opções de resposta), então pedia que o respondente ranqueasse 8 itens em ordem de importância para a sua felicidade (mais dinheiro, mais amigos, morar perto dos pais ou amigos, uma história de amor, um trabalho, mais lazer, menos violência e "outros"), além de incluir perguntas sobre a idade, o gênero, a procedência do respondente (família de baixa, média ou alta renda) e se o respondente trabalhava (se sim, em tempo integral ou parcial). Cerca de 30% dos respondentes eram mulheres nas duas amostras; o número de indivíduos provenientes de famílias de baixa renda era similar, embora na Purdue houvesse maior incidência de indivíduos provenientes de famílias de alta renda do que na UFPE, que por sua vez possuía maior incidência de estudantes trabalhando em tempo integral, mas menor incidência de estudantes trabalhando em tempo parcial.

Quanto ao ranqueamento dos oito itens em ordem de contribuição para a sua felicidade, as duas amostras mostraram médias parecidas para todos os itens, com exceção de "mais lazer" e "menos violência". Mais lazer é, em média, o item mais importante para os estudantes da Purdue; de fato, 60% de seus estudantes ranquearam esse item no mínimo como o segundo mais importante para sua felicidade, contra 30% na UFPE. O fator mais importante para os estudantes da UFPE foi mais dinheiro. Menos violência foi ranqueado como algo estatisticamente mais significativo para os estudantes da UFPE, o que é algo lógico, comparando os níveis

de violência urbana dos dois países. Além disso, os autores encontraram que mulheres são mais felizes que homens na Purdue, enquanto o oposto ocorre na UFPE. A procedência familiar do estudante não tem muito impacto na Purdue, mas tem impacto direto na felicidade dos estudantes da UFPE. A fração de estudantes que se declaram muito felizes é cerca de duas vezes maior na Purdue, mesmo após controle de outras variáveis (CAVALCANTI; GUIMARÃES; NOGUEIRA, 2009).

Crescimento econômico e instituições democráticas

Conforme Oswald (1997), usualmente, os políticos falam como se o crescimento econômico e da produtividade fizesse com que uma sociedade melhorasse. A renda tem melhorado indiscutivelmente em todo o mundo nas últimas décadas. Teria o nível de felicidade das pessoas aumentado igualmente? O senso comum poderia indicar que sim; a descoberta de que a felicidade se dá pela comparação relativa, como já comentamos antes, poderia indicar que não (como sugeriu R. Easterlin, a ênfase nos benefícios de uma maior renda nacional é erroneamente colocada, já que todos se movem juntos).

Analisando a relação entre o PIB *per capita* e a felicidade, vê-se que pessoas em países ricos são, em média, mais felizes que pessoas em países pobres (CORBI, 2007). Os países mais ricos têm níveis de satisfação maiores que os países pobres e nos últimos a correlação entre renda e felicidade é maior. Os moradores de países ricos sistematicamente classificam sua qualidade de vida com notas mais altas que os de países pobres, fortalecendo a suposição de que o crescimento econômico influencia positivamente a sensação das pessoas com relação às suas vidas (DEATON, 2017).

A felicidade com a vida parece ser crescente nos EUA, embora o crescimento seja tão pequeno, a ponto de parecer que renda extra não está contribuindo dramaticamente para a qualidade de vida das pessoas. Na Dinamarca, mais da metade da população se declara muito feliz, enquanto na Itália essa porcentagem está por volta de um décimo do total⁹. Conclui-se que os níveis de satisfação têm crescido modestamente na Europa (OSWALD, 1997). No Brasil, por exemplo, surpreende que o Rio Grande do Sul seja um dos estados mais desenvolvidos, mas apresente uma das maiores taxas de morte por suicídio no país (ONUSIC; MENDES-DA-SILVA, 2015).

Na Grã-Bretanha, um quinto de todas as admissões em hospitais se deve a tentativas de suicídio. Para o período pós-guerra, é visível que o número de suicídios vem caindo bastante. A renda real do país é positivamente correlacionada com a taxa de suicídios, embora a taxa de suicídios não dependa da classe social, como mostram os dados. Conclui-se que comportamento suicida é mais provável em homens, desempregados e com problemas conjugais (OSWALD, 1997). A conclusão para os Estados Unidos da América e para o Reino Unido, segundo Oswald (1997), é a mesma: a satisfação com o trabalho não tem aumentado com o tempo. No último parágrafo da conclusão, o autor sugere que o desemprego deveria ser a preocupação primeira do governo, em vez do crescimento econômico¹⁰.

Potts (2016) investiga a correlação entre democracia e felicidade. É muito difícil falar em causalidade, pois existe muita colinearidade da variável democracia com outras variáveis, como renda *per capita*, serviços públicos de qualidade etc. O autor divide os países em três tipos: não democráticos, democracias não liberais e democracias. Ele cita a importância de as liberdades civis acompanharem a democracia – que é o que ocorre no terceiro tipo citado, mas não no segundo. Também cita que as pessoas são mais felizes quando podem participar mais ativamente ou mais diretamente dos processos políticos.

Os resultados encontrados dão conta de que, de acordo com um índice de felicidade que o autor utiliza numa escala de 1 a 10, a média para um país não democrático era de 5,6; para países democráticos, era de 6,04. Até aqui, a diferença não é tão grande, porém, quando se analisa a diferença entre democracias liberais e não liberais, a diferença fica mais gritante. A média das primeiras é 6,73, enquanto a das segundas é 5,45. O autor também reserva uma seção para criticar os críticos da democracia, que usam *outliers* e casos isolados para dizer que países mais democráticos não necessariamente geram mais felicidade para seus cidadãos. Esses casos isolados geralmente são de países que estão no início de uma transição para a democracia, como ocorreu com os países do Leste Europeu. Ainda, os países que esses críticos escolhem dentre os não democráticos são geralmente países ricos, com baixo desemprego e baixa pobreza, como é o caso dos Emirados Árabes Unidos (POTTS, 2016).

Na sequência, Potts (2016) propõe que, para tornar países que são democracias liberais mais felizes, é importante dar aos cidadãos participação democrática direta, por exemplo, através de referendos, votações e eleições *recall*. Em democracias diretas, os políticos são obrigados a se manter alinhados às vontades populares

nos mínimos detalhes o tempo todo – o que, se pensarmos que nem sempre as pessoas têm informação completa e por vezes são facilmente manipuláveis por discursos populistas que soam bem aos ouvidos, talvez não seja sempre a melhor das coisas. A conclusão é de que a possibilidade de escolher torna as pessoas felizes. As pessoas não se importam apenas com quais decisões são tomadas, mas como essas decisões são tomadas, e elas desejam ter o máximo de participação possível nesse processo (POTTS, 2016). Devido ao papel mais ativo dos cidadãos, os políticos permanecem sob controle, as decisões públicas tomadas são mais próximas daquilo que o povo deseja e o bem-estar com os resultados do governo é maior. O próprio processo de participação nas decisões políticas, independente do resultado final, gera satisfação (FREY; STUTZER, 2000).

A importância das instituições para a felicidade está no foco de Frey e Stutzer (2000). Mecanismos de democracia direta, como referendos e plebiscitos, aumentam o bem-estar subjetivo dos cidadãos, já que fazem com que eles tenham maior acesso à esfera de decisões públicas. Pelo mesmo raciocínio, a descentralização na máquina pública contribui para o aumento de bem-estar das pessoas, uma vez que as decisões são tomadas com mais informações sobre os sujeitos relevantes a elas. Os autores usam uma pesquisa com mais de 6.000 residentes suíços, país com mecanismos de participação direta famosos. A Suíça tem 26 cantões (estados), que, pela estrutura descentralizada do país, têm competências importantes. O instrumento de democracia direta mais forte dentro de um cantão é a iniciativa popular, levada a cabo a fim de mudar, propor ou revogar leis ou prevenir e evitar novos gastos. Esse instrumento se constitui de forma diferenciada de acordo com o cantão, seja no número de assinaturas requerido para que seja considerado ou no tempo de coleta permitido. Os autores criaram um índice de 1 a 6 para medir o grau de possibilidade de participação direta que os cidadãos têm baseados em pesquisas feitas e o cruzaram com a felicidade subjetiva em cada cantão. Por ser um país federalista, a Suíça permite que se isole esse efeito da maior ou menor participação direta nas instituições de outros efeitos, já que fatores como renda, inflação, desemprego, cultura, língua e costumes são muito próximos entre os cantões.

Variáveis demográficas e econômicas foram usadas como variáveis de controle, além de variáveis para o tamanho e o tipo das comunidades. O objetivo era estudar o impacto das instituições democráticas no bem-estar, computado como variável através de um índice de direitos democráticos diretos e de um índice para a autonomia local/comunal. Ambas as variáveis tiveram coeficientes positivos e

estatisticamente significativos, influenciando a felicidade dos cidadãos, sobretudo quando combinadas à democracia direta e à autonomia local. Encontrou-se também que os benefícios da participação direta são partilhados de forma quase uniforme pela sociedade, independente de sexo ou renda, com a exceção parcial dos estrangeiros, que não podem participar plenamente de todos os mecanismos, por força legal, ou que não se sentem, em todos os casos, pertencentes àquela comunidade. Mesmo assim, eles têm seu bem-estar aumentado de forma indireta, pela participação geral das demais pessoas na vida pública – não se encontrou evidência de que a maioria suíça abusasse de sua superioridade numérica contra a minoria estrangeira (FREY; STUTZER, 2000).

Onusic e Mendes-da-Silva (2015) avaliam a influência do orgulho nacional de um povo no nível de felicidade de seus cidadãos, aplicando a análise especificamente ao Brasil. Os dados provêm de um *survey* realizado pelo *Latinobarómetro*, com cerca de 20.000 entrevistas em 18 países da América Latina, em 2000 e 2009. Importantes componentes da identidade e da autoestima da pessoa são a participação e o pertencimento a um determinado grupo. Os autores distinguem o nacionalismo étnico, costumeiramente de viés religioso ou racial e que pode incentivar a xenofobia, o sentimento autoritário e diminuir o bem-estar, do nacionalismo cívico, que é mais abrangente e aberto a minorias e estrangeiros – ou seja, contém traços de universalismo e benevolência. É citado o caso dos sul-africanos que ficaram conhecidos orgulhosamente como *rainbow people*, desde a sua primeira eleição livre, em abril de 1994. Cita-se também uma pesquisa que mostra o aumento da felicidade dos cidadãos alemães após triunfos de seus atletas olímpicos (ONUSIC; MENDES-DA-SILVA, 2015). A conclusão dos autores é que, com base nos dados de 2009, ao contrário de 2000, se vê uma relação positiva significativa entre orgulho nacional e felicidade no Brasil. O povo brasileiro mostra ser, predominantemente, feliz, como sugeriria a imagem de país alegre¹¹ (RIBEIRO, 2015).

Fellow-Feeling

Examinando a felicidade sobretudo em idades mais avançadas, Robert Walinger, diretor do *Harvard Study of Adult Development*, encontrou que o fator mais importante para uma saúde melhor e uma felicidade maior é a existência de bons relacionamentos. O estudo longitudinal seguiu mais de 700 homens, desde quando eram adolescentes, em 1938. Ao longo dos anos, esses homens foram entrevistados

em pessoa, tiveram sua informação de saúde coletada (amostras de sangue e varreduras do cérebro) e responderam perguntas sobre seu trabalho e sua vida em casa, assim como sobre seu bem-estar mental e emocional. Os pesquisadores acabaram entrevistando também as esposas e os filhos crescidos. Encontrou-se que conexões sociais são boas para a saúde – isto é, pessoas com mais conexões sociais com amigos, família e comunidade vivem mais, são mais felizes e mais saudáveis. A solidão é tóxica, de acordo com o estudo. A qualidade da relação também importa – encontrou-se que pessoas satisfeitas em suas relações aos 50 anos eram as mais saudáveis aos 80 anos. Mesmo aqueles que, aos 80 anos, reportavam mais dor física, reportaram que seu humor continuava tão feliz quanto antes. Até mesmo o funcionamento cerebral e da memória se mostrou muito relacionado com a qualidade dos relacionamentos (CAN RELATIONSHIPS..., 2017).

Carrieri (2012) testou se a felicidade das pessoas é influenciada pela saúde de outras pessoas próximas, com base nos dados da *Italian Health Conditions Survey*. A saúde dos outros pode influenciar o indivíduo como um referencial de comparação – já vimos como isso é forte quando se trata da renda, por exemplo; sendo a saúde tão ou mais importante do que a renda, seria de se esperar que também houvesse esse aspecto comparativo para a saúde. Quando pessoas próximas enfrentam problemas de saúde, nossa felicidade pode ser diminuída por nos solidarizarmos com a dor do próximo – uma noção completamente relacionada com o *fellow-feeling* – e por temermos pela nossa própria saúde ao vermos alguém próximo enfermo – é interessante notar que nessa situação se tem um caso claro de viés de disponibilidade (KAHNEMAN, 2012); não importa quão baixa seja a probabilidade de uma doença acometer alguém, se o seu melhor amigo estiver sofrendo dela, a tendência é de que você comece a se preocupar. De acordo com o estudo de Carrieri (2012), a boa saúde do grupo de referência influencia positivamente o indivíduo e vice-versa.

Trabalho voluntário é, essencialmente, uma representação tangível do *fellow-feeling* na prática: escolher ajudar algum grupo que precise sem receber nenhuma contrapartida financeira ou material. Que efeitos o voluntariado tem no voluntário? Foi essa a pergunta feita por Magnani e Zhu (2018), que começam falando da recorrência crescente do voluntariado, que já vê cerca de 44% da população americana engajada nele ao menos uma vez por ano – cerca do dobro da porcentagem britânica e alemã. A área de observação dos autores é a Austrália, trabalhando com dados do *Australian Bureau of Statistics* e da pesquisa *Household, Income and Labour Dynamics in Australia* (HILDA), em que a taxa de voluntariado entre

australianos acima de 15 anos aumentou de 24% para 36% durante o período 1995-2010, caindo para 31% em 2014.

As estatísticas descritivas da amostra usada por Magnani e Zhu (2018), com mais de 117 mil observações para mais de 20 mil indivíduos, mostram que, na média, indivíduos que participam de trabalho voluntário relatam maiores níveis de bem-estar subjetivo do que aqueles que não participam – os testes estatísticos feitos rejeitam a hipótese de que os dois grupos venham da mesma distribuição, o que mostra que a diferença não é desprezível. Voluntários, comparados àqueles que não são voluntários, tendem a ser mais velhos, ter melhor educação, uma família maior, uma renda maior, uma melhor saúde reportada, uma tendência maior a serem mulheres e uma tendência menor de serem habitantes de cidades grandes e de desenvolverem doenças de longo prazo. Empiricamente, o resultado encontrado foi que atividades de voluntariado estão associadas a maiores níveis de bem-estar subjetivo.

A felicidade derivada de participar de atividades voluntárias se equipara, quantitativamente, àquela derivada de ser promovido no emprego. Além disso, a participação em atividades voluntárias diminui significativamente a influência negativa do desemprego (uma compensação que fica entre 20% e 53%) e de uma doença de longo prazo (entre 16% e 30% das perdas podem ser compensadas pelo voluntariado). Os autores comparam o bem-estar reportado um ano antes com aquele reportado três anos antes de o indivíduo realizar a atividade voluntária, para ver se há alguma diferença que indique a existência de causalidade reversa, hipótese que não se confirma. O impacto positivo é de curto prazo e quase desaparece depois de passado um ano sem realizar atividades voluntárias, embora os impactos no capital social e na saúde mental sejam duradouros. Esse impacto se divide entre aquele proveniente de motivação intrínseca (aumento de bem-estar decorrente do voluntariado por si) e de razões extrínsecas (recompensas recebidas ao fazer voluntariado, como habilidades sociais e recursos psicológicos). Voluntários também tendem a ser mais sociáveis e participantes da comunidade, fatores que também aumentam o bem-estar (MAGNANI; ZHU, 2018). O efeito da generosidade no bem-estar pode ser detectado mesmo em um nível neural (AKNIN *et al.*, 2013).

Resolvemos nos voluntariar por alguns motivos, como: aprender novas habilidades, desenvolver-se como pessoa, acentuar a autoestima, preparar-se para uma carreira, expressar valores pessoais e compromisso com a comunidade e reduzir conflitos de ego ou identidade. Ademais, as pessoas tendem a ajudar aqueles grupos com os quais mais se identificam. Indivíduos solidários e empáticos tendem a se

tornar voluntários – interessante ver que a solidariedade está associada a características como dominância, eficiência, confiança e sentimento de competência. Assim, pessoas estáveis, com boa autoestima e boa saúde mental, estão mais propensas a se voluntariar – o que poderia levar a algum efeito de seleção, em nossa análise. O envolvimento em atividades voluntárias, por sua vez, traz inúmeros benefícios aos voluntários, de ordem psicológica, física e mental (THOITS; HEWITT, 2001).

A hipótese central de Thoits e Hewitt (2001) é de que há efeitos recíprocos no voluntariado – pessoas felizes são “selecionadas” para o voluntariado e o voluntariado torna as pessoas mais felizes. A hipótese foi confirmada: bem-estar pessoal está correlacionado com mais horas de serviço comunitário voluntário. Esse resultado não contradiz aquele encontrado por Magnani e Zhu (2018), cabe sublinhar, apesar de diferenças metodológicas, de período e de amostragem. Usando 6 medidas de bem-estar, Thoits e Hewitt (2001) encontram influência positiva das horas gastas em voluntariado nos últimos 12 meses, como esperado – o resultado se mantém mesmo quando se controla para participação em outros grupos voluntários e para os níveis anteriores de bem-estar. O estudo considera a diferença de horas usadas em voluntariado (em uma divisão por bandas), todavia não considera sua distribuição (as horas de atividade voluntária podem estar concentradas em intensas semanas no verão ou podem estar espalhadas ao longo do ano; seria de se esperar alguma diferença de efeito no bem-estar).

Dunn, Aknin e Norton (2008) mostram que a forma como se gasta o dinheiro é importante para definir se ele trará aumento de bem-estar ou não. Não se encontrou relação estatisticamente significativa entre consumo pessoal e felicidade, enquanto a relação entre renda e felicidade e entre gasto com os outros e felicidade foram estatisticamente significativas, independentes e de similar magnitude. O gasto com outros é uma categoria que reúne compras para outras pessoas, como presentes, e doações para a caridade, ou similares. Estudando um grupo de empregados que receberam um bônus de participação nos lucros de sua empresa, os autores puderam ver que o gasto com os outros foi o único preditor estatisticamente significativo da felicidade num segundo período, mesmo quando a renda era adicionada como preditor. Outros experimentos para ver a causalidade foram feitos e seus resultados embasam a ideia de que o gasto com os outros aumenta a felicidade. O que talvez seja a parte mais curiosa do estudo dos autores é que as pessoas, quando perguntadas, acreditam majoritariamente que o consumo pessoal

as fará mais felizes que o gasto com os outros (DUNN; AKNIN; NORTON, 2008), denotando mais um viés comportamental.

Aknin *et al.* (2013) propõem que o efeito positivo do gasto com os outros não é sentido apenas em países ricos, como alguém poderia imaginar. A evidência indica que essa sensação é inerente ao ser humano, como se nota no comportamento pró-social de crianças de 2 anos (compartilhar, ajudar e confortar outros). Os seres humanos consideram ajudar os outros inerentemente recompensador e o fazem mesmo quando não esperam nada em troca, em geral. Um universo psicológico é um atributo mental presente nos seres humanos independente do contexto em que estejam inseridos; o nome já diz: é universal. Ele pode ser idêntico ou ter leves variações de lugar para lugar. Aknin *et al.* (2013) centram seu *paper* em ver se o gasto com os outros aumentando a felicidade é um atributo psicológico classificado no segundo tipo – universal com leves variações locais – ou se ele não é um atributo psicológico universal em absoluto.

A relação entre gasto com os outros e felicidade é positiva e significativa na maioria das nações – em 59% da amostra usada por Aknin *et al.* (2013). Doar para a caridade, para citar um exemplo, teve impacto similar ao de dobrar a renda; ou seja, para alguém que não pratica caridade ter o mesmo nível de bem-estar que alguém que pratica, necessitaria do dobro da renda, em média, com todo o resto constante. Não se encontrou qualquer distinção nos resultados entre países ricos e pobres. Quando se controla para renda e escassez alimentar, o coeficiente do gasto com os outros permanece quase idêntico, indicando que é o gasto com os outros, de fato, que gera o bem-estar, não sendo esse apenas um efeito secundário da renda. Outra objeção possível seria de que o gasto com os outros aumenta o bem-estar por estreitar os relacionamentos sociais, objeção que é derrubada, já que os autores conduzem um experimento em dois países diferentes (Canadá e África do Sul), em que a pessoa que dá o presente não sabe quem será o receptor, não o conhece e não o encontra. Mesmo assim, a recompensa emocional continua existindo para o doador (AKNIN *et al.*, 2013).

Conforme Ribeiro (2015), as relações de amizade e afetivas estabelecidas são importantes determinantes da felicidade. Relações interpessoais firmes, como amizades e casamento, aumentam a felicidade: Dias, Schumacher e Almeida (2010) encontraram correlação positiva entre estar casado e ser feliz. Também analisando dados para o Brasil, Ribeiro e Marinho (2017) encontraram que a probabilidade de ser mais feliz comparada à de ser menos feliz é 1,6 vezes maior para pessoas

casadas. Posto que pessoas casadas são, em média, mais felizes (MAGNANI; ZHU, 2018), Stutzer e Frey (2006) investigaram em que sentido se dá a causalidade. Solteiros que se casam jovens já eram solteiros com satisfação com a vida acima da média. Como os indivíduos que um dia se casarão são, em média, mais felizes que os indivíduos que não se casarão, há efeito de seleção, mostrando que pessoas felizes tendem a se casar. Porém, os autores ressaltam que a diferença de felicidade reportada por solteiros e por casados não pode ser explicada simplesmente pelo efeito de seleção. Até os 34 anos de idade, pessoas casadas reportam, em média, maior satisfação com a vida do que aquelas pessoas que se casarão mais tarde. Há também efeito de seleção no divórcio – pessoas que se divorciam não apenas tinham felicidade abaixo da média enquanto casadas, mas já a tinham antes de se casar. Encontrou-se que casais com diferenças maiores de salários, que poderiam se beneficiar da especialização ao se unirem, se beneficiam mais do casamento. Casais com maior afinidade de ideias e níveis educacionais parecidos também extraem maior satisfação do casamento. Por fim, o casamento é importante pelo companheirismo intrínseco a ele, ou seja, a parceria para realizar atividades juntos e viver experiências prazerosas ao longo da vida (STUTZER; FREY, 2006).

Além do capital social, a religiosidade impacta positivamente a felicidade. Ribeiro (2015) procura chamar atenção para as variáveis relacionais, nas quais a religiosidade se encaixa, uma vez que ela é vivida em comunidade. Ela seria, assim como o casamento ou a amizade, um bem relacional. A frequência em reuniões religiosas está relacionada com o investimento de horas em trabalho voluntário, estando ambas as variáveis positivamente relacionadas ao bem-estar (THOITS; HEWITT, 2001). Por óbvio, além do aspecto relacional, estaria seu papel como uma “chave interpretativa” que pode ajudar a desvendar o sentido da vida. Conexões com outras pessoas também podem indicar uma atitude mais positiva e otimista em relação à vida.

Um achado interessante exposto em Kuper e Szymanski (2018) e sustentado com dados é que o futebol pode deter suicídios, em vez de encorajá-los, como poderia supor o senso comum. Os autores analisaram o declínio existente no mês de junho dos anos em que ocorreu Copa do Mundo ou Eurocopa, em relação ao mesmo mês nos outros anos, notando drástica diminuição no número de suicídios para a maioria dos países europeus. A explicação oferecida por eles é de que a graça de

assistir a Copa do Mundo é que todo mundo também a está assistindo. Pessoas isoladas, os tipos com maior risco de suicídio, de repente se tornam bem-vindas na sociedade e na conversação nacional. Através do *fellow-feeling*, elas são “abraçadas” pelos demais e trazidas de volta à alegria de viver.

Conclusão

Tendo como tema o estudo das relações entre variáveis econômicas, contextuais e institucionais, envoltas nos aspectos comportamentais, com a felicidade, procurou-se desenvolver um fio condutor que possibilitasse certo mapeamento dessas relações, já que, muitas vezes, a literatura acerca do tema se torna confusa pela quantidade de variáveis utilizadas e discutidas isoladamente.

O principal resultado que se expressou ao longo do artigo é a importância do entorno para o indivíduo. Esse entorno pode ser tanto o contexto em que está o país (prosperidade econômica, desemprego baixo e inflação sob controle, ausência de guerras civis ou guerras entre nações etc.) como o contexto em que se encontram as pessoas ao seu redor (comparação da renda e do padrão de vida, perda de bem-estar advinda de desigualdade alta, preocupação com a saúde de pessoas queridas, preocupação em ajudar desconhecidos que estejam em situação de vulnerabilidade social, impacto diferenciado do desemprego individual em relação à situação do desemprego geral etc.).

Observaram-se também alguns resultados mais pontuais, como o impacto positivo sobre a felicidade proveniente de instituições democráticas e participação política, o impacto positivo do voluntariado e da caridade, a ausência de efeito positivo decorrente do nível de renda do país e do indivíduo a partir de certo patamar, o efeito positivo de sediar eventos esportivos de grande porte, o efeito negativo da inflação, sobretudo entre os mais pobres, e o decréscimo advindo do consumo de drogas (antes, durante e depois do ato). Curiosamente, a felicidade parece se relacionar com a idade de forma não monotônica. Finalmente, observou-se que pessoas que têm boas relações interpessoais são, em média, mais felizes, assim como pessoas orgulhosas de seu país.

Novas linhas de pesquisa que parecem promissoras são, dentre outras, aquelas que investigariam mais o *fellow-feeling* – que foi por um bom tempo deixado de lado nas produções acadêmicas e agora começa a retomar espaço –, os vieses comportamentais como obstáculos que podem se converter em ferramentas para

a busca da felicidade do indivíduo – que está relacionado ao uso de políticas como os *nudges* – e a direção em que se dão as relações de causalidade, já que em certos casos só se conseguiu solidificar a correlação.

The importance of the surroundings for happiness: empirical evidence from economic literature

Abstract

In the empirical literature, we search evidence of how economic, institutional and contextual variables influence the happiness of individuals. After commenting on the methodological and behavioral foundations that support the article, the authors divide the subsections according to thematic variables. The main result that stands out throughout the work is the importance of what surrounds us for our well-being.

Keywords: Well-being. Happiness. Fellow-feeling. Context. Environment.

La importancia del entorno para la felicidad: evidencia empírica de la literatura económica

Resumen

En la literatura empírica, buscamos evidencia de cómo las variables económicas, institucionales y contextuales influyen en la felicidad de los individuos. Luego de comentar los fundamentos metodológicos y comportamentales que sustentan el artículo, los autores dividen las subsecciones según variables temáticas. El principal resultado que se destaca a lo largo de la obra es la importancia de lo que nos rodea para nuestro bienestar.

Palabras clave: Bienestar. Felicidad. Fellow-feeling. Contexto. Entorno.

Notas

- ¹ Camerer e Mobbs (2017) ressaltam que, por vezes, se faz experimentos com pessoas sem qualquer prévia experiência na atividade, para não viesá-los, mas isso pode não corresponder às situações reais, em que tais tarefas são realizadas por experts nelas. Clark (2018) pontua a necessidade de que haja mais trabalhos a propósito de felicidade e atividade cerebral, uma vez que a evidência neural é importante por evitar vieses do indivíduo, que, em vez de responder questões sobre como se sente, tem suas sensações medidas objetivamente.
- ² O uso de substâncias potencialmente degradantes pode ter um efeito líquido negativo no bem-estar mesmo no curto prazo. Os indivíduos tendem a superestimar os efeitos benéficos futuros do uso de substâncias para sua satisfação com a vida, mostrando que seu comportamento está mais alinhado com a EPU. Mais

uma vez, a altíssima taxa de desconto intertemporal pode ser a explicação. Se for, o indivíduo já saberia a perda de utilidade no longo prazo ao se drogar, mas preferiria ainda assim o alto ganho de utilidade no exato momento em que usasse a droga – além, é claro, do aspecto do vício (MOSCHION; POWDTHAVEE, 2018).

- ³ Tomando a “ilusão de foco” (que aparecerá com mais detalhes na próxima seção) à mão e considerando os eventos ocorridos recentemente com os entrevistados, Dolan e Powdthavee (2011) concluem que a perda de felicidade que vem do medo de perder o emprego para aqueles que estão empregados pode ser tão grande quanto a perda de felicidade por estar de fato desempregado (o primeiro grupo considera um evento marcante na vida a possibilidade de vir a estar desempregado, enquanto o segundo não). Ambos os grupos reportam felicidade, na média, menor que o grupo empregado que não possui medo de perder o emprego. Assim, os autores dão evidência da existência da ilusão de foco com relação ao desemprego.
- ⁴ É possível depreender que tal enfoque majoritário na inflação na AL se deva a esta ter sido um problema recente na região, em contraste com a Europa, que já consegue controlar melhor a inflação há algum tempo. De fato, em países com baixo desemprego, há maior preocupação relativa com a inflação, e vice-versa (RUPRAH; LUENGAS, 2011).
- ⁵ O ambiente de comparação também é dinâmico, o que significa que, quando o indivíduo ascende na renda, em geral, passa a se comparar com outro grupo de pessoas, de padrão mais elevado; o alvo é móvel. Além disso, na medida em que a renda cresce, as pessoas tendem a gastar mais tempo com trabalho, atividades compulsórias (como compras ou cuidar dos filhos) e lazer ativo, como exercício físico, em vez de gastar esse tempo com lazer passivo, como assistir seriados. As atividades em que as pessoas de maior renda gastam seu tempo não estão, em média, associadas com maior felicidade, embora estejam associadas com maior nível de *stress*, ansiedade e preocupação, como mostrou um estudo feito com 374 trabalhadores, em que os entrevistados respondiam, durante um dia inteiro, de 25 em 25 minutos, como se sentiam com relação a vários sentimentos (KAHNEMAN, 2006).
- ⁶ A ilusão de foco explica por que, por vezes, os resultados das pesquisas nessas áreas são contraintuitivos. As pessoas não estão constantemente se lembrando de suas circunstâncias, sejam positivas ou negativas. A despeito de todas as circunstâncias, as pessoas precisam viver. Fatores externos afetam apenas até determinado ponto. Mesmo distrações banais, como assistir um seriado ou ler um livro, geram aumento ou diminuição de bem-estar. Talvez, as circunstâncias tenham um peso maior projetado sobre aqueles que estão em situações extremas – embora isso possa ser questionado, como no caso das pessoas que sofreram graves acidentes, citado na seção 3.1 – ou logo que ocorreram, nos primeiros dias ou semanas – reforçando o papel da adaptação.
- ⁷ Para exemplificar, o Chile é duas vezes mais rico que Honduras (riqueza média). Seria de se esperar que as pessoas fossem muito mais felizes no Chile, porém, como a riqueza média não é relevante para a felicidade, esse não é o caso. É a diferença, na média, da renda do indivíduo para a renda média que importa, sendo essa diferença menor em Honduras (2,14 pontos contra 2,49 pontos no Chile), o que justifica o fato de as pessoas serem levemente mais felizes em Honduras do que no Chile (GRAHAM; FELTON, 2006).
- ⁸ Analisando dados para o Brasil, Ribeiro e Marinho (2017) não encontraram relação estatisticamente significativa entre felicidade e variáveis como menores taxas de pobreza ou menor desigualdade de renda. Os próprios autores fazem a ressalva de que esse achado pode se dever a terem sido usadas apenas duas amostras, referentes a dois anos, o que faz com que a variabilidade dessas variáveis fosse pequena demais para impactar a razão de verossimilhança. Entretanto, o contraponto é válido.
- ⁹ Oswald (1997) é cauteloso ao dizer que parte dessa discrepância pode se dever a dificuldades de traduzir palavras que compõem a pergunta sobre felicidade feita aos indivíduos, porém uma boa forma de ver que diferenças existem, mesmo assim, é ver que a Suíça (com suas porções germânicas, italianas e francesas) apresenta níveis de felicidade maiores do que Alemanha, Itália e França.
- ¹⁰ Por sua vez, ser sede de um evento de grande magnitude, como a Copa do Mundo ou os Jogos Olímpicos não torna um país mais rico, mas o torna mais feliz. Assim, sediar esses eventos seria um luxo que países desenvolvidos e ricos poderiam se dar, vez ou outra, não por ser lucrativo, mas pela diversão e felicidade que gera em seus cidadãos – dar festas nem sempre é lucrativo, mas é divertido (KUPER; SZYMANSKI, 2018).
- ¹¹ O efeito, inclusive, é bem superior à média da América Latina. Um exemplo numérico é de uma pessoa com 40 anos, que não frequentou a universidade e que julga sua renda familiar insuficiente para atender

suas necessidades. A probabilidade de ela se sentir muito feliz se não sentir orgulho nacional é de 59,6%. Quando a mesma pessoa sente orgulho nacional, essa probabilidade aumenta para 81,9% (ONUSIC; MENDES-DA-SILVA, 2015).

Referências

- AKNIN, Lara *et al.* Prosocial spending and well-being: cross-cultural evidence for a psychological universal. *Journal of Personality and Social Psychology*, Washington, v. 104, n. 4, p. 635-652, Feb. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1037/a0031578>.
- ARGOLO, J. C. T.; ARAÚJO, M. A. D. O impacto do desemprego sobre o bem-estar psicológico dos trabalhadores da cidade de Natal. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 161-182, out. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552004000400009>.
- CAMERER, Colin; MOBBS, Dean. Differences in behavior and brain activity during hypothetical and real choices. *Trends in Cognitive Sciences*, Atlanta, v. 21, n. 1, p. 46-56, Jan. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tics.2016.11.001>.
- CAN RELATIONSHIPS boost longevity and well-being?. *Harvard Health Letter*, Cambridge, June 2017. Disponível em: <https://www.health.harvard.edu/mental-health/can-relationships-boost-longevity-and-well-being>. Acesso em: 01 jan. 2019.
- CARRIERI, Vincenzo. Social comparison and subjective well-being: does the health of others matter?. *Bulletin of Economic Research*, Hull, v. 64, n. 1, p. 31-55, Jan. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8586.2011.00393.x>.
- CAVALCANTI, T. V. de V.; GUIMARÃES, J. F.; NOGUEIRA, J. R. Is Brazil the land of happiness? A comparative study using a sample with economics students from UFPE and Purdue. *Brazilian Review of Econometrics*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 17-35, May 2009. DOI: <https://doi.org/10.12660/bre.v29n12009.2694>.
- CHEN, Yongwei *et al.* Welfare costs of inflation: evidence from China. *Social Indicators Research*, Dordrecht, v. 119, n. 3, p. 1195-1218, Dec. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11205-013-0553-y>.
- CLARK, A. E. Four decades of the economics of happiness: where next?. *Review of Income and Wealth*, New Haven, v. 64, n. 2, p. 245-269, June 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/roiw.12369>.
- CLARK, A. E.; OSWALD, A. J. Unhappiness and unemployment. *The Economic Journal*, Cambridge, v. 104, n. 424, p. 648-659, May 1994. DOI: <https://doi.org/10.2307/2234639>.
- CORBI, R. B. *Liberdade, macroeconomia e felicidade: uma análise empírica de um painel de países*. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- DEATON, Angus. *A Grande Saída: saúde, riqueza e as origens da desigualdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.
- DIAS, J.; SCHUMACHER, F. I.; ALMEIDA, D. S. de. Determinantes da felicidade: dados individuais de Maringá-PR, 2007-2009. *Economia & Tecnologia*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 89-98, jan./mar. 2010. DOI: <https://doi.org/10.5380/ret.v6i1.27024>.

DI TELLA, R.; MACCULLOCH, R. J.; OSWALD, A. J. Preferences over inflation and unemployment: evidence from surveys of happiness. *The American Economic Review*, Nashville, v. 91, n. 1, p. 335-341, Mar. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1257/aer.91.1.335>.

DOLAN, Paul. *Felicidade construída: como encontrar prazer e propósito no dia a dia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

DOLAN, Paul; POWDTHAVEE, Nattavudh. Thinking about it: a note on attention and well-being losses from unemployment. *Applied Economics Letters*, London, v. 19, n. 4, p. 325-328, June 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/13504851.2011.577000>.

DUNN, E. W.; AKNIN, L. B.; NORTON, M. I. Spending money on others promotes happiness. *Science*, Washington, DC, v. 319, n. 5870, p. 1687-1688, Mar. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.1150952>.

FERRER-I-CARBONELL, Ada. Happiness economics. *Journal of the Spanish Economic Association*, Heidelberg, v. 4, n. 1, p. 35-60, Mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13209-012-0086-7>.

FREY, B. S.; STUTZER, A. Happiness, economy and institutions. *Economic Journal*, Cambridge, v. 110, n. 466, p. 918-938, Oct. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1111/1468-0297.00570>.

GODMAN, Marion; NAGATSU, Michiru; SALMELA, Mikko. The social motivation hypothesis for prosocial behavior. *Philosophy of the Social Sciences*, Waterloo, v. 44, n. 5, p. 563-587, May 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0048393114530841>.

GRAHAM, Carol; FELTON, Andrew. Inequality and happiness: insights from Latin America. *The Journal of Economic Inequality*, New York, v. 4, n. 1, p. 107-122, Apr. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10888-005-9009-1>.

HEYES, Jason; TOMLINSON, Mark; WHITWORTH, Adam. Underemployment and wellbeing in the UK before and after the Great Recession. *Work, Employment and Society*, London, v. 31, n. 1, p. 71-89, Feb. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0950017016666199>.

JANOTIK, Tomas. Benedictine monasteries from the point of view of happiness economics. *Economics Bulletin*, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 1215-1225, Apr. 2012. Disponível em: <http://www.accessecon.com/Pubs/EB/2012/Volume32/EB-12-V32-I2-P116.pdf>. Acesso em: 03 out. 2018.

KAHNEMAN, Daniel. Would you be happier if you were richer? A Focusing Illusion. *Science*, Washington, DC, v. 312, n. 5782, p. 1908-1910, June 2006. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.1129688>.

KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e Devagar: duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KUPER, Simon; SZYMANSKI, Stefan. *Soccernomics: why England loses; why Germany, Spain, and France win; and why one day Japan, Iraq, and the United States will become kings of the world's most popular sport*. New York: Nation Books, 2018.

LOEWENSTEIN, George. The pleasures and pains of information. *Science*, Washington, DC, v. 312, n. 5774, p. 704-706, May 2006. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.1128388>.

MAGNANI, Elisabetta; ZHU, Rong. Does kindness lead to happiness? Voluntary activities and subjective well-being. *Journal of Behavioral and Experimental Economics*, [Amsterdam], v. 77, p. 20-28, Dec. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socec.2018.09.009>.

MOSCHION, Julie; POWDTHAVEE, Nattavudh. The welfare implications of addictive substances: a longitudinal study of life satisfaction of drug users. *Journal of Economic*

Behavior & Organization, Amsterdam, v. 146, p. 206-221, Feb. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2017.12.016>.

ONUSIC, L. M.; MENDES-DA-SILVA, W. Orgulho de ser brasileiro impacta o nível de felicidade?. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 712-731, nov./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151488>.

OSWALD, A. J. Happiness and economic performance. *Economic Journal*, Cambridge, v. 107, n. 445, p. 1815-1831, Nov. 1997. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0297.1997.tb00085.x>.

POTTS, Jacob. Democracy and happiness: a true correlation?. *Journal of Arts & Humanities*, Rockville, v. 5, n. 3, p. 86-92, Mar. 2016. Disponível em: <https://theartsjournal.org/index.php/site/article/view/913/459>. Acesso em: 02 out. 2018.

POVEY, Richard. The welfare economics of infectious happiness. *Economics Letters*, Amsterdam, v. 133, p. 1-3, Aug. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2015.05.006>.

RIBEIRO, C. A. C. Renda, relações sociais e felicidade no Brasil. *Dados*, [Rio de Janeiro], v. 58, n. 1, p. 37-78, jan./mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/00115258201538>.

RIBEIRO, L. L.; MARINHO, E. L. L. Gross National Happiness in Brazil: an analysis of its determinants. *Economia*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 156-167, May/Aug. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.econ.2016.07.002>.

RUPRAH, I. J.; LUENGAS, P. Monetary policy and happiness: preferences over inflation and unemployment in Latin America. *The Journal of Socio-Economics*, Amsterdam, v. 40, n. 1, p. 59-66, Feb. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socec.2010.08.001>.

SMITH, V. L. Adam Smith, scientist and evolutionist: modelling other-regarding behavior without social preferences. *Journal of Bioeconomics*, Berlin, v. 20, n. 1, p. 7-21, Apr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10818-017-9256-9>.

STUTZER, A.; FREY, B. S. Does marriage make people happy, or do happy people get married?. *The Journal of Socio-Economics*, Amsterdam, v. 35, n. 2, p. 326-347, Apr. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socec.2005.11.043>.

THALER, R. H. *Misbehaving*: a construção da economia comportamental. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

THOITS, P. A.; HEWITT, L. N. Volunteer work and well-being. *Journal of Health and Social Behavior*, Albany, v. 42, n. 2, p. 115-131, June 2001. DOI: <https://doi.org/10.2307/3090173>.

Humanização económica: o impacto da economia social e solidária nas comunidades locais

*Rui Quintas da Costa**

Resumo

Esta pesquisa privilegia as grandes muralhas da economia real nas comunidades locais, que encontram respostas sociais multidisciplinares na economia social e solidária. A actividade informal é uma linha da frente que alimenta a alma da narrativa segundo a qual quase 34% é a taxa de desemprego em Angola, sendo maioritariamente constituída por jovens do sexo feminino. O Mercado do Km-30 é uma autêntica bolsa de valor a céu aberto, onde o comércio informal não constitui uma transgressão na fibra moral da população desempregada das zonas urbanas e rurais, oriundas de vários pontos do país e estrangeiros. O sector informal continua a responder às grandes necessidades humanas, visto que ainda não há estabilização, reformas e desenvolvimento da economia angolana. Ninguém é um desempregado nato, pois a acção informal é uma oferta alternada local aprendida das necessidades sociais ilimitadas a auxiliá-lo a lidar e reflectir com expectativa, estratégias e frustrações dos actores do comércio informal. Enquanto se dedica à actividade, é positivo, traz renda e boa poupança. Não há burocracia comercial, intermediário financeiro, guerra comercial, caridade e taxas de juros elevados ou altíssimos. No plano metodológico, é arquitectado, com as teorias do mercado de emprego e teoria do plano de reconversão da economia informal angolana. O método de abordagem é a pesquisa qualitativa, onde o objectivo da pesquisa será explicativa e descritiva. Ao olharmos para os protocolos e técnicas de procedimentos da pesquisa seleccionámos o histórico, o comparativo e o dedutivo. Já as características do pesquisador farão recurso às múltiplas fontes de dados tais como; consulta de obras de vários especialistas locais e globais, observação directa e participativa no Mercado Km – 30, local da produção do fenómeno.

Palavras-chave: Economia informal. Desemprego. Economia social e solidária e Mercado do Km-30.

* Licenciado em Economia. Mestre em Ciências Jurídica-Económica e Desenvolvimento pela Faculdade de Direito e Doutorando em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto. Luanda (Angola) - Mestre em Ciências da Educação pela FCU. Orlando (USA). E-mail: ruisaocosta@gmail.com

Introdução

As perspectivas mais altas são os sonhos. Não pudemos ficar no ver e pensar, mas sim, acordarmos para realização ou alcançarmo-los. Tornarmos os nossos sonhos em realizações verdadeiras na cidade dos homens é um grande desafio exequível. Digo nossos, como pessoa. Porque é o nosso maior troféu depois de uma longa e espinhosa caminhada académica, forjar alianças estratégicas para os tornar reais. Esta pesquisa está focada na humanização económica, ancorada numa maior equidade nas teorias do mercado de emprego e do plano de reconversão da economia informal angolana. Porém, deve se adicionar a figura da economia social e solidária como alternância local das demandas-sociais informais. A crise económica e financeira é o ponto de partida para encontrarmos as soluções tecnocráticas. Nenhum projecto pode ser útil, se não abordar o investimento das pessoas colectivas e famílias como um novo paradigma de justiça social, à integrabilidade comunitária em sede da economia informal. Contudo, diante da agenda da fraternidade real, na qualidade da vida humana, a nossa necessidade insaciável coloca-nos numa relação direita com os factores de produção.

Ser um economista de uma outra economia é descobrir e escrever coisas práticas que promovam as alternâncias nas famílias e pessoas. A economia social e solidária passa a ser uma solução inteligente desses desafios do milénio por ousadia da corrente neoliberal. Os cientistas das economias emergentes são convidados a abandonarem a perda de tempo com os cálculos da taxa de inflação, desemprego e juros. E partirem para outros grandes desafios que ameaçam o crescimento e desenvolvimento económico sustentável. O clamor dos agentes económicos de produção e de consumo convivem com altos níveis de pobreza e miséria extrema.

Contudo, é preciso sair de uma economia do petróleo para uma economia de segurança. Uma economia de segurança significa sair da acumulação primitiva de capitais e abraçar os postulados de uma economia inteligente, de diversificação produtiva e justa distribuição. Ou seja, olharmos para os modelos de crescimento e desenvolvimento económico sustentável que não devem ser impostos, mas construídos por via da acção do dia-a-dia com as comunidades locais.

I- Teorias do mercado de emprego e do plano de reconversão da economia informal em Angola

O desafio demográfico em Angola passa pelo capital humano. É um conceito vasto que englobam as capacidades de um indivíduo sustentável para sua eficácia produtiva como: o nível de educação, a qualidade da saúde e do bem-estar, as capacidades físicas, a experiência pessoal e a inteligência (ALVES DA ROCHA, 2011, p. 136).

A corrente do mercado de trabalho tem sido identificada como um factor decisivo de desenvolvimento das economias. Desse ponto de partida do autor epigrafe a lógica pós-moderna das sociedades começa a observar um protocolo crítico e evolutivo de capital humano. Estará a formar, olhando além da produção de bens e serviços de qualidade, alternância do paradigma local, começando a produzir saber e conhecimento sustentável. Só assim, o seu desafio demográfico em Angola, no século XXI, afirma-se ao desenvolvimento económico e o progresso social será escrupulosamente um veículo na via expressa do crescimento: a produção de saber pode ter rendimento à escala crescente, porquanto se realiza à custa do saber já acumulado, o custo do desenvolvimento do saber dos indivíduos é tanto mais pequeno quanto maior for o volume de conhecimentos acumulados (lei do crescimento dos custos marginais), a produtividade dos investimentos na educação dos jovens e na formação dos trabalhadores é tanto mais elevado quanto maior o nível do capital humano do país. A produção de saber cria externalidade, ou seja, as capacidades, os conhecimentos e a inteligência desenvolvem-se mais facilmente quando uma proporção crescente da população tiver um nível elevado de capital humano enquanto produto social derivado da gestão estratégica dos recursos humanos.

O processo de reconversão da economia angolana negligencia algumas variáveis dos modelos econométricos tais como a contabilidade nacional, as pessoas e a economia. A contabilidade nacional não reflecte as verdadeiras expectativas das demandas sociais dos angolanos, por razões que se prendem com a fraca actualização do registo das pessoas, por isso, a economia não faz eco aos níveis de crescimento demográfico angolano, tudo porque o censo, em Angola, está muito dependente dos relatórios apresentados pelas instituições estrangeiras, descortinando, assim, a ineficácia e ineficiência do Instituto Nacional de Estatística.

Essa micro actuação académica passa pelo desenvolvimento de ideias com as comunidades locais de leigos. Essas ideias traduzidas em conhecimento-científico deve dar lugar a actuação prática. Como o fazer? Com que o fazer? Essas questões

tendenciosas remetem-nos a partilha concreta com as partes por via da responsabilidade social sustentável. A metodologia da economia social e solidária é fruto do desenvolvimento das formas que correspondem às descobertas das necessidades da economia social. Essa abordagem procura entender e atender a satisfação de uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. A partir das motivações de necessidades individuais ou colectivas. É comum observarmos força de trabalho, economicamente activa, estagnada, no desemprego há anos. Geralmente, são chefes de famílias numerosas que sabem de tudo um pouco dentro de uma organização e acabam actuando em várias áreas, porém, não sabem ao certo o que fazer para conseguir o sustento para as suas famílias e participação no crescimento dos impostos directos e indirectos, ou seja, na agenda tributária.

Nas condições actuais do país, o comportamento dos ofertadores de trabalho é caracterizado pela ilusão monetária, justificada pela inexistência de organizações sindicais organizadas e fortes, pela preferência por um posto de trabalho seguro, pela pouca transparência do mercado e pela reduzida mobilidade do factor trabalho (ALVES DA ROCHA, 2011, p. 182).

No sentido dado mais atrás, e geradoras de insegurança, quando aumenta os fluxos migratórios para as cidades e aqui fomentam a criação de sectores económicos informais submersos importantes. Qual é a coisa mais importante no sector de acção da economia informal? A trajectória da construção da relação entre o fornecimento e a procura de bens e serviços acendo numa acção e cultura. Uma visão filosófica e estratégica dentro da cadeia comercial, por via do comércio informal, surge de uma prática social muito intensa e expectante em destilar solidariedade local. A habilidade técnica em gestão financeira revoga as lições académicas ortodoxas, contemporâneas e modernas de economia e finanças ou economia monetária.

O desenvolvimento sustentável não é apenas uma razão académica, mas humanística, política participativa e educação cooperativa. O mundo, hoje, está a passar por profundas mudanças nas estruturas formais nas esferas: política, económica, social, cultural e humana. Os processos de desenvolvimentos social da globalização alcançam praticamente todos os países e têm causado transformações importantes nas relações sociais, em que se incluem o estágio de mudança na força de trabalho e na reorganização do mercado de trabalho, atingindo e influenciando as estabilizações, reformas e desenvolvimento das estruturas económicas, tanto as do sector empresarial públicos, quanto as privados. Esta nova ordem pragmática deve ser vista como um processo de desenvolvimento social necessário praticamente a todos, de uma ou outra maneira, positiva ou negativa.

Trata-se de uma transgressão a sua ética laboral no comércio informal a incapacidade de enfrentar as suas incertezas. Lidar com as ondas de emoções: urgências, agridoce, espectrometria, concorrências, seguir a sua história real, ousadia da economia doméstica e tácita nas vendas não é arte de fé, mas de compreensão alternativa. São vendedores de oportunidades e não de ilusão, com seu conhecimento académico-científico limitado. Bastante vasto no campo tácito da acção do sector económico informal local. Têm como fibra moral vencer a batalha da economia real. Ao postular o comércio informal observa-se uma rede maior, são guardiões que amam a preparação do sector de actividade informal. É um prodígio para economia informal através da malha comercial desses autores informais que ganham, servindo as suas famílias e tomam boas decisões que são fruto das experiências informais locais. A recompensa nos processos sociais está alinhada aos bens e serviços expostos e à procura pelos agentes económicos de consumos.

O crescimento populacional renova as necessidades básicas, o contínuo desejo de elevação do padrão de vida, que poderíamos classificar como uma necessidade social de melhoria de *status* e a evolução tecnológica levam ao surgimento de novas necessidades. Nenhum país, mesmo os ricos, é autossuficiente, em termos de disponibilidades de recursos produtivos para satisfazer a toda as necessidades da população. Se não houvesse escassez de recursos, ou seja, se todos os bens fossem abundantes (bens livres), não haveria necessidades de estudarmos questões como: inflação, crescimento económico, *deficit* no balanço de pagamentos, desemprego, concentração de renda etc.. Esses problemas provavelmente não existiriam e, obviamente, nem a necessidade de se estudar Economia (VASCONCELLOS, 2002, p. 21).

Nesse contexto, o pensamento acima expresso reforça a ideia de que o crescimento demográfico desequilibrado renova as demandas sociais básicas. Sendo que o objecto de estudo da ciência económica é a questão social das actividades económicas da escassez de recursos naturais, trata-se de uma ciência social e o seu objectivo é satisfazer às necessidades humanas, que dependem de restrições físicas provocadas pela escassez de recursos produtivos ou factores de produção: mão-de-obra, capital, terra e matéria-prima. Assim sendo, o crescimento populacional obedece aos factores determinantes aos quais, aparentemente, são difíceis de caminhararmos em contramão: a corrente dos demográficos indicam uma triangulação de crescimento da população. A primeira fase é arcaica. Nela, observam-se elevadas taxas de natalidade, iguais com altas taxas de mortalidade, a segunda ou ainda chamada de fase moderna, em que ocorre a inversão do fenómeno, ou seja, coincidência entre baixas taxas de natalidade e fracas taxas de mortalidade se perfilam ao lado de baixas taxas de mortalidade. Nos dias da pós-modernidade, não se observam países a

viver o primeiro cenário de desenvolvimento demográfico, enquanto todos os países desenvolvidos se encontram na segunda versão, começando a ter processos de desenvolvimento social colossais com a reprodução dos seus sistemas de previdência social.

O ponto de chegada da reflexão breve sobre o tema em epígrafe é que a solução do desemprego estruturante em Angola é de médio e longo prazo, ou seja, estabilidade das políticas públicas, do sistema governamental e o crescimento demográfico. Assim, a economia social e solidária, na busca do sofrimento das comunidades locais, explica as necessidades sociais relevantes de assumirmos os efeitos adversos encontrados. A sua metodologia deve casar muito bem com os processos de desenvolvimento sociais estruturantes das famílias e das pessoas, alinhando a doutrina social das mesmas. Desde a educação financeira, cultura financeira, estabelecer um diálogo humano, aplicar a réplica do comércio informal que implica um projecto social com os grupos organizados.

II- A formação de políticas públicas e desenvolvimento de empregos em Angola

Em 25 de Setembro de 2015, cento e noventa e três (193) países do mundo assumiram o compromisso de trabalhar para um mundo melhor. Para o fazer, assumiram 17 objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Ban Ki-Moon, na altura Secretário Geral da ONU, considerou-os como uma lista de tarefa para cada país, para cada ser humano no nosso planeta, com vista a um desenvolvimento social e económico a ser alcançado de modo sustentável.

A nova agenda de desenvolvimento propõe uma acção mundial coordenada entre os governos, as empresas, a academia e a sociedade civil para alcançar os 17 ODS e suas 169 metas de forma a erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. Assim, é-nos apresentada, sendo uma continuação ampliada dos objectivos de Desenvolvimento do *Millennium* ODM, que haviam sido estabelecidos em 2000 e vigoraram até 2015 - facto que se justifica porque, em parte, resulta das lições retiradas da experiência obtida e das boas práticas surgidas durante a execução da anterior agenda (CALUNDUNGO, 2008, p. 16).

Nesse contexto, salta-nos a vista, convocar aqui objectivo global número 8: promover o crescimento económico, inclusivo, sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Para dar alma a esse corpo de pesquisa sobre a humanização económica: economia social e solidária *versus* políticas públicas e desenvolvimento de emprego em Angola. Dentro desse prisma, sabemos que a política pública de desenvolvimento de planos de emprego para o exército de

desempregados permanece ainda como um dos grandes desafios dentro da realidade angolana em pleno século XXI. Apesar das inúmeras e complexas teorias, na prática, a formação de políticas públicas -o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 agora com nova versão 2015-2025 - constitui um dos principais repositórios de políticas públicas para Angola, estando nele escalpelizado os objectivos nacionais de médio e longo prazo, destacando-se dentre eles os seguintes:

- 1) Preservação da unidade e coesão nacional;
- 2) Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento;
- 3) Melhoria da qualidade de vida;
- 4) Inserção da juventude na vida activa;
- 5) Desenvolvimento do sector privado;
- 6) Inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

Por outro lado, o poder executivo discute cada vez mais sobre seus direitos e qualidade de vida. Nesse sentido, novas políticas estratégicas são aprovadas a nível de decretos-presidenciais 113/19, de 16 de Abril, o PAPE - Plano de Acção de Promoção de Empregabilidade 2019 – 2021 - plano prevê a criação de 250 mil jovens, com a concepção de micro-créditos, cursos de empreendedorismo e de formação profissional. O PAPE prevê formar, em três anos, 12 mil jovens em empreendedorismo, 15 mil em cursos de curta duração, a atribuição de dez mil micro-créditos para apoio a negócios, a distribuição de 42 mil *kits* de várias profissões, com realce para pedreiro, ladrilhador, carpinteiro, canalizador, electricista, pintor, jardineiro, soldador, cabeleiro, barbeiro, pedicure, manicure, entre outros.

O montante do crédito a ser atribuído pelo PAPE ronda entre os mil e os cinco mil dólares, equivalentes em Kwanzas, com uma taxa de juro de um por cento e período de carência de três meses, a ser operacionalizado inicialmente pelo Banco Sol. O programa abrange também jovens com ideias de negócio e pretendam implementá-los e aqueles que precisam de melhorar as condições de trabalho para aumentar a produção. Suportado financeiramente com o OGE e o Fundo do Petróleo orçado em vinte e um mil milhões de Kwanza são políticas e acções de promoção do desenvolvimento que se preconiza, a dar resposta às promessas vendidas pelo executivo a população.

A execução do projecto e seu gerenciamento dão-se num macro ambiente ao qual o projecto está inserido e, nestes objectivos dos sectores, são compreendidos

conforme as necessidades, diagnosticadas nas taxas de desemprego, sejam conduzidos e gerenciados, sejam atados com as práticas estabelecidas pelo executivo, onde as decisões são tomadas no início e ao longo do ciclo de vida do projecto, onde a formação de políticas públicas, na fase de execução, deve rever menos as suas decisões, chegando a responder às expectativas da política da população.

Destaca-se que o sucesso ou o fracasso dos diferentes modos que os executivos utilizaram para tomar decisões foram mensurados de acordo com quatro estágios: determinação de rumo; identificação da alternativa e seu desenvolvimento; avaliação e implementação. Uma pesquisa realizada mostrou que os executivos tomam decisões de dois modos básicos: por imposição: uma alternativa surge logo no início do processo e não sofre modificação e por descoberta: alternativas são identificadas por meio de procura, projecto ou cópia do que outras pessoas fazem. Ressalta que ao formular o processo de tomada de decisão, a formação de políticas públicas deve tomar certas providências práticas tais como: alinhar papéis de decisão às fontes mais importantes de valor, garantir que decisões sejam tomadas pelas pessoas certas no nível certo da organização e buscar a ajuda daqueles que terão de conviver com a mudança para a formulação de novos processos.

Para Carlos Teixeira (2018, p. 53),

[...] o plano estratégico deve ser um documento dinâmico que deve reflectir a aprendizagem gerada pela elaboração do Plano de Actividade, da Monitorização, do relatório de Actividade e de outros impactos importantes que venham a ter lugar no período da sua execução. É ainda um documento, cuja responsabilidade da produção é da liderança do topo da organização. Considerando que planear é prever, a curto, médio e longo prazos, metas objectivas e recursos. Estamos, pois, perante um instrumento que não é de negligenciar para que uma obra humana seja mais facilmente exequível.

Empenhado em cumprir com o seu plano de actividade e o plano de acção de Estratégica Nacional de Desenvolvimento Estatístico (ENDE) 2015-2025, o INE realizou ainda no mês de Maio o inquérito ao emprego em Angola (IEA 2019). Vai cobrir todas as províncias do país, incluindo as áreas rurais e urbanas. O inquérito ao emprego em Angola 2019, segundo avança o documento, tem como principal objectivo, a caracterização da população face ao mercado de trabalho, visando disponibilizar, trimestralmente, a estimativa de emprego e desemprego, bem como a produção de indicadores para responder as directrizes traçadas no Programa de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, (Eixo 2: XIII- Políticas de Emprego e Condições de Trabalho) e para monitorar o progresso realizado no âmbito dos

objectivos de desenvolvimento sustentável, particularmente o objectivo número 8: Trabalho digno e crescimento económico.

Analisando de perto os dados do Instituto Nacional de Estatística, resultantes do inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego (IDREA- 2018/2019), realizados no período de Março de 2018 a Fevereiro de 2019, numa amostra de 12.448 agregados familiares distribuídos pelas 18 províncias, estima-se a taxa de desemprego, emprego, actividade e inactividade de 28,8%. O INE define a taxa de desemprego como sendo o número de pessoas com idade compreendida entre 15 ou mais anos que, no período de referência se encontravam sem um trabalho remunerado nem qualquer outro e que está disponível para trabalhar, de forma remunerada ou não.

A taxa de desemprego é mais acentuada entre as mulheres. Contudo, a situação tende a ser mais desafiante entre os jovens, onde a taxa de desemprego apurada chega aos 62,4% na idade compreendida entre 15 e 24 anos, isto é, em cada 100 jovens com idade compreendida entre 15 e 24 anos, pelo menos 60 estão no desemprego.

Um bom processo decisório exige a atribuição de papéis claros e específicos. E outras ferramentas usadas para analisar este processo fornecem à gestão um método para atribuir papéis e envolver os indivíduos relevantes. Vale ressaltar que estes papéis nem sempre são desempenhados nesta ordem, sendo necessárias certas liberdades para poder criar um acrónimo útil. Para tanto, cada letra corresponde a um papel crucial no processo decisório: recomendação; aceitação; prática; *input* e decisão. Na recomendação, quem exerce este papel é responsável por formular a proposta, colectar informações, apresentarem dados e análises pertinentes para que uma decisão sensata seja tomada na hora certa. Para fazer a proposta, consulta indivíduos responsáveis por dar *input*, além de ouvir e computar a opinião deles, vai buscando a sua adesão ao projecto.

III- A economia social e solidária enquanto defesa económica das comunidades locais em tempo de crise

Os autores da economia social e solidária não rejeitam o mercado enquanto mecanismo descentralizado de alocação de recursos. Em contrapartida, são muito críticos relativamente à lógica de desenvolvimento contemporânea, pela qual a esfera económica se emancipou progressivamente da espera social até constituir uma força autónoma, à qual os diferentes aspectos da existência humana, mesmo os mais íntimos, subordinaram-se progressivamente. Esta crítica leva-os a desenvolver novas organizações nas quais a acumulação do capital não é considerada como um fim em si e a taxa de lucro não constitui a única medida do sucesso da empresa (SEGOT, 2014, p. 19).

No entanto, os consumidores do sector informal são inúmeros. Como fizemos compreender, a progressão dos mercados de actividades económicas não oficiais é muito rápida, sejam eles pequenos e pouco desenvolvidos, sejam relativamente grandes, pois o comércio não licenciado é parte muito significativa do tecido económico de Angola. As raízes intelectuais da economia social e solidária encontram-se provavelmente na corrente do socialismo utópico, de que Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier ou ainda Pierre-Joseph Proudhon são os pioneiros representantes no século XIX. Este socialismo, muito influenciado nomeadamente pela filosofia humanista e pelo cristianismo social, assentava na tomada de consciência do custo humano da revolução industrial e afirmava a necessidade de colocar a capital sob o controlo da sociedade. Mas ao contrário dos socialistas científicos que, na sequência dos trabalhos de Karl Marx e Friedrich Engels, esperavam a emancipação humana a partir de transformações institucionais que deveriam ser produzidas pelas contradições internas do capitalismo no quadro de uma teoria da história, os socialistas utópicos atribuíam a si próprio o objectivo de reconquistar a esfera económica por via da experimentação de novas formas de organização autónomas, descentralização e focadas a atingir objectivos sociais. Neste sentido, os socialistas utópicos não rejeitavam necessariamente a economia de mercado, mas entendiam esta última como uma simples instituição, cujo objectivo último era servir o bem comum.

A economia social e solidária inclui um conjunto de actividades que contribuem para a democratização da economia com base nos compromissos cívicos. Esta perspectiva de análise caracteriza-se pelo facto de contemplar estas actividades não apenas a partir do ponto de vista da sua forma jurídica (associações, cooperativos, mutualidades...), mas também através da dupla dimensão - económica e política - que constitui a sua especificidade (LAVILLE, 2009, p. 149).

De acordo com o autor epígrafe, os seus pensamentos, enquanto pesquisador das economias emergentes, apresenta sua perspectiva, que consideramos que as entidades representativas da economia social e solidária integram a democratização da economia real, evidenciando uma identidade distinta dos demais sectores de actividade económica. Não obstante as diferenças conceptuais existentes entre estas duas economias: social e solidária, ambas são objectos de estudo de vasta importância, cujos exemplos práticos assumem um papel determinante para a concretização do desenvolvimento sustentável das comunidades locais. O autor ainda considera que os princípios de gestão financeira e análise da economia aplicada em

finanças pessoais está preocupada em determinar como a eficiência de uma economia doméstica podem ser aumentadas. No que se refere a realidade da escassez, para então perceber como podemos organizar a poupança familiar para ter o uso mais eficiente das rendas familiares tem sido descrita como sendo a "essência da economia - familiar", onde a disciplina financeira faz a sua contribuição ímpar. Entre outros, mesmo que um grupo social detenha vantagem absoluta em todos os sectores de renda familiar, tem vantagem em se especializar nas áreas onde tem as maiores vantagens de vendas, efectuando depois trocas comerciais com outros operadores informais.

Na segunda linha, as boas ferramentas das finanças solidárias representam, no entanto, uma inversão das relações entre as finanças, a economia e a sociedade. As finanças solidárias podem, pois, compreender como uma transposição do princípio de desenvolvimento sustentável na empresa.

As finanças solidárias representam, pois, uma ruptura profunda com a lógica financeirizada, o posicionamento ético das instituições financeiras solidária decorre de uma tomada de consciência dos perigos de uma economia, guiada pela procura de lucros de curto prazo. Ao reter o bem-estar humano como critério de alocação da poupança, estas instituições permitem aos investidores solidários e aos aforradores exprimir os seus valores éticos, dão oportunidades aos novos empresários da economia solidária e favorecem, por esta via, a realização do ecodesenvolvimento (SEGOT, 2014, p. 59).

Pode-se aferir dessa citação que, numa organização de economia social, essa distribuição pode acontecer sem que ela seja excluída do âmbito da economia real, isto desde que cumpram os restantes requisitos para manter esta condição e desde que essa distribuição não seja directamente ligada ao capital, e sim, às contribuições de cada membro. Tendo em conta os seus requisitos, o sector não lucrativo é correspondente ao subsector não mercantil da economia social e solidária, excluindo formas jurídicas como as cooperativas e as sociedades mútuas, considerando apenas as associações e as fundações. E o segundo parágrafo faz referência a um subsector não mercantil, do qual fazem parte as associações, fundações e similares, cujos produtos e serviços provisionados têm uma finalidade social e não lucrativa, as suas fontes de financiamento são os donativos, quotas, financiamentos públicos e privados e os excedentes económicos que possam existir são reinvestidos na própria organização.

No campo dos conceitos alternativos, podemos chamar aqui a figura cultural da expressão: de Ubuntu, das culturas *Zulu* e *Xhosa* que significa “EU sou em TI e na medida em que TU és”, podemos ainda referir um outro conceito alternativo

da cultura kimbundu da expressão: *Etu Mu dietu*, que significa “estamos juntos na medida em que estamos misturados”. A mesma teoria é responsável pela crença generalizada dos economistas nos benefícios do comércio livre. O conceito aplica-se a indivíduos, fazendas, fábricas, fornecedores de serviços e a economias. A oferta e demanda-social também pode ser usada para modelar a distribuição de renda pelos factores de produção, como o capital e trabalho, através de mercados de factores.

Conclusões

O desenvolvimento sustentável implica não só a segurança económica, coesão social e revalorização ambiental, mas também exige considerar as questões da diversidade cultural, da coesão territorial, da literacia para a sustentabilidade, de uma governança participativa e cidadania local e de uma bioética assente nos valores que promovem a sustentabilidade.

Em última análise, os modelos do desenvolvimento sustentável são modelos integrados de desenvolvimento económico que tem em consideração as questões sociais dos factores de produção e a preservação do meio ambiente como herança das futuras gerações. É o que chamamos de desenvolvimento social inteligente, que procura integrar uma visão de longa duração nas opções de crescimento e progresso social para revolver os problemas futuros. Há, por exemplo, países em que a riqueza produzida actualmente é repartida pelas necessidades sociais da actualidade e da futura geração.

Daí a ideia da criação dos chamados fundos: do petróleo, do diamante, da madeira, ferro, cereais, soberano, que servem para acumular riqueza proveniente da exploração de recursos públicos não renováveis, por exemplo, para suprir as necessidades humanas de amanhã, quando esses recursos terminarem. Então, o modelo de desenvolvimento sustentável é a associação e cooperação do crescimento económico, da preservação do meio ambiente, do progresso social (acesso a serviços básicos de qualidade), da qualidade de vida e do uso racional dos recursos naturais, nomeadamente, a água que será um dos grandes problemas do mundo, no futuro.

No nosso país, os principais obstáculos são a extremamente desigual oportunidade e a iníqua distribuição da renda nacional, agravados por políticas públicas e critérios de afectação de recursos públicos que não têm o homem como centro, privilegiando as infraestruturas, o crescimento económico e a acumulação primitiva do capital, subalternizando o trabalho e o empreendedorismo produtivo.

Humanización económica: el impacto de la economía social y solidaria en las comunidades locales

Abstract

This research privileges the great walls of the real economy in local communities, which find multidisciplinary social responses in the social and solidarity economy. Informal activity is a front line that feeds the soul of the narrative according to which almost 34% is the unemployment rate in Angola, being mostly made up of young women. The Km-30 Market is an authentic open-air exchange, where informal trade does not constitute a transgression in the moral strand of the unemployed population in urban and rural areas, coming from various parts of the country and from abroad. The informal sector continues to respond to the great human needs, as there is still no stabilization, reforms and development of the Angolan economy. No one is a born unemployed, as informal action is a local alternate offering learned from unlimited social needs to help you deal with and reflect with expectation, strategies and frustrations from the actors of informal trade. While he is engaged in the activity, it is positive; it brings income and good savings. There is no trading bureaucracy, financial intermediary, trade war, charity and high or very high interest rates. At the methodological level, it is designed, with the theories of the job market and the theory of the plan for the conversion of the Angolan informal economy. The approach method is qualitative research, where the objective of the research will be explanatory and descriptive. When looking at the research protocols and procedures techniques, we selected the historical, comparative and deductive. The characteristics of the researcher, on the other hand, will make use of multiple data sources such as; discussion of works by several local and global specialists, direct and participatory observation at the Km - 30 Market, where the phenomenon was produced.

Keywords: Informal economy. Unemployment. Social and Solidarity Economy and the Km-30 Market of Viana.

Economic humanization: the impact of the social and solidarity economy on local communities

Resumen

Esta investigación privilegia los grandes muros de la economía real en las comunidades locales, que encuentran respuestas sociales multidisciplinarias en la economía social y solidaria. La actividad informal es una línea de frente que alimenta el alma de la narrativa según la cual casi el 34% es la tasa de desempleo en Angola, estando mayoritariamente conformada por mujeres jóvenes. El Mercado Km-30 es una auténtica bolsa de valores al aire libre, donde el comercio informal no constituye una transgresión en la fibra moral de la población desocupada de zonas urbanas y rurales, provenientes de diversas partes del país y del exterior. El sector informal sigue respondiendo a las grandes necesidades humanas, ya que aún no hay estabilización, reformas y desarrollo de la economía angoleña. Na-

die nace desempleado, ya que la acción informal es una oferta alternativa local aprendida de necesidades sociales ilimitadas para ayudarlo a enfrentar y reflexionar con expectativas, estrategias y frustraciones de los actores del comercio informal. Mientras se dedica a la actividad, es positiva, aporta ingresos y buenos ahorros. No hay burocracia comercial, intermediario financiero, guerra comercial, caridad y tasas de interés altas o muy altas. A nivel metodológico, se construye, con las teorías del mercado laboral y la teoría del plan de conversión de la economía informal angolana. El método de abordaje es la investigación cualitativa, donde el objetivo de la investigación será explicativo y descriptivo. Al observar los protocolos de investigación y las técnicas de procedimientos, seleccionamos las históricas, comparativas y deductivas. Las características del investigador, por otro lado, harán uso de múltiples fuentes de datos como; consulta de trabajos de varios especialistas locales y globales, observación directa y participativa en el Mercado Km - 30, donde se produjo el fenómeno.

Palabras clave: Economía informal. Desempleo. Economía social y solidaria y Mercado de Viana Km-30.

Referências

- ANGOLA, Jornal de. *Baixar o Índice de Desemprego no País*. 15613^a ed. Luanda: Edições Novembro, 2019.
- ALVES DA ROCHA, M. J. *Estabilização, Reformas e Desenvolvimento em Angola*. Luanda, Angola: Mayamba, 2011.
- ALVES DA ROCHA, M. J. *Alguns Temas Estruturantes da Economia Angolana*. Luanda, Angola: Kilombelombe, 2011.
- CALUNDUNGO, Sérgio. Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Revista-Inform. Instituto para a Cidadania, Luanda-Angola: DAMER, 2008.
- DA COSTA, Rui Quintas. *Impacto da Economia Social e Solidária como Factor Decisivo do Desenvolvimento Sustentável da Integrabilidade Comunitária: um Estudo de Caso do Mercado-Km 30 no Município-Viana Província de Luanda (2017-2019)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto, 2020.
- FINANÇAS & ECONOMIA. INEA: Lança Operação para Inquérito ao Emprego em Angola. 555^a ed. Luanda: Edições Novembro, 2019.
- LAVILLE, J. L. *Economia Plural*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.
- LOCAL, Governação e Públicas Políticas Pesquisa Centro. *Visão Estratégica de Recursos Humanos: Política de Quadros e Desempenho do Serviço Público em Angola*. Revista-UAN. Luanda: Where Angola, 2018.
- MOSAICO, Instituto para a Cidadania. *Objectivos de desenvolvimento Sustentável*. Revista-Inform. Luanda: Damer, 2008.
- SEGOT, Thomas Lagoarde. *As Finanças Solidárias: um Humanismo Económico*. Lisboa, Portugal: Piaget, 2014.

TEIXEIRA, Carlos, M. S. *Visão Estratégica de Recursos Humanos: Política de Quadros e o Desempenho do Serviço Público em Angola*. Revista nº04 CPPPGL-UAN, Luanda-Angola: WHERE ANGOLA, 2018.

VALÊNCIO, Manoel; DA COSTA. R. *Quintas*. História do Pensamento das Ciências Económicas. Luanda, Angola: ECO7, 2020.

VASCONCELLOS, Marcos António Sandoval. *Economia: Micro e Macro*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Impactos da flexibilização da política monetária sobre os agregados macroeconômicos: uma análise do caso brasileiro sob metas de inflação no período 2011-2019

*Felipe Santos Tostes**
*Graciela Aparecida Profeta***

Resumo

No governo Dilma, foram implementadas medidas de flexibilização da política monetária. Este artigo questiona se os instrumentos introduzidos pelo governo foram interpretados como interferências na gestão do Regime de Metas de Inflação pelo Banco Central. Ademais, isso pode ter afetado a credibilidade da política monetária, contribuindo para a perda da estabilidade da inflação. Os métodos de Vetores Autorregressivos e Vetor de Correção de Erros foram utilizados para verificar o impacto entre as variáveis. Os resultados indicam uma forte evidência de que a baixa credibilidade da política monetária prejudicou o funcionamento da âncora nominal no período analisado.

Palavras-chaves: Credibilidade. Política monetária. Política fiscal. Modelos de séries temporais.

* Doutor em Teoria Econômica pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Coordenador do ensino de graduação a distância do curso de Administração Pública do Cederj. Líder do grupo de estudos em Economia Keynesiana (GEEK). Integrante do Núcleo de estudos em Economia Aplicada (NEEA). E-mail: felipesantostostes@id.uff.br

** Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense (UFF). Integrante do Núcleo de estudos em Economia Aplicada (NEEA). Líder do grupo de estudos de mercado e regulação econômica (GEMRE). E-mail: graciela profeta@id.uff.br

Introdução

O regime de política econômica adotado no Brasil em julho de 1999, o tripé macroeconômico, configura-se a partir de metas de inflação, metas para o superávit primário das contas públicas e taxa de câmbio livre. O objetivo desta estrutura de política econômica é a estabilidade de preços, em que para cada ano é definida uma meta para a inflação, que pode variar dentro de uma banda de acordo com o índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). Também é desejável que o governo mantenha um compromisso com o superávit primário e que a taxa de câmbio não sofra forte volatilidade.

Entre os anos de 1999 e 2010, período em que este regime foi aplicado de forma estrita, a inflação esteve fora das bandas apenas nos anos de 2001, 2002 e 2003, o governo conseguiu alcançar um resultado de superávit primário das suas contas e a taxa de câmbio apresentou tendência à apreciação. A média de crescimento do produto interno bruto (PIB) no período foi de 3,5%. Ou seja, o regime gerou resultado satisfatório com relação aos seus objetivos.

A manutenção deste tripé entre os anos de 1999 e 2010 baseava-se na boa relação entre a autoridade monetária, o Banco Central do Brasil (BCB), e a autoridade fiscal, o Tesouro Nacional (TN). O BCB era o responsável por manter a taxa de inflação sobre controle. De outro lado, o TN era o responsável por alcançar o superávit primário. Entretanto, em agosto de 2011, no início do governo Dilma Rousseff (2011-2016), foram implementados novos instrumentos de política econômica, como parte do plano denominado Nova Matriz Econômica (NME). A princípio, o que chamou maior atenção no plano foi a introdução de instrumentos auxiliares aos instrumentos típicos do Regime de Metas de Inflação (RMI), tornando a política monetária mais flexível.

A taxa de juros Selic e as taxas de juros dos bancos públicos (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) foram reduzidas com o objetivo de estimular a economia por meio da elevação do consumo das famílias e dos investimentos privados. Também para estimular os investimentos, foram concedidos incentivos fiscais. A taxa de câmbio foi desvalorizada, a fim de estimular as exportações. O controle da inflação por meio da Selic foi complementado com uma estratégia de concessão de subsídios nos setores de energia e combustível (CAGNIN *et al.*, 2013; CHAMIÇO, 2018).

Os resultados demonstraram que o governo conseguiu manter a inflação próxima ao teto da meta até o ano de 2014, não conseguindo impedir a alta inflação no

ano de 2015 (IPCA igual a 10,67%), estourando o teto da meta. O mesmo aconteceu com o resultado das contas públicas, em que os superávits primários constantes até 2013 se transformaram em déficits primários persistentes a partir de 2014. A taxa de câmbio volta a ter uma tendência à depreciação a partir do ano de 2012. A média de crescimento do PIB no período foi de 0,4%. Isto é, o regime não obteve um resultado satisfatório neste período com relação aos seus objetivos e, ademais, pode ter contribuído com o estado de fragilidade da economia brasileira.

O fato de o governo Dilma Rousseff nunca ter abandonado o tripé e ter escolhido uma estratégia de flexibilização da política monetária pode ter contribuído para um estado de desconfiança e deterioração das expectativas. Isso porque os agentes econômicos necessitam de clareza das informações com relação às ações da política econômica. Devem acreditar no comprometimento das autoridades com as regras da política econômica. Ademais, a política econômica necessita de uma âncora nominal que guie as expectativas dos agentes econômicos. No RMI, a expectativa de inflação exerce o papel de âncora nominal da política econômica, convergindo a inflação para a sua meta (MODENESI, 2005).

Este trabalho leva em questão se os agentes econômicos entenderam os novos instrumentos de política econômica utilizados durante o período como uma interferência, tanto na âncora nominal da política econômica como no instrumento da política monetária, a Selic. Se isso foi interpretado com desconfiança pelos agentes econômicos, pode ter sido o fator determinante para afetar as expectativas dos agentes econômicos e, conseqüentemente, para a perda da estabilidade da inflação.

O restante deste trabalho está organizado da seguinte forma: a seção 2 trata da operacionalidade da política monetária, das medidas econômicas adotadas e os resultados dessas no governo Dilma. A seção 3 apresenta a metodologia utilizada no trabalho. A seção 4 fornece as evidências empíricas obtidas a partir da aplicação de modelos econométricos. Por fim, são apresentadas as conclusões.

Referencial teórico

A flexibilização do tripé macroeconômico

A adoção do arranjo de política econômica a partir de 1999 demandou modificações na operacionalidade da política monetária. No RMI, o BCB tem como principal

instrumento de política monetária as operações em mercado aberto com títulos do TN, com o objetivo de manipular a variável operacional, a taxa básica de juros de curto-prazo (Selic). O objetivo é influenciar as metas intermediárias no chamado mecanismo de transmissão da política monetária¹ (taxa de juros de longo prazo, os preços dos ativos no mercado financeiro, as expectativas dos agentes econômicos, o custo e a demanda pelo crédito e a taxa de câmbio). O objetivo final da política monetária é coordenar a demanda agregada para manter a inflação estável.

Para o bom funcionamento do sistema de metas de inflação, o tripé deve ser complementado com política de superávit primário e de taxa de câmbio flutuante. No primeiro caso, o TN não pode intervir no mercado de reservas bancárias, a fim de compensar déficits orçamentários, para não perder controle sobre a Selic. No segundo caso, o BCB deve deixar o mercado de câmbio funcionar livremente, de modo que se mantenha o controle sobre a liquidez do mercado monetário por meio dos títulos públicos.²

As medidas adotadas pelo governo Dilma, com o intuito de amenizar os efeitos decorrentes da crise econômica da área do Euro³, implementaram uma flexibilização da política monetária, sem, no entanto, abandoná-la. A política econômica passou a ter como objetivo final, além da estabilidade da inflação, a obtenção de taxas elevadas de crescimento econômico. Em conjunto com os instrumentos de política monetária próprios do RMI, foi adotada uma série de medidas de política cambial, creditícia e fiscal (CHAMIÇO, 2018; CAGNIN *et al.*, 2013).

Com relação à política monetária, o Ministério da Fazenda adotou alguns instrumentos auxiliares: i) o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) foi utilizado com o objetivo de controlar a demanda por crédito; ii) foram adotados controles sobre os fluxos de capitais, com o objetivo de diminuir o impacto da relação juros domésticos e juros externos no volume de reservas bancárias, evitando efeitos sobre as taxas de juros e de câmbio; iii) as taxas de juros de curto prazo dos bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) foram reduzidas, com o objetivo de fazer com que as demais instituições financeiras também diminuíssem as suas taxas de juros, reduzindo o *Spread* bancário; iv) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passou a atuar de forma ativa na determinação da taxa de juros de longo prazo, com o objetivo de influenciar o mercado de crédito de longo prazo (CHAMIÇO, 2018; CAGNIN *et al.*, 2013).

Com relação à política fiscal, o Ministério da Fazenda adotou algumas medidas: i) desoneração tributária como a redução do Imposto sobre os Produtos

Industrializados (IPI), a instituição do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), a redução do prazo de devolução de créditos do PIS-Pasep sobre bens de capital, a ampliação do Simples Nacional, a desoneração da folha de pagamento de setores intensivos em mão de obra e o estabelecimento de um novo regime tributário para o setor automotivo; ii) foi implementado um programa de investimento público e de compras governamentais (CHAMIÇO, 2018; CAGNIN *et al.*, 2013).

Como a política fiscal tinha como objetivo estimular a atividade econômica por meio da redução da carga tributária e da elevação dos investimentos públicos, o instrumento convencional de política monetária no RMI pode ter tido sua eficácia prejudicada, levando o governo a adotar medidas auxiliares no âmbito da operacionalidade da política monetária.

Resultados da flexibilização do tripé macroeconômica

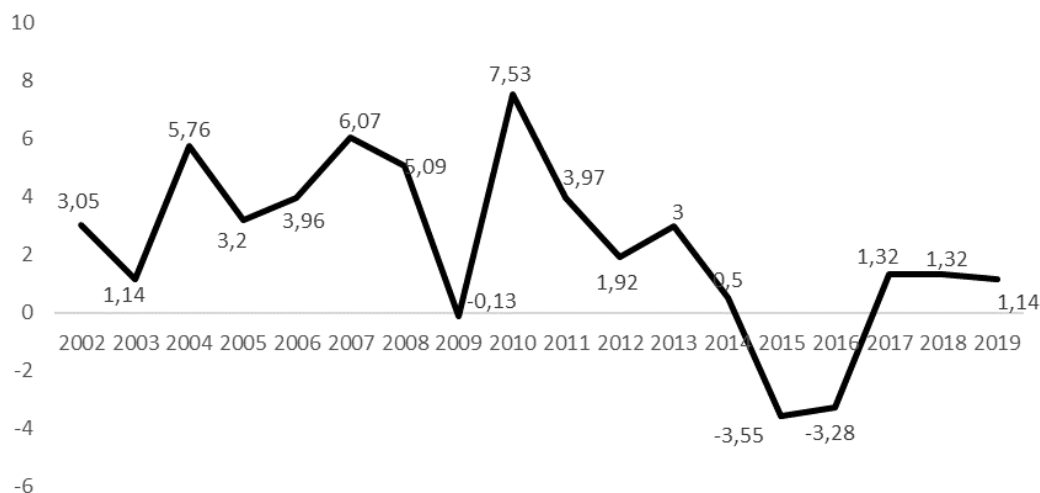
As medidas de política econômica adotadas na NME não resultaram no alcance dos seus objetivos finais de controle da inflação e elevação da atividade econômica e, ademais, podem ter sido responsáveis pela deflagração da crise econômica a partir de 2014. Segundo Barbosa Filho (2017), a crise resulta de um conjunto de choques de oferta e de demanda: i) a NME reduziu a produtividade da economia brasileira, diminuindo o produto potencial; ii) ocorreu o esgotamento dos efeitos sobre a demanda agregada dos instrumentos da NME; iii) gerou a crise de sustentabilidade da dívida pública doméstica; e iv) foi necessária a eliminação das isenções tarifárias.

Uma das causas apontadas por Oreiro (2017) é a queda na Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) a partir do segundo trimestre de 2014. Na visão pós-keynesiana, uma das causas para a redução da FBKF é a incerteza inerente ao processo de tomada de decisão pelos empresários, em que a queda nas expectativas em relação ao retorno do capital levou a uma queda nos investimentos. Além do mais, outros fatores levaram à intensificação da crise econômica, como o realinhamento de preços relativos nos setores de energia e combustíveis, a desvalorização da taxa de câmbio, a queda da renda real do trabalho e a perda de capacidade de geração de superávit primário.

A Figura 1 mostra a evolução percentual anual do PIB no período 1999-2018. A flexibilização da política monetária permitiu, nos primeiros anos de adoção das

medidas, uma recuperação em relação aos efeitos da crise econômica de 2008/2009 e uma sustentação dos níveis de atividade econômica, mesmo sob efeitos da crise da área do Euro. Entretanto, é possível ver uma clara perda de dinamismo da economia brasileira a partir de 2014.

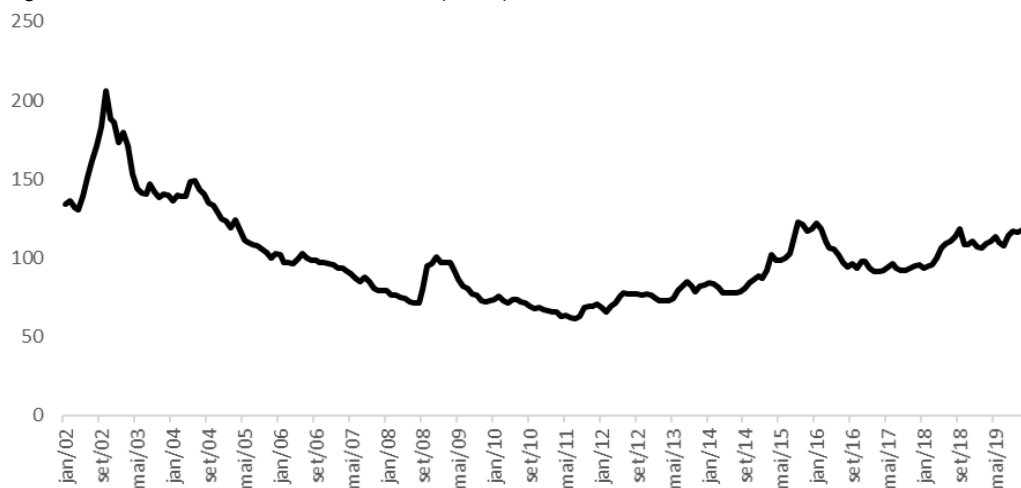
Figura 1 – PIB – taxa (%) de crescimento anual



Fonte: elaboração dos autores a partir de dados do BCB.

No Brasil, os bancos podem negociar livremente moedas estrangeiras ao longo do dia, mas, ao final do dia, o BCB intervém mantendo o volume em poder dos bancos dentro de determinado nível (FORTUNA, 2020). A estabilidade da taxa de câmbio, mesmo não sendo um objetivo explícito de bancos centrais em RMIs, auxilia no alcance da meta de inflação (MENDONÇA; TOSTES, 2015). Como mostra a Figura 2, a taxa de câmbio passou a ter uma tendência forte de desvalorização a partir de 2014. Ou seja, no período de flexibilização da política monetária, podemos notar uma relativa estabilidade da taxa de câmbio.

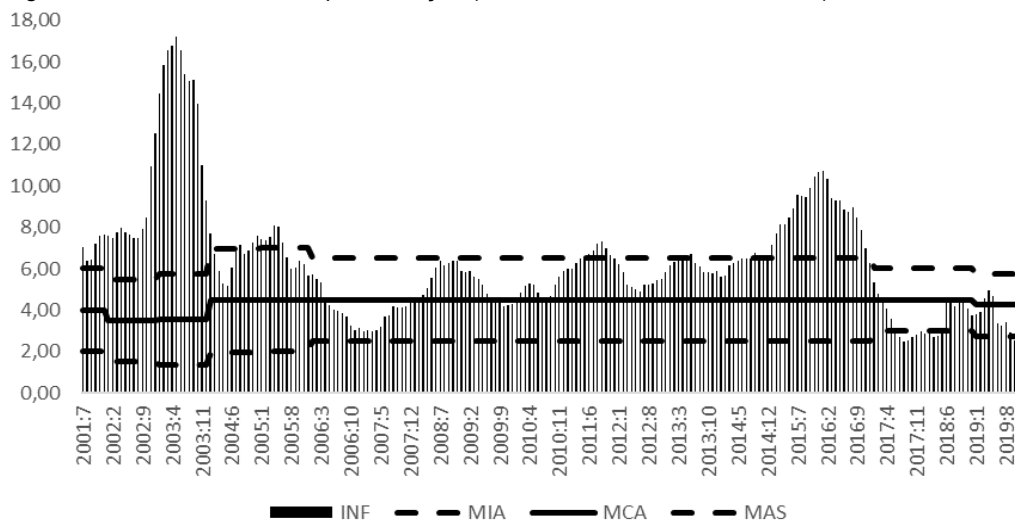
Figura 2 – Índice da taxa de câmbio real (IPCA) – dólar americano



Fonte: elaboração dos autores a partir de dados do BCB.

Com relação à inflação, é possível ver, na Figura 3, que a partir da adoção da NME o BCB passou a atuar na margem superior das metas inflacionárias de 2010 a 2016. Como o governo passou a atuar de forma ativa para manter o dinamismo do setor real da economia, as taxas de inflação passaram a ser mais elevadas.

Figura 3 – Histórico de Metas para Inflação (% a.a. acumulado em 12 meses)



Fonte: elaboração dos autores a partir de dados do BCB. IPCA mensal acumulado em doze meses.

MIA = Meta Inferior Ajustada; MCA = Meta Central Ajustada; e MSA = Meta Superior Ajustada.

Algumas análises demonstram os determinantes da inflação brasileira no período de adoção do RMI, com base no modelo do Consenso Macroeconômico⁴ e que perpassam o período de incidência da flexibilização do RMI.

Summa e Macrini (2014) obtiveram os determinantes da inflação brasileira pelo método de redes neurais para o período de julho de 1999 a setembro de 2010. No que diz respeito às pressões de demanda, medidas a partir do hiato do produto, os resultados demonstram que o impacto dessa variável é cíclico, ou seja, o sinal do impacto sobre a inflação muda de valor ao longo do tempo. Com relação à inflação passada e à “inflação importada”, a análise mostra um impacto positivo sobre a inflação estimada.

Medeiros, Portugal e Aragón (2017) obtiveram os determinantes da inflação no Brasil, para o período de março de 2002 a junho de 2015, por meio da realização de testes de quebras estruturais nos parâmetros de uma curva de Phillips Novo-Keynesiana (CPNK) proposta por Blanchard e Galí (2007), bem como nos parâmetros da CPNK híbrida apresentada por Galí e Gertler (1999). Essa análise difere das demais por apresentar o impacto de choques sobre os parâmetros da curva de Phillips. Os métodos de estimação utilizados foram o de mínimos quadrados ordinários (MQO) e o de variáveis instrumentais (VI). Os resultados obtidos apontam para uma diminuição do efeito da expectativa de inflação sobre a inflação corrente, uma diminuição do efeito da taxa de desemprego e da insignificância do hiato do produto a partir da quebra estrutural identificada em 2004.

Arruda, Oliveira e Castelar (2017) fizeram uma análise da inflação brasileira recente a partir do arcabouço da curva de Phillips Novo-Keynesiana Híbrida para o período entre janeiro de 2002 e agosto de 2015. Os resultados sugerem que a inflação brasileira ainda possui um forte componente inercial e sensibilidade às oscilações do hiato do produto.

Conforme Kydland e Prescott (1977), um tema muito importante em ambientes de metas de inflação é o desenvolvimento da credibilidade da política monetária. O desenvolvimento da credibilidade permite ao banco central utilizar menores taxas de juros, bem como diminui o impacto das variáveis macroeconômicas sobre a inflação.

Nesse sentido, Montes e Curi (2015) realizaram um estudo que fornece evidência empírica, de dezembro de 2001 a junho de 2013, de que o ganho de credibilidade é crucial para reduzir a volatilidade da taxa básica de juros, bem como a taxa de inflação no Brasil. Os métodos de estimação utilizados foram o de mínimos quadrados ordinários (MQO), o de Método dos momentos generalizado (GMM) e

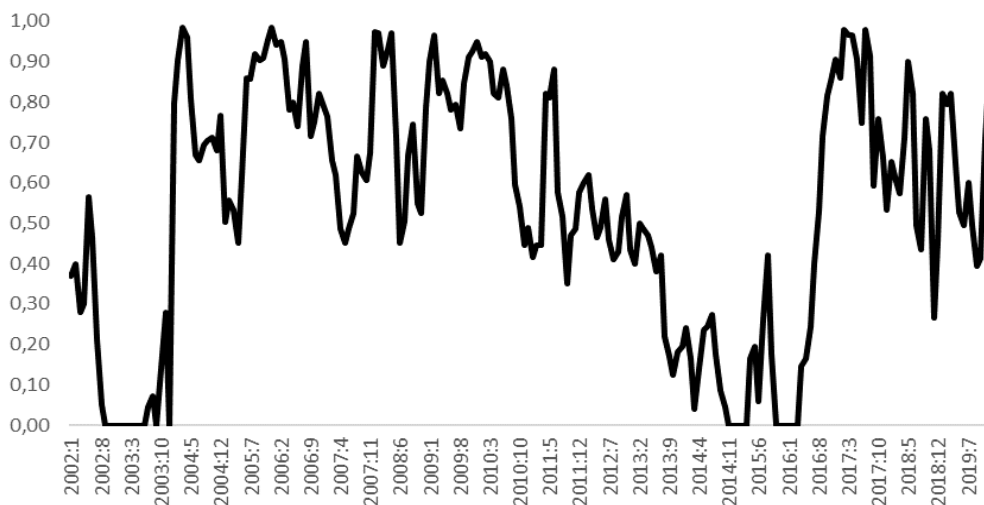
o de Vetores Autorregressivos (VAR). Os resultados indicam que um aumento da credibilidade ajuda a manter a inflação baixa e estável.

A Figura 4 mostra a evolução da credibilidade da política monetária. O índice de credibilidade foi desenvolvido por Mendonça e Galveas (2013) e considera o comportamento *forward-looking* dos agentes econômicos em relação à inflação. A credibilidade atinge o seu ponto máximo quando a expectativa de inflação para os próximos 12 meses ($E_t(INF_{t+12})$) é igual ao centro da meta de inflação ponderada (próximos 12 meses – INF_{t+12}^*) e diminui de forma linear, enquanto a expectativa inflacionária desvie do centro da meta de inflação. Quando a inflação ultrapassa os limites do intervalo de tolerância da meta de inflação, o $CRED_M$ é igual a 0. Assim, $CRED_M$ é resultado de:

$$CRED_{M_t} = \begin{cases} 1 & \text{se } E_t(INF_{t+12}) = INF_{t+12}^* \\ 1 - \frac{1}{INF_{i+1}^{banda} - INF_{i+1}^*} [E_t(INF_{t+12}) - INF_{t+12}^*] & \text{se } INF_i^{banda_inf} < E_t(INF_{t+12}) < INF_i^{banda_super} \\ 0 & \text{se } E_t(INF_{t+12}) \geq INF_i^{banda_super} \text{ ou } E_t(INF_{t+12}) \leq INF_i^{banda_inf} \end{cases} \quad (1)$$

Em que INF_{i+1}^{banda} é o limite de tolerância da inflação definido para o próximo ano, $INF_i^{banda_inf}$ é o limite inferior e $INF_i^{banda_super}$ é o limite superior; INF_{i+1}^* é a meta de inflação para o próximo ano. A Figura 4 mostra o comportamento do índice de credibilidade monetária no período de 2001 a 2019.

Figura 4 – Índice de Credibilidade da Política Monetária



Fonte: elaboração dos autores a partir de dados do BCB.

É possível ver, por meio da Figura 4, que houve uma perda gradual de credibilidade da política monetária como resultado da adoção das medidas econômicas. Ademais, pode-se dizer, de modo preliminar, que a política econômica adotada não obteve um resultado satisfatório neste período com relação aos seus objetivos e pode ter sido a responsável por colocar a economia brasileira em um estado de fragilidade.

Metodologia

O modelo econométrico e os procedimentos de estimação

A fim de verificar a influência dos efeitos da política econômica sobre os agregados macroeconômicos, utilizou-se, neste estudo, o modelo do novo consenso macroeconômico com três equações: uma expectativa de inflação (Equação 2), uma equação para a demanda agregada (Equação 3) e uma curva de Phillips (Equação 4).

Para estimar os impactos sobre a expectativa de inflação decorrentes de choques em IPCA, CAMBIO_R, ICM e DIVPIB, adotou-se a Equação (2):

$$EINF_{t-k} = \alpha_0 + \alpha_1 IPCA_{t-k} + \alpha_2 CAMBIO_R_{t-k} + \alpha_3 ICM_{t-k} + \alpha_4 DIVPIB_{t-k} + \varepsilon_t \quad (2)$$

Acredita-se, com base na literatura revisada, que choques no IPCA implicam em elevação na EINF. Da mesma forma, choques no CAMBIO_R devem resultar em elevação na EINF. Um choque no ICM deve resultar em uma redução do EINF. Por fim, o choque na DIVPIB deve gerar um efeito positivo sobre EINF.

Com a Equação (3), pretendeu-se avaliar os impactos de choques nas variáveis SELIC_R, CAMBIO_R e G sobre o HIATO. Acredita-se que um choque na SELIC_R deve diminuir o HIATO, enquanto um choque no CAMBIO_R e no G deve aumentar o HIATO.

$$HIATO_{t-k} = \gamma_0 + \gamma_1 SELIC_R_{t-k} + \gamma_2 CAMBIO_R_{t-k} + \gamma_3 G_{t-k} + \mu_t \quad (3)$$

A partir da Equação (4), procurou-se verificar se a inflação recebe choques das expectativas (Equação 2), da demanda agregada (Equação 3) e do setor externo, através da variável CAMBIO. Espera-se que as relações entre a variável EINF e o IPCA, HIATO e o IPCA e entre CAMBIO e IPCA sejam positivas.

$$IPCA_{t-k} = \beta_0 + \beta_1 EINF_{t-k} + \beta_2 HIATO_{t-k} + \beta_3 CAMBIO_{t-k} + U_t \quad (4)$$

Quanto aos procedimentos econométricos necessários à estimação das equações propostas para avaliar os efeitos das ações da política econômica sobre as variáveis macroeconômicas, ressalta-se que, dado que neste artigo utilizou-se séries de tempo, é fundamental realizar análise gráfica e teste formal, a fim de se verificar a estacionariedade das séries. A partir da análise gráfica, é possível observar se a variável tende ou não a ser estacionária, conforme comportamento apresentado ao longo do tempo. Geralmente, quando a série apresenta algum tipo de tendência, pode-se dizer que há um forte indício de que ela não seja estacionária em nível. Caso contrário, se a série apresentar um comportamento em torno da média, de t_1 a t_n , espera-se que ela seja estacionária.

Entretanto, esta análise, apesar de necessária, não é suficiente para definir a estacionariedade das séries, sendo indispensável a realização de teste formal de raiz unitária, em que o mais comum é o teste Dickey-Fuller Aumentado (ADF), que testa a hipótese nula quanto à presença de raiz unitária contra a hipótese alternativa de a série ser estacionária, “considerando a presença ou não da constante e/ou da tendência [...] e também possibilita a realização de testes conjuntos sobre o parâmetro de raiz unitária e a presença ou não do intercepto ou tendência” (MARGARIDO *et al.*, 2004, p. 82). Então, se todas as séries forem estacionárias em nível, ou seja, integradas de ordem zero – $I(0)$ –, o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) deve ser empregado, pois apresentarão os melhores estimadores não tendenciosos e eficientes. Todavia, se as séries analisadas mostraram-se não estacionárias em nível, integradas em primeira e/ou segunda ordem – $I(1)$ e $I(2)$ ⁵ –, é adequada a aplicação de modelos de séries temporais, tal como o modelo Vetorial Autorregressivo (VAR); já em caso de se observar relação de equilíbrio de longo prazo, o modelo Vetorial de Correções de Erros (VEC) é o mais indicado.

Conforme Bueno (2011), o VAR pode ser representado pelas matrizes (I) e (II)⁶, na forma simples bivariada, como exemplo, e possibilita que sejam observadas as correlações entre as variáveis, principalmente a partir da forma reduzida. A matriz (I) representa a forma estrutural do VAR:

$$\begin{bmatrix} 1 & b_{12} \\ b_{21} & 1 \end{bmatrix} \begin{bmatrix} Z_t \\ X_t \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} \gamma_{11} & \gamma_{12} \\ \gamma_{21} & \gamma_{22} \end{bmatrix} \begin{bmatrix} Z_{t-1} \\ X_{t-1} \end{bmatrix} + \begin{bmatrix} \varepsilon_{1,t} \\ \varepsilon_{2,t} \end{bmatrix} \quad (\text{I})$$

em que os erros são $\varepsilon_{t,1}$ e $\varepsilon_{t,2}$ e ruídos brancos. Gujarati (2006) complementa dizendo que os erros no modelo VAR são chamados de choques, impulsos ou inovações. Já a sua forma reduzida é representada pela matriz (II):

$$\begin{bmatrix} Z_t \\ X_t \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} c_{11} & c_{12} \\ c_{21} & c_{22} \end{bmatrix} \begin{bmatrix} Z_{t-1} \\ X_{t-1} \end{bmatrix} + \begin{bmatrix} u_{1,t} \\ u_{2,t} \end{bmatrix}, \text{ em que:} \quad (\text{II})$$

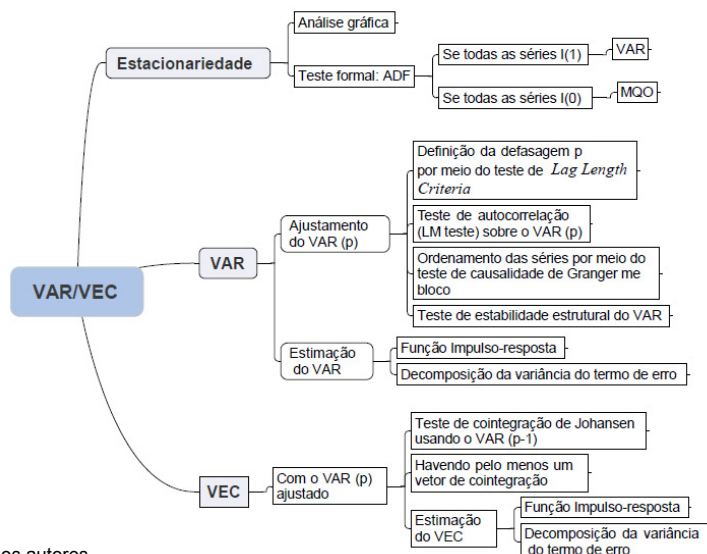
$$c_{11} = \frac{\gamma_{11} - b_{12}\gamma_{21}}{1 - b_{12}b_{21}}, \quad c_{12} = \frac{\gamma_{12} - b_{12}\gamma_{22}}{1 - b_{12}b_{21}}, \quad c_{21} = \frac{\gamma_{21} - b_{21}\gamma_{11}}{1 - b_{12}b_{21}}, \quad c_{22} = \frac{\gamma_{22} - b_{21}\gamma_{12}}{1 - b_{12}b_{21}},$$

$$u_{1,t} = \frac{\varepsilon_{1,t} - b_{12}\varepsilon_{2,t}}{1 - b_{12}b_{21}}, \quad u_{2,t} = \frac{\varepsilon_{2,t} - b_{21}\varepsilon_{1,t}}{1 - b_{12}b_{21}}.$$

De acordo com Gujarati (2006, p. 779), “o termo *autorregressivo* deve-se à aparência do valor defasado da variável dependente [...] e o termo *vetor* deve-se ao fato de que se lida com um vetor de duas (ou mais) variáveis”. Assim, as equações resultantes poderão ser estimadas por MQO.

Então, o modelo VAR permite verificar as inter-relações entre múltiplas variáveis a partir de um conjunto mínimo de restrições de identificação que “permitam identificar o componente ‘exógeno’ de cada variável, possibilitando a estimação do efeito de um ‘choque’ nessa variável sobre as demais” (CAVALCANTI, 2010, p. 251). Na Figura 5, apresenta-se um esquema quanto às etapas de estimação dos modelos VAR/VEC.

Figura 5 – Etapas para a estimação do modelo VAR/VEC



Fonte: elaboração dos autores.

De acordo com a Figura 5, são várias as etapas para a estimação do modelo VAR/VEC, sendo que a decisão de qual modelo melhor se ajusta aos dados passa tanto pelos resultados do teste de estacionariedade quanto pelos obtidos por meio do teste de cointegração de Johansen. No que concerne aos resultados do teste ADF, geralmente, tem-se que séries econômicas apresentam-se como $I(1)$, isto é, estacionária apenas na primeira diferença. Se de fato todas as séries forem $I(1)$, o melhor modelo poderá ser um VAR/VEC em detrimento ao MQO. Mas, pode ocorrer de existir séries estacionárias em nível, que são as $I(0)$ e as não estacionárias [$I(d)$, $d > 0$]; neste caso, deve-se transformar todas as séries não $I(0)$, por meio de processo de diferenciação, e aplicar os estimadores de MQO.

Quando todas as séries são por exemplo $I(1)$, passa-se a ajustar o melhor modelo autorregressivo vetorial (VAR). Conforme Morettin e Tolo (2006), deve-se inicialmente realizar o teste de *Lag Length Criteria (Lag structure)*, que se baseia nos resultados apontados pelos critérios de Schwarz (SC), Akaike (AIC) ou, ainda, de Hannan-Quinn (HQ). Tal teste permite definir quantas defasagens (p) serão incorporadas na estimação do modelo. Sobre o VAR (p) apontado, deve-se aplicar o teste do multiplicador de Lagrange (LM teste) para verificar se ele apresenta problemas relacionados à autocorrelação. Em caso de rejeição da hipótese nula de ausência de autocorrelação, deve-se ajustar um VAR ($p+1$) até que o problema de autocorrelação não seja mais detectado.

De acordo com Bueno (2011), salienta-se que, em virtude de o VAR ser considerado um modelo ateorico e de todas as variáveis serem tratadas como endógenas, o ordenamento das séries na formulação do modelo implica nos resultados estimados. Nesses casos, é importante que se aplique o teste de causalidade de Granger em Bloco, que é um teste de exogeneidade que segue uma distribuição de *Qui-quadrado* (χ^2), e o ordenamento é realizado a partir do menor para o maior valor de χ^2 . Por fim, em relação ao ajustamento do modelo VAR (p), ainda é necessário verificar a sua estabilidade a partir do teste de raiz unitárias inversas. Estando todas as raízes inversas dentro do círculo unitário, o VAR (p) é considerado estável e pode-se prosseguir com a estimação do modelo.

Quando o intuito do pesquisador é verificar se os desequilíbrios de curto prazo podem ser corrigidos no longo prazo, este deve aplicar o modelo VEC. Mas, para que isso ocorra, é necessário testar se existe relação de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis, e isso é feito por meio do teste de Cointegração de Johansen a partir de um VAR ($p-1$). Se as séries forem estacionárias e/ou não houver relação de cointegração, o método de estimação a ser aplicado deve ser o VAR. Porém, havendo ao menos uma relação de cointegração, utiliza-se o modelo VEC (MORETTIN; TOLOI, 2006).

O modelo VEC corrige o desequilíbrio de curto prazo, por meio do Teorema de Representação de Granger. De acordo com este teorema, “se duas variáveis Y e X são cointegradas, a relação entre as duas pode ser expressa como um mecanismo de correção de erro” (GUJARATI, 2006, p. 758). Dessa forma, por meio deste modelo, é possível equilibrar o comportamento de uma variável econômica de curto prazo com seu comportamento de longo prazo.

De maneira simplista, pode-se dizer que o VEC é um modelo VAR aperfeiçoado. Então, o formato de um modelo de correção de erros, conforme Margarido *et al.* (2004), é dado pela Equação (5):

$$\nabla z_t = \Gamma_1 \nabla z_{t-1} + \dots + \Gamma_{k-1} \nabla z_{t-k+1} + \Pi z_{t-k} + \Phi D_t + u_t \quad (5)$$

em que: $\Gamma_i = -(I - A_1 - \dots - A_i)$, ($i = 1, \dots, k-1$), e $\Pi = -(I - A_1 - \dots - A_k)$.

Segundo Harris (1995 apud MARGARIDO *et al.*, 2004), o modelo VEC, na forma da Equação (6), torna possível a incorporação de relações de curto e longo prazos, por intermédio de correções em z_t , dadas por meio dos parâmetros Γ_i e Π . Assim, como no VAR, no VEC, além da equação estimada, é possível extrair informações do resultado obtido via modelo empírico, por meio da Função Impulso-Resposta (FIR) e da Decomposição da Variância do Erro de Previsão (DVE), além da interpretação dos parâmetros estimados.

Descrição e fonte de dados

Levando-se em conta a disponibilidade de informações na base de dados do BCB, as variáveis deste estudo têm periodicidade mensal para o período de março de 2011 a agosto de 2019. Os dados utilizados foram os seguintes⁷:

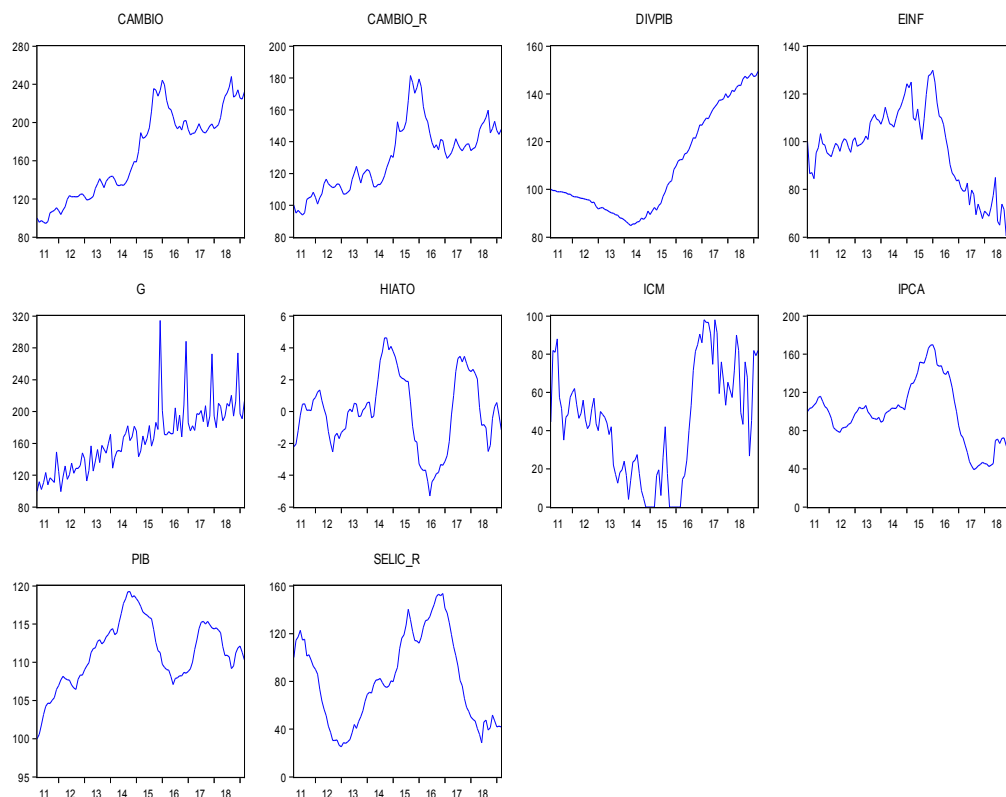
- a) *EINF* – corresponde à expectativa da média da inflação acumulada para os próximos 12 meses medida pelo IPCA;
- b) *HIATO* – desvios do produto em relação à sua tendência de longo prazo. Corresponde à diferença entre o PIB e o PIB potencial obtido por meio da aplicação do filtro Hodrick-Prescott (HP);
- c) *SELIC_R* – Taxa Selic real. Calculada a partir da equação $r_t = \left[\frac{1 + i_t}{1 + \pi_{t+12}^e} \right] - 1$. Em que i_t é a taxa de juros - Meta Selic definida pelo Copom - % a.a.;
- d) *CAMBIO* – é a taxa de câmbio nominal;

- e) *CAMBIO_R* – é a taxa de câmbio nominal valorizado pelo IGP-DI do mês;
- f) *G* – são as despesas totais do governo obtidas na série histórica do TN;
- g) *INF* – é a inflação acumulada nos últimos doze meses medida pelo IPCA;
- h) *DIVPIB* – Dívida Líquida Interna do Setor Público consolidado (% PIB).

Resultados e discussões

De modo a obter os melhores e mais verossímeis resultados que permitissem analisar os efeitos das ações da NME, seguiu-se com a análise do comportamento das séries temporais de 2011 a 2019. Na Figura 6, apresentam-se o comportamento gráfico das séries.

Figura 6 – Comportamento das séries utilizadas para estimação dos modelos VAR/VEC, 2011 a 2019



Fonte: elaboração dos autores a partir dos resultados da pesquisa.

A partir da análise da Figura 6, observa-se que todas as séries apresentam algum tipo de tendência, e isso é um indício de que não são estacionárias em nível. Para comprovar tal suspeita, apresentam-se, na Tabela 1, os resultados do teste ADF para verificar a estacionariedade das séries.

Tabela 1 – Resultados do Teste ADF das séries utilizadas nos modelos VAR/VEC

(continua...)

Modelo		Defasagens*	Estatística τ^{**}	Probabilidade	Decisão	Conclusão
CAMBIO_R						
em nível	Intercepto	01	-1,889	0,336	NE	I (1)
	Intercepto e Tendência	01	-2,272	0,445	NE	
	Sem Intercepto e Sem Tendência	01	0,565	0,837	NE	
	1ª diferença	0	-7,393	0,000	ES	
DIVPIB						
em nível	Intercepto	03	-0,245	0,928	NE	I (1)
	Intercepto e Tendência	03	-2,024	0,580	NE	
	Sem Intercepto e Sem Tendência	02	1,164	0,936	NE	
	1ª diferença	02	-1,704	0,084	ES	
EINF						
em nível	Intercepto	0	-1,068	0,726	NE	I (1)
	Intercepto e Tendência	0	-1,672	0,756	NE	
	Sem Intercepto e Sem Tendência	0	-0,763	0,383	NE	
	1ª diferença	0	-9,727	0,000	ES	
G						
em nível	Intercepto	11	-1,418	0,570	SE	I (1)
	Intercepto e Tendência	11	-0,979	0,941	NE	
	Sem Intercepto e Sem Tendência	11	4,583	1,000	NE	
	1ª diferença	11	-4,264	0,000	SE	
HIATO						
em nível	Intercepto	01	-2,666	0,084	ES	I (1)
	Intercepto e Tendência	01	-2,657	0,257	NE	
	Sem Intercepto e Sem Tendência	01	-2,681	0,008	ES	
	1ª diferença	0	-4,264	0,000	ES	
ICM						
em nível	Intercepto	03	-1,738	0,409	NE	I(1)
	Intercepto e Tendência	03	-2,299	0,430	NE	
	Sem Intercepto e Sem Tendência	03	-0,961	0,299	NE	
	1ª diferença	02	-6,437	0,000	ES	

(conclusão)

IPCA						
em nível	Intercepto	01	-1,532	0,513	NE	I(1)
	Intercepto e Tendência	01	-1,617	0,779	NE	
	Sem Intercepto e Sem Tendência	01	-0,699	0,412	NE	
	1ª diferença	0	-5,442	0,000	ES	
PIB						
em nível	Intercepto	01	-2,654	0,086	ES	I(1)
	Intercepto e Tendência	01	-2,194	0,487	NE	
	Sem Intercepto e Sem Tendência	01	0,418	0,802	NE	
	1ª diferença	0	-4,867	0,000	ES	
SELIC_R						
em nível	Intercepto	03	-2,106	0,243	NE	I(1)
	Intercepto e Tendência	03	-2,144	0,514	NE	
	Sem Intercepto e Sem Tendência	01	-1,340	0,166	NE	
	1ª diferença	0	-6,158	0,000	ES	
CAMBIO						
em nível	Intercepto	01	-1,099	0,717	NE	I(1)
	Intercepto e Tendência	01	-2,251	0,456	NE	
	Sem Intercepto e Sem Tendência	01	1,263	0,947	NE	
	1ª diferença	0	-7,134	0,000	ES	

Fonte: elaboração dos autores.

Observações: NE (não estacionária) e ES (Estacionária).

Conforme análise da Tabela 1, verificou-se que todas as séries são integradas de primeira ordem, considerando 10% de significância estatística, o que já havia sido sinalizado pela representação gráfica (Figura 6). Nesse caso, as Equações (2) a (4) foram estimadas pelo modelo VAR/VEC. Como mostrado na Figura 5, após a definição da ordem de integração das séries, passou-se a realizar o ajustamento do modelo VAR (p) para cada uma das equações supracitadas. Os resultados dos modelos VAR/VEC para cada caso estão apresentados nas subseções a seguir.

Apresentação e análise dos resultados estimados para choques na EINF

Para definir as defasagens necessárias para a estimação do VAR, utilizou-se o Teste de *Lag Length Criteria* disponível no Eviews 6.0. Os resultados foram

apresentados na Tabela A1. Assim, a partir dos resultados dos testes, verifica-se que os critérios de seleção apontaram para diferentes ordens de defasagens. Nesses casos, recomenda-se que a escolha considere o critério de Hanna-Quinn (HQ), visto que ele é o mais robusto entre os demais. Logo, a defasagem selecionada foi de ordem dois (2). A partir do VAR (2), testou-se a presença de autocorrelação, cujos resultados indicaram presença de autocorrelação. Desse modo, estimaram-se modelos VAR (p+1) até que não se rejeitasse a ausência de autocorrelação. Com tal procedimento, o VAR (5) foi o modelo que melhor se ajustou aos dados (Tabela A2) e foi a partir dessa especificação que se aplicou o teste de Causalidade de Granger em Bloco (Tabela 2).

Tabela 2 – Teste de Causalidade de Granger em Bloco para as variáveis do choque na EINF

Excluídas	χ^2	Defasagem	Probabilidade
Variável dependente: EINF			
IPCA	10,41035	5	0,0644
CAMBIO_R	6,216507	5	0,2857
ICM	10,72728	5	0,0571
DIVPIB	23,26982	5	0,0003
Todas em conjunto	62,89967	20	0,0000
Variável dependente: IPCA			
EINF	7,076298	5	0,2150
CAMBIO_R	7,384799	5	0,1936
ICM	5,939529	5	0,3121
DIVPIB	0,862242	5	0,9729
Todas em conjunto	29,10240	20	0,0858
Variável dependente: CAMBIO_R			
EINF	21,39924	5	0,0007
IPCA	9,439093	5	0,0928
ICM	9,062081	5	0,1066
DIVPIB	20,99601	5	0,0008
Todas em conjunto	57,23072	20	0,0000
Variável dependente: ICM			
EINF	6,637913	5	0,2490
IPCA	7,279021	5	0,2007
CAMBIO_R	3,575027	5	0,6121
DIVPIB	7,922932	5	0,1605
Todas em conjunto	44,90933	20	0,0011
Variável dependente: DIVPIB			
EINF	3,190844	5	0,6706
IPCA	2,544789	5	0,7697
CAMBIO_R	9,659278	5	0,0855
ICM	3,930002	5	0,5595
Todas em conjunto	23,79277	20	0,2516

Fonte: elaboração dos autores.

Conforme resultados da Tabela 2, quando se considera a variável EINF como dependente, verifica-se causalidade no sentido de Granger do IPCA, ICM e DIVPIB para a EINF, a 10% de significância estatística. Isso mostra que a Expectativa de Inflação no tempo t responde adequadamente à inflação em $t-1$ e que a proporção da dívida no PIB é levada em consideração pelos agentes econômicos na formulação das expectativas. Ademais, a taxa de câmbio real não apresenta ser uma variável relevante para explicar as expectativas.

No que se refere ao ordenamento das variáveis, novamente foram considerados os resultados dos testes de χ^2 , que indicaram para a seguinte ordem: EINF, DIVPIB, IPCA, ICM e CAMBIO_R. Ressalta-se que o resultado do χ^2 para o conjunto de variáveis do modelo em que o EINF é a variável dependente foi de 62,89, neste caso, o maior valor apresentado. Contudo, como no VAR todas as variáveis são endógenas, o pesquisador deve se valer da teoria e da literatura para corroborar ou refutar, pelo menos em partes, o ordenamento sugerido pelo teste de Causalidade de Granger em Bloco. Entretanto, como o interesse era verificar os efeitos das demais variáveis sobre a expectativa de inflação (EINF), esta foi considerada a variável mais endógena do modelo.

Após ter realizado as etapas preliminares de ajuste do modelo VAR (ver – Tabela A2 e Figura A1), verificou-se que o VAR(5) é estável e passou-se a testar a questão da cointegração. Para tanto, aplicou-se o teste de cointegração de Johansen. O resumo dos resultados deste pode ser observado na Tabela A3, os quais apontaram para a existência de vetores de cointegração em todos os casos testados. Nesse caso, a estimação dos impactos das variáveis DIVPIB, IPCA, ICM e CAMBIO_R sobre a EINF foi realizada por meio de um VEC (4), cujos resultados estão apresentados na Equação (6).

$$EINF_{t-4} = 152,22 - 0,58^{***}DIVPIB_{t-4} + 0,10^{***}IPCA_{t-4} - 0,13^{***}ICM_{t-4} + 0,03^{NS}CAMBIO_{R,t-4} \quad (6)$$

A partir da Equação (6), verifica-se que todos os parâmetros estimados foram significativos a 1% de significância estatística, exceto o coeficiente da variável CAMBIO_R. Dado um aumento de 1 unidade na DIVPIB, a EINF reduz em 0,58 unidades *ceteris paribus*. Esse resultado mostra que a elevação da dívida em proporção do PIB está relacionada a uma restrição da demanda, interpretado pelos agentes econômicos como um efeito recessivo na inflação futura. Dado um aumento de 1 unidade no IPCA, a EINF aumenta em 0,1 unidades *ceteris paribus*. Nesse caso, pode-se dizer que a inflação passada possui um efeito significativo sobre a

inflação futura e que um efeito de inércia inflacionária não pode ser descartado. Dado um aumento de 1 unidade no ICM, a EINF reduz em 0,13 unidades *ceteris paribus*. Esse resultado mostra que uma boa credibilidade da política monetária é um fator importante para a manutenção da âncora nominal.

Além das análises dos coeficientes estimados pelo modelo VEC (4), também pode-se verificar o comportamento da FIR na Figura A2 e da DEV na Tabela A4. Quanto à FIR, observa-se que choques de um desvio padrão sobre a própria EINF até o 4º mês da análise apresenta um impacto negativo na EINF, mas a partir daí os choques se dissipam rapidamente. No caso de choques na DIVPIB, nota-se que até o 5º mês há pouco impacto sobre a EINF, mas a partir do 6º mês choques no DIVPIB tendem a gerar impactos cada vez mais negativos na EINF. Quanto aos choques no IPCA, os impactos sobre a EINF também são mais significativos a partir do 5º mês, entretanto, com tendência crescente e positiva. No que tange aos choques no ICM, os impactos sobre a EINF até o 3º mês se mostram negativos, mas a partir daí parecem se dissipar ao longo do tempo. De maneira a complementar a análise sobre os resultados da FIR, verificou-se pela DVE que de fato as variáveis que ganham força ao longo do tempo na explicação da decomposição do erro de variação da EINF são IPCA e ICM, com, respectivamente, 22,08% e 20,49% no 12º mês da análise.

Apresentação e análise dos resultados estimados para choques no Hiato do Produto

Novamente, foi feito o ajustamento de um modelo VAR (p) para estimar as relações entre as variáveis que compõem o choque no HIATO. Assim, averiguou-se que os critérios de seleção (Tabela A5) apontaram para diferentes ordens de defasagens. Nesse caso, optou-se pelo o que o critério de Hanna-Quinn (HQ) indicou, que foi para um VAR (2). A partir do VAR (2), testou-se a presença de autocorrelação, e os resultados indicaram presença de autocorrelação. Então, estimou-se um VAR (3), e este não apresentou problemas de autocorrelação (Tabela A6).

Com base no VAR (3), realizou-se o teste de Causalidade de Granger em Bloco, com o intuito de verificar se existia relação de causalidade entre as variáveis, bem como de definir o ordenamento das séries para a estimação do modelo VAR. O resultado deste teste está apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Teste de Causalidade de Granger em Bloco para choque no HIATO

Excluídas	χ^2	Defasagem	Probabilidade
Variável dependente: HIATO			
SELIC_R	1,130389	3	0,7697
CAMBIO_R	11,49087	3	0,0093
G	2,363110	3	0,5005
Todas em conjunto	15,33877	9	0,0820
Variável dependente: SELIC_R			
HIATO	7,232686	3	0,0648
CAMBIO_R	0,905329	3	0,8241
G	1,843019	3	0,6056
Todas em conjunto	15,53630	9	0,0772
Variável dependente: CAMBIO_R			
HIATO	15,07573	3	0,0018
SELIC_R	10,10641	3	0,0177
G	5,017235	3	0,1705
Todas em conjunto	31,27851	9	0,0003
Variável dependente: G			
HIATO	2,980883	3	0,3946
SELIC_R	3,029729	3	0,3871
CAMBIO_R	13,58433	3	0,0035
Todas em conjunto	15,00133	9	0,0909

Fonte: elaboração dos autores.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 3, verifica-se que, para o caso de a variável dependente ser o HIATO, apenas o CAMBIO_R a causa no sentido de Granger. Todavia, SELIC_R, CAMBIO_R e G, em conjunto, causam o HIATO. O que mostra que as políticas monetária e fiscal perderam efetividade no impacto sobre a demanda agregada no período de análise. Por sua vez, a taxa de câmbio é uma variável relevante, o que corrobora o argumento do impacto da recessão externa sobre o mercado doméstico.

No que tange ao ordenamento das séries usadas para a estimação do modelo VAR (3) para o choque no HIATO, o teste de χ^2 aponta para a seguinte ordem: HIATO, G, SELIC_R e CAMBIO_R. Após reestimar o VAR (3), considerado o ordenamento sugerido, foi testado se ele era estável por meio do teste de estabilidade e observou-se que todas as raízes unitárias estavam dentro do círculo unitário, indicando para um VAR (3) estável (Figura A3).

Realizadas essas etapas preliminares e dado que o VAR (3) foi considerado estável, o passo seguinte foi aplicar o teste de cointegração de Johansen, de modo

a verificar se existia relações de longo prazo entre as variáveis do modelo. Os resultados do teste de Johansen foram apresentados na Tabela A7 e apontaram que existia pelo menos uma relação de cointegração. Então, visto que existe pelo menos uma relação de cointegração, pode-se estimar o modelo VEC (2) considerando tendência linear nos dados, intercepto na equação de teste e sem tendência nesta. Os resultados da estimação estão apresentados na Equação (7).

$$HIATO_{t-2} = -44,13 + 0,64^{***}G_{t-2} - 0,04^{NS}SELIC_{R_{t-2}} - 0,22^{**}CAMBIO_{R_{t-2}} - 0,59^{***}T \quad (7)$$

Ao analisar a Equação (7), verifica-se que todos os parâmetros estimados foram significativos a pelo menos 5% de significância estatística, exceto o estimado para a variável SELIC_R. Dado um aumento de 1 unidade no G, o HIATO aumenta em 0,64 unidades, *ceteris paribus*. Isso significa que a política fiscal teve efeito expansionista. Um aumento de 1 unidade no CAMBIO_R faz com que o HIATO diminua em 0,22 unidades, *ceteris paribus*.

Por fim, além das análises dos coeficientes estimados a partir do modelo VEC (2), também se pode verificar o comportamento da FIR na Figura A4 e da DVE na Tabela A8. Quanto à FIR, observa-se que choques de um desvio padrão sobre o próprio HIATO até o 4º mês da análise apresentam um impacto positivo, e ele não se dissipa ao longo do período. No caso de choques no G, nota-se que este impacta positivamente e de forma crescente o HIATO ao longo de todo o período. Já choques na SELIC_R não parecem impactar no comportamento do HIATO, pois desde o 1º mês da análise ele já se dissipa. Quanto aos choques no CAMBIO_R, os impactos sobre o HIATO também são significativos, entretanto, com tendência negativa e crescente. Também de maneira a complementar a análise sobre os resultados da FIR, verificou-se pela DVE que de fato o CAMBIO_R com 28,29% no 12º mês da análise é a variável de maior poder de explicação da decomposição do erro de variância do HIATO.

Apresentação e análise dos resultados estimados para choques no IPCA

As análises partem do ajustamento de um modelo VAR (p) para estimar as relações entre as variáveis. A partir do teste de *Lag Length Criteria* (Tabela A9), verificou-se que os critérios de seleção apontaram para diferentes ordens de defasagens. Então, conforme os critérios de AIC, SIC, HQ e o FPE, tem-se que duas

defasagens foram escolhidas para iniciar o ajustamento e a estimação do VAR. A partir do VAR (2) estimado, testou-se a presença de autocorrelação serial sobre ele. O resultado do teste LM para autocorrelação foi apresentado na Tabela A10 e, considerando que na segunda defasagem não foi possível rejeitar a hipótese nula de ausência de autocorrelação, então, pode-se afirmar que o VAR (2) está livre de problemas sobre suas estimativas que decorreriam da presença de autocorrelação serial no modelo.

Retomando a Figura 5, o próximo passo é a definição do ordenamento das variáveis por meio do teste de causalidade de Granger em bloco. Os resultados estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Teste de Causalidade de Granger em Bloco para as variáveis do choque no IPCA

Excluídas	χ^2	Defasagem	Probabilidade
Variável dependente: IPCA			
EINF	0,647560	2	0,7234
HIATO	5,642972	2	0,0595
CAMBIO	0,042354	2	0,9790
Todas em conjunto	11,65328	6	0,0702
Variável dependente: EINF			
IPCA	10,86301	2	0,0044
HIATO	7,741583	2	0,0208
CAMBIO	7,475547	2	0,0238
Todas em conjunto	22,86982	6	0,0008
Variável dependente: HIATO			
IPCA	2,955159	2	0,2282
EINF	0,568934	2	0,7524
CAMBIO	6,270731	2	0,0435
All	13,37338	6	0,0375
Variável dependente: CAMBIO			
IPCA	7,798703	2	0,0203
EINF	7,336135	2	0,0255
HIATO	13,60563	2	0,0011
Todas em conjunto	23,70014	6	0,0006

Fonte: elaboração dos autores.

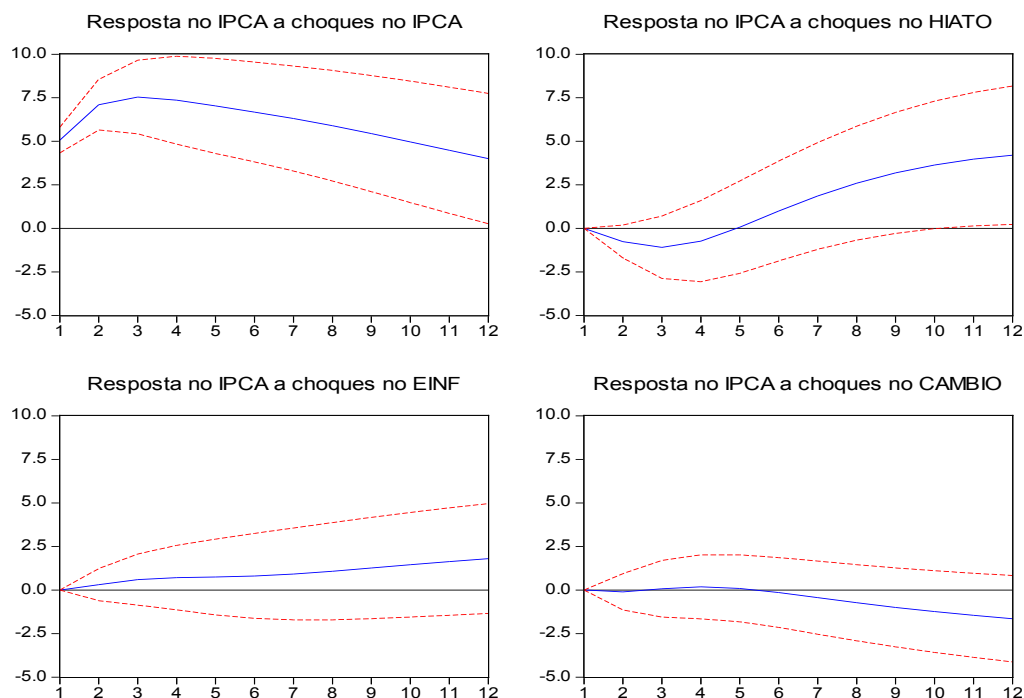
Conforme resultados apresentados pela estatística de χ^2 na Tabela 4, sendo o IPCA a variável dependente, verificou-se que a 10% de significância estatística o HIATO causa o IPCA no sentido de Granger. E, em conjunto, HIATO, EINF e

CAMBIO também causam o IPCA no sentido de Granger. Isso significa que a inflação está respondendo adequadamente a oscilações na demanda agregada.

Quanto ao ordenamento das variáveis, este deve considerar o menor valor da estatística de χ^2 de todas as variáveis em conjunto, para o maior valor. Então, para o choque no IPCA, o ordenamento adotado foi: IPCA, HIATO, EINF e CAMBIO. Ainda em relação ao ajustamento do melhor modelo VAR, realizou-se o teste de estabilidade do VAR (2), e os resultados foram apresentados na Figura A5, indicando que o modelo ajustado é estável.

De acordo com a Figura 5, após o ajustamento do VAR (p), deve-se verificar se existe relação de cointegração entre as variáveis do modelo. Os resultados do teste de Johansen (Tabela A11) revelaram não haver relação de cointegração entre as variáveis, o que impediu a estimação do modelo VEC. Diante disso, analisaram-se os resultados do VAR (2) ajustado por meio da FIR e da DVE. A FIR está apresentada na Figura 7.

Figura 7 – Função Impulso-Resposta de choques no IPCA



Fonte: elaboração dos autores a partir do *software* Eviews 6.0.

A análise da Figura 7 revela que choques de um desvio padrão sobre o IPCA implicam, até o 3º mês, em aumentos no próprio IPCA, e estes demoram a se dissipar, uma vez que no 12º mês ainda se verifica que a série está distante da média (zero). Quanto a choques no HIATO, até o 5º mês, verificam-se efeitos negativos sobre o IPCA e, do 6º mês em diante, uma tendência de crescimento, mostrando que também há dificuldade na dissipação dos choques do HIATO sobre o IPCA. No caso de choques sobre EINF e CAMBIO, observa-se padrão similar, pois os efeitos sobre o IPCA se desenvolvem em torno da média. De modo complementar à análise da FIR, apresenta-se, na Tabela 5, a decomposição da variância do erro de previsão.

Tabela 5 – Decomposição da Variância do Erro de Previsão para choque no IPCA

Período	Erro-padrão	IPCA	HIATO	EINF	CAMBIO
1	5,071530	100,0000	0,000000	0,000000	0,000000
2	8,761616	99,10709	0,755937	0,122675	0,014300
3	11,62742	98,34638	1,310069	0,331842	0,011712
4	13,80046	98,26371	1,212320	0,498477	0,025496
5	15,50626	98,38838	0,961976	0,625943	0,023696
6	16,93239	98,07145	1,149833	0,751454	0,027266
7	18,19206	96,97018	2,040972	0,906682	0,082162
8	19,34120	95,06670	3,604282	1,112748	0,216267
9	20,40569	92,51253	5,671962	1,380725	0,434786
10	21,39871	89,50626	8,048981	1,713391	0,731368
11	22,32800	86,23723	10,55862	2,107701	1,096448
12	23,19830	82,86607	13,05633	2,557023	1,520580

Fonte: elaboração dos autores.

Pela Tabela 5, corrobora-se o que a FIR apontou, ou seja, que choques no IPCA têm maior poder de impactar o próprio IPCA do que as demais variáveis. Com isso, tem-se mais um indício da existência de inércia inflacionária. Dentre as variáveis, o HIATO foi a que teve maior poder de impactar o IPCA, sendo que, no 12º mês de análise, esta foi responsável por 13,05% da decomposição do erro de previsão das variações no IPCA.

Conclusões

O estudo apresentou evidências empíricas dos choques de agregados macroeconômicos sobre a expectativa de inflação, a demanda agregada e a inflação. Em geral, os resultados estão de acordo com a maior parte da literatura revisada. A

análise deste estudo procurou avaliar os impactos: da política fiscal, a partir do choque dos gastos do governo e da dívida pública em proporção do PIB; da política monetária, por meio da taxa básica de juros e do índice de credibilidade monetária; do setor externo, por meio da taxa de câmbio.

Com relação ao choque sobre a expectativa de inflação, a dívida pública em proporção ao PIB possui um efeito negativo. Isso significa que a dívida é interpretada como possuindo efeitos recessivos, pois os agentes econômicos avaliavam o governo como sendo capaz de aplicar uma política de ajuste fiscal de modo a reverter a tendência de crescimento da dívida ao longo do tempo e do BCB como sendo capaz de aplicar adequadamente a política monetária. Ou seja, a trajetória da dívida pública ao longo do tempo não é vista como explosiva a ponto de os agentes esperarem por sua monetização e seu consequente impacto sobre a inflação.

No que tange ao choque sobre a demanda agregada, verifica-se que a política fiscal foi pouco eficaz. Por sua vez, a política monetária não possui efeito, por meio da demanda, no controle da inflação, sendo este um resultado relevante. Em síntese, o impacto significativo da taxa de câmbio demonstra que a demanda agregada no período teve forte impacto dos fatores externos.

Com relação ao choque sobre o IPCA, um resultado interessante é que a inflação está respondendo adequadamente a oscilações na demanda agregada. Entretanto, como a demanda agregada responde à taxa de câmbio, fica evidenciado que a inflação do período respondeu indiretamente à taxa de câmbio. Ademais, choques no IPCA têm maior poder de impactar o próprio IPCA do que as demais variáveis desse. Logo, trata-se de outro indício da existência de inércia inflacionária, o que representa uma forte evidência dos efeitos da perda de credibilidade da política monetária sobre o funcionamento da âncora nominal.

De modo geral, os resultados indicam que a NME prejudicou o funcionamento da âncora nominal e contribuiu para a perda de credibilidade da política monetária. O resultado foi um aumento da inércia inflacionária no período. Com relação à política fiscal, os resultados evidenciam a sua pouca efetividade na demanda agregada. Por fim, a economia brasileira ainda enfrentou o impacto de choques externos, que, sob um regime de baixa credibilidade monetária, possibilita maiores efeitos da taxa de câmbio sobre o baixo crescimento econômico e sobre a elevada taxa de inflação no período.

Impacts of monetary policy easing on macroeconomic aggregates: an analysis of the Brazilian case under reporting targets in the period 2011-2019

Abstract

In the Dilma government, monetary policy easing measures were implemented. This article questions whether the instruments introduced by the government were interpreted as interferences in the management of the Inflation Targeting Regime by the Central Bank. Furthermore, this may have affected the credibility of monetary policy, contributing to the loss of inflation stability. The methods of autoregressive vectors and error correction vectors were used to verify the impact between the variables. The results indicate strong evidence that the low credibility of monetary policy impaired the functioning of the nominal anchor in the analyzed period.

Keywords: Credibility. Monetary policy. Fiscal policy. Time series models.

Impactos de la flexibilización de la política monetaria en los agregados macroeconómicos: un análisis del caso brasileño bajo metas de reporte en el período 2011-2019

Resumen

En el gobierno de Dilma se implementaron medidas de flexibilización de la política monetaria. Este artículo cuestiona si los instrumentos introducidos por el gobierno fueron interpretados como interferencias en la gestión del Régimen de Metas de Inflación por parte del Banco Central. Además, esto puede haber afectado la credibilidad de la política monetaria, contribuyendo a la pérdida de estabilidad de la inflación. Se utilizaron los métodos de vectores autorregresivos y vector de corrección de errores para verificar el impacto entre las variables. Los resultados indican una fuerte evidencia de que la baja credibilidad de la política monetaria perjudicó el funcionamiento del ancla nominal en el período analizado.

Contraseñas: Credibilidad. Política monetaria. Política fiscal. Modelos de series temporales.

Notas

¹ Para uma compreensão geral dos mecanismos de transmissão da política monetária, ver, por exemplo: Taylor (1995), Mishkin (1995), Berk (1998), Mendonça (2001), Mohanty e Turner (2008), Minella e Souza-Sobrinho (2013).

² Para a discussão sobre o trilema da política econômica, ver Mundell (1963) e de Mendonça e Veiga (2017).

- ³ “A equipe econômica do governo partia do diagnóstico de que a desaceleração do crescimento econômico brasileiro era um problema de demanda agregada que tinha sua origem no recrudescimento da crise econômica internacional, em função dos problemas de endividamento soberano dos países da área do euro” (OREIRO, 2017, p. 76).
- ⁴ Para uma explicação do modelo, ver, por exemplo, Romer (2005).
- ⁵ “A ordem de integração é o número de diferenças que deve ser aplicado à série para torná-la estacionária” (BUENO, 2011, p. 242).
- ⁶ As equações foram extraídas de Cavalcanti (2010).
- ⁷ Todas as variáveis, com exceção do ICM, foram transformadas em número índice de tal forma que seus valores em março de 2011 são iguais a 100 (2011 = 100). Para acompanhar a mesma base, o ICM foi multiplicado por 100.

Referências

- ARRUDA, E. F.; OLIVEIRA, M. T. A.; CASTELAR, I. Recent dynamics of Brazilian inflation in different environments of forward-looking expectations. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, n. 4, p. 808-831, 2017.
- BARBOSA FILHO, F. de H. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.
- BERK, J. M. Monetary transmission: what do we know and how can we use it? *PSL Quarterly Review*, v. 51, n. 205, 1998.
- BLANCHARD, O.; GALÍ, J. Real Wage Rigidities and the New Keynesian Model. *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 39, n. s1, p. 35-65, 2007.
- BUENO, R. L. S. *Econometria de Séries Temporais*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- CAGNIN, R. F.; PRATES, D. M.; FREITAS, M. C. P. de; NOVAIS, L. F. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). *Novos estudos CEBRAP*, n. 97, p. 169-185, 2013.
- CAVALCANTI, M. A. F. H. Identificação de modelos VAR e causalidade de Granger: uma nota de advertência. *Revista de Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 02, 2010.
- CHAMIÇO, E. D. *A nova matriz econômica: uma interpretação*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2018.
- FORTUNA, E. *Mercado Financeiro: produtos e serviços*. 22. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2020.
- GALÍ, J.; GERTLER, M. Inflation dynamics: a structural econometric analysis. *Journal of Monetary Economics*, v. 44, n. 2, p. 195-222, 1999.
- GIORNO, C.; RICHARDSON, P.; ROSEVEARE, D.; NOORD, P. van den. Estimating Potential Output, Output Gaps and Structural Budget Balances. *Working Paper Economic Department OCDE*, n. 152, 1995.
- GUJARATI, D. *Econometria Básica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- HODRICK, R. J.; PRESCOTT, E. C. Postwar U.S. Business Cycles: An Empirical Investigation. *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 29, n. 1, p. 1-16, 1997.
- KYDLAND, F. E.; PRESCOTT, E. C. Rules Rather than Discretion: The Inconsistency of Optimal Plans. *Journal of Political Economy*, v. 85, n. 3, p. 473-491, 1977.

- MARGARIDO, M. A.; BUENO, C. R. F.; MARTINS, V. A.; CARNEVALLI, L. B. Análise dos efeitos de preços e câmbio sobre o preço do óleo de soja na cidade de São Paulo: uma aplicação do modelo VAR. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 15, n. 01, 2004.
- MEDEIROS, G. B. de; PORTUGAL, M. S.; ARAGÓN, E. K. da S. B. Instabilidades na Curva de Phillips Novo-Keynesiana: um estudo empírico para o Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 47, n. 1, p. 45-76, 2017.
- MENDONÇA, H. F. Mecanismos de transmissão monetária e a determinação da taxa de juros: uma aplicação da regra de Taylor ao caso brasileiro. *Economia e Sociedade*, v. 10, n. 1, p. 65-81, 2001.
- MENDONÇA, H. F. de; GALVEAS, K. A. de S. Transparency and inflation: What is the effect on the Brazilian economy? *Economic Systems*, v. 37, n. 1, p. 69-80, 2013.
- MENDONÇA, H. F. de; TOSTES, F. S. The Effect of Monetary and Fiscal Credibility on Exchange Rate Pass-Through in an Emerging Economy. *Open Economies Review*, v. 26, n. 4, p. 787-816, 2015.
- MENDONÇA, H. F. de; VEIGA, I. da S. The open economy trilemma in Latin America: a three-decade analysis. *International Finance*, v. 20, n. 2, p. 135-154, 2017.
- MINELLA, A.; SOUZA-SOBRINHO, N. F. Monetary policy channels in Brazil through the lens of a semi-structural model. *Economic Modelling*, v. 30, p. 405-419, 2013.
- MISHKIN, F. S. Symposium on the Monetary Transmission Mechanism. *Journal of Economic Perspectives*, v. 9, n. 4, p. 3-10, 1995.
- MODENESI, A. de M. *Regimes monetários: teoria e a experiência do real*. Barueri: Editora Manole Ltda., 2005.
- MOHANTY, M. S.; TURNER, P. Monetary policy transmission in emerging market economies: what is new? *BIS Papers*, n. 35, p. 1-60, 2008.
- MONTES, G. C.; CURI, A. The importance of credibility for the conduct of monetary policy and inflation control: theoretical model and empirical analysis for Brazil under inflation targeting. *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 0, n. 46, 2015.
- MORETTIN, P. A.; TOLOI, C. M. C. *Análise de séries temporais*. 2. ed. São Paulo: E. Blucher, 2006.
- MUNDELL, R. A. Capital Mobility and Stabilization Policy under Fixed and Flexible Exchange Rates. *The Canadian Journal of Economics and Political Science / Revue canadienne d'Economie et de Science politique*, v. 29, n. 4, p. 475-485, 1963.
- OREIRO, J. L. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 75-88, 2017.
- ROMER, D. *Advanced macroeconomic theory*. 3. ed. New York: McGraw-Hill, 2005.
- SUMMA, R. F.; MACRINI, L. Os determinantes da inflação brasileira recente: estimações utilizando redes neurais. *Nova Economia*, v. 24, n. 2, p. 279-296, 2014.
- TAYLOR, J. B. The Monetary Transmission Mechanism: an Empirical Framework. *Journal of Economic Perspectives*, v. 9, n. 4, p. 11-26, 1995.

APÊNDICE

Tabela A1 – Teste de *Lag Length Criteria* para definição das defasagens (Lag) do VAR dos choques sobre a EINF, 2011 a 2019

Lag	LogL	LR	FPE	AIC	SC	HQ
0	-1809,56	NA	3,52e+11	40,77658	40,91640	40,83294
1	-1242,4	1057,845	1802888,	28,59326	29,43213*	28,93138
2	-1191,94	88,45011	1022795,	28,02108	29,55900	28,64098*
3	-1166,49	41,75534	1026080,	28,01089	30,24787	28,91255
4	-1124,43	64,26366	717523,8*	27,62763	30,56367	28,81106
5	-1105,09	27,37959	850082,3	27,75484	31,38992	29,22003
6	-1075,86	38,10335*	824383,3	27,65968	31,99382	29,40665
7	-1052,2	28,17845	932465,5	27,68981	32,72300	29,71854
8	-1018,41	36,44516	871413,1	27,49233*	33,22458	29,80284

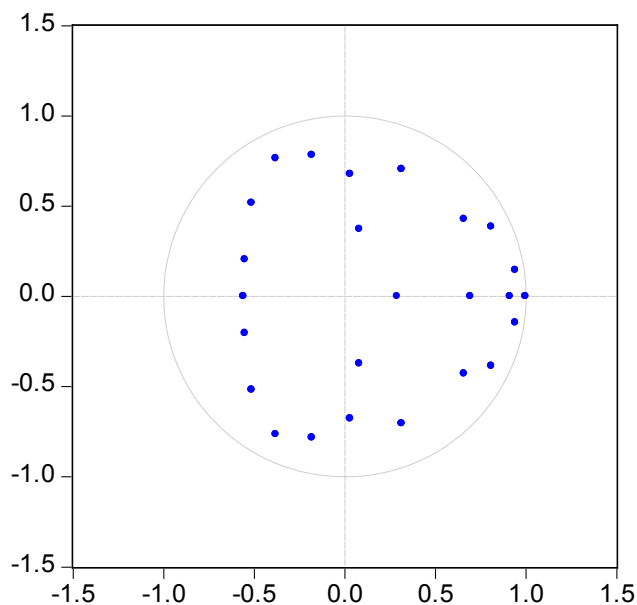
Fonte: elaboração dos autores a partir dos resultados da pesquisa.

Tabela A2 – Teste LM para autocorrelação sobre o VAR (5) para choques sobre a EINF, 2011 a 2019

Lags	Teste LM	Probabilidade
1	34,84233	0,0911
2	42,98069	0,0141
3	35,75201	0,0754
4	51,86355	0,0012
5	27,79527	0,3174
6	30,61630	0,2020
7	30,42423	0,2088
8	21,43476	0,6681
9	27,23645	0,3442
10	25,53288	0,4329
11	21,38390	0,6710
12	57,66697	0,0002

Fonte: elaboração dos autores a partir dos resultados da pesquisa.

Figura A1 – Teste de Estabilidade sobre o VAR (5) para choques sobre a EINF



Fonte: elaboração dos autores a partir do Eviews 6.0.

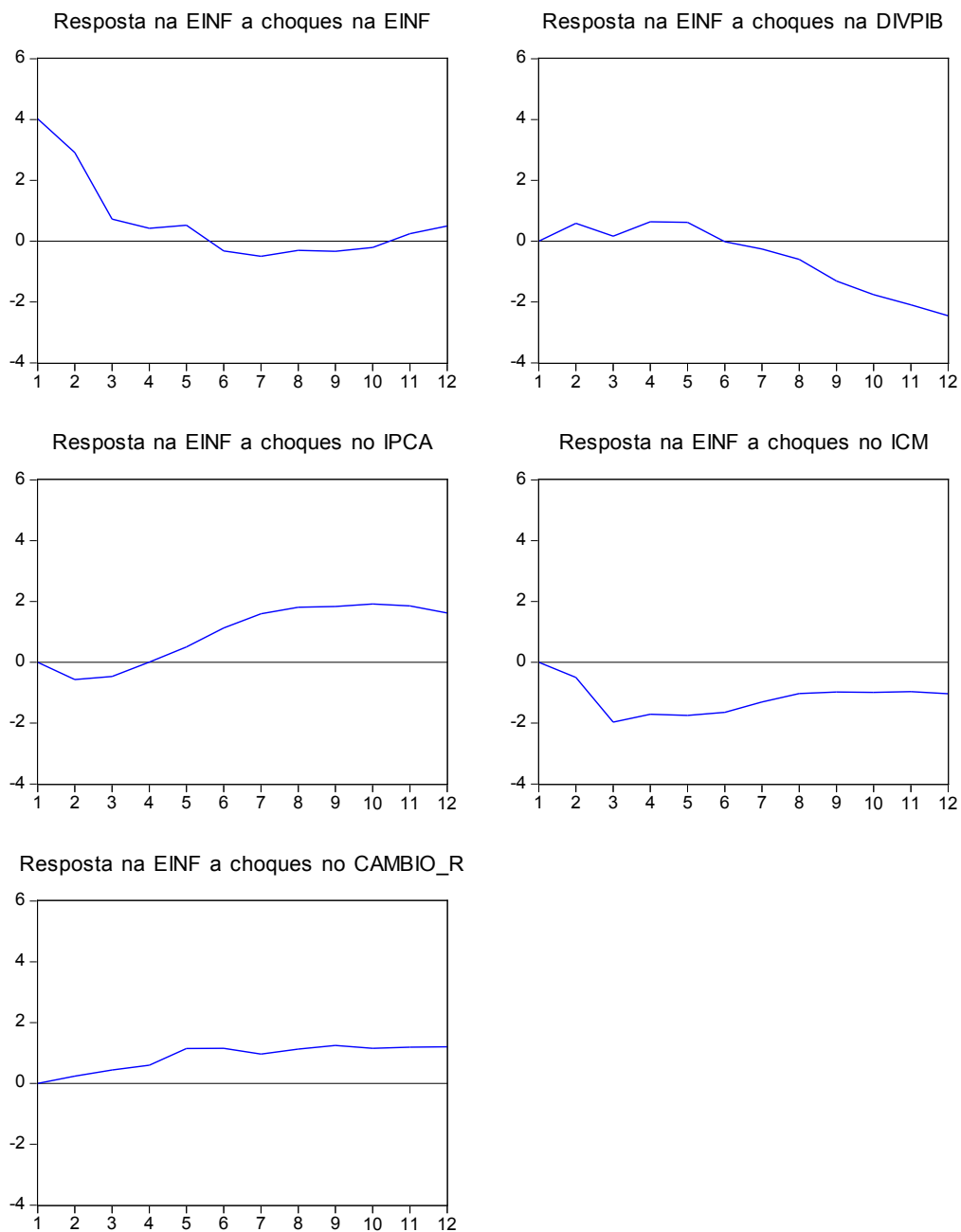
Tabela A3 – Teste de cointegração de Johansen sobre o VAR(4) para choques sobre a EINF

Tendência nos dados	Nenhuma	Nenhuma	Linear	Linear	Quadrática
Tipo de teste	Sem intercepto e sem tendência	Intercepto e sem tendência	Intercepto e sem tendência	Intercepto e com tendência	Intercepto e com tendência
Traço	1	2	2	2	3
Máximo	0	2	2	2	2

Fonte: elaboração dos autores.

Nota: Utilizou-se 5% de significância estatística para selecionar possíveis relações de cointegração por modelo.

Figura A2 – Função Impulso-resposta dos choques sobre a EINF



Fonte: elaboração dos autores a partir do *software* Eviews 6.0.

Tabela A4 – Decomposição da Variância do Erro de Previsão para choques sobre a EINF

Período	Erro-padrão	EINF	DIVPIB	IPCA	ICM	CAMBIO_R
1	4,021216	100,0000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
2	5,061806	96,21403	1,343674	1,249356	0,968270	0,224673
3	5,517202	82,70247	1,216697	1,758648	13,49156	0,830626
4	5,857937	73,88743	2,271699	1,560092	20,49872	1,782067
5	6,292540	64,72162	2,938202	2,001711	25,45376	4,884711
6	6,709172	57,15993	2,585345	4,580279	28,40455	7,269893
7	7,107640	51,41571	2,436414	9,125126	28,68888	8,333876
8	7,520553	46,08646	2,811433	13,92818	27,48164	9,692286
9	8,016105	40,73927	5,143942	17,48667	25,68244	10,94768
10	8,565295	35,74054	8,715204	20,32048	23,82369	11,40009
11	9,142759	31,44223	12,88305	21,95488	22,02124	11,69860
12	9,746386	27,93039	17,66166	22,08117	20,49955	11,82723

Fonte: elaboração dos autores a partir dos resultados da pesquisa.

Tabela A5 – Teste de *Lag Length Criteria* para definição das defasagens (Lag) do VAR dos choques no HIATO, 2011 a 2019

Lag	LogL	LR	FPE	AIC	SC	HQ
0	-1459,8	NA	2,27e+09	32,89443	33,00628	32,93951
1	-1044,01	784,8589	284755,2	23,91042	24,46966*	24,13583
2	-1009,42	62,18354	187952,1	23,49268	24,49932	23,89842*
3	-990,933	31,57960	178727,2	23,43671	24,89074	24,02279
4	-977,289	22,07626	190448,1	23,48964	25,39107	24,25605
5	-956,108	32,36590*	172467,6*	23,37322*	25,72205	24,31997
6	-943,231	18,52059	189842,7	23,44339	26,23961	24,57047
7	-930,258	17,49185	210769,3	23,51141	26,75502	24,81882
8	-924,667	7,035623	279903,6	23,74532	27,43633	25,23306

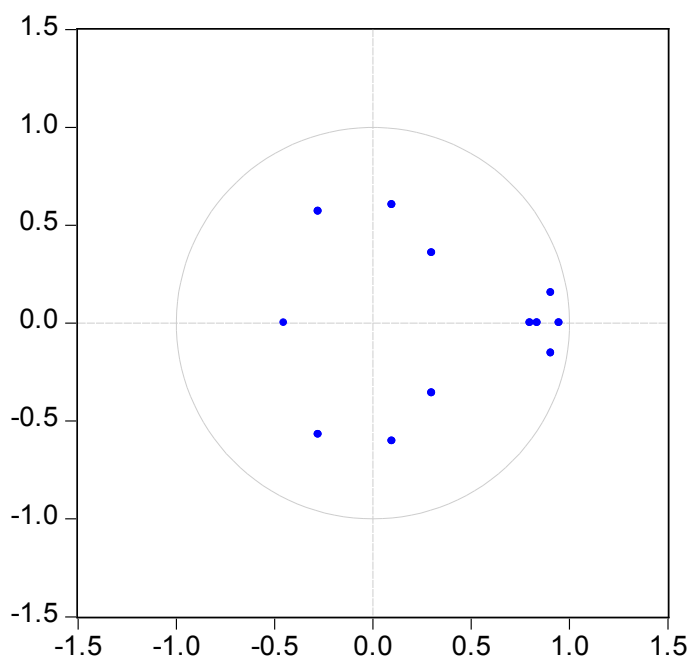
Fonte: elaboração dos autores a partir dos resultados da pesquisa.

Tabela A6 – Teste LM para autocorrelação sobre o VAR (3) para choques no HIATO, 2011 a 2019

Defasagem	teste LM	Probabilidade
1	16,72944	0,4033
2	20,07187	0,2170
3	21,80041	0,1498
4	25,74650	0,0577
5	22,27186	0,1346
6	16,59633	0,4122
7	17,13073	0,3772
8	14,73010	0,5445
9	13,47121	0,6380
10	12,25858	0,7260
11	12,85892	0,6830
12	55,75325	0,0000

Fonte: elaboração dos autores a partir dos resultados da pesquisa.

Figura A3 – Teste de Estabilidade sobre o VAR (3) para choques no HIATO



Fonte: elaboração dos autores a partir do Eviews 6.0.

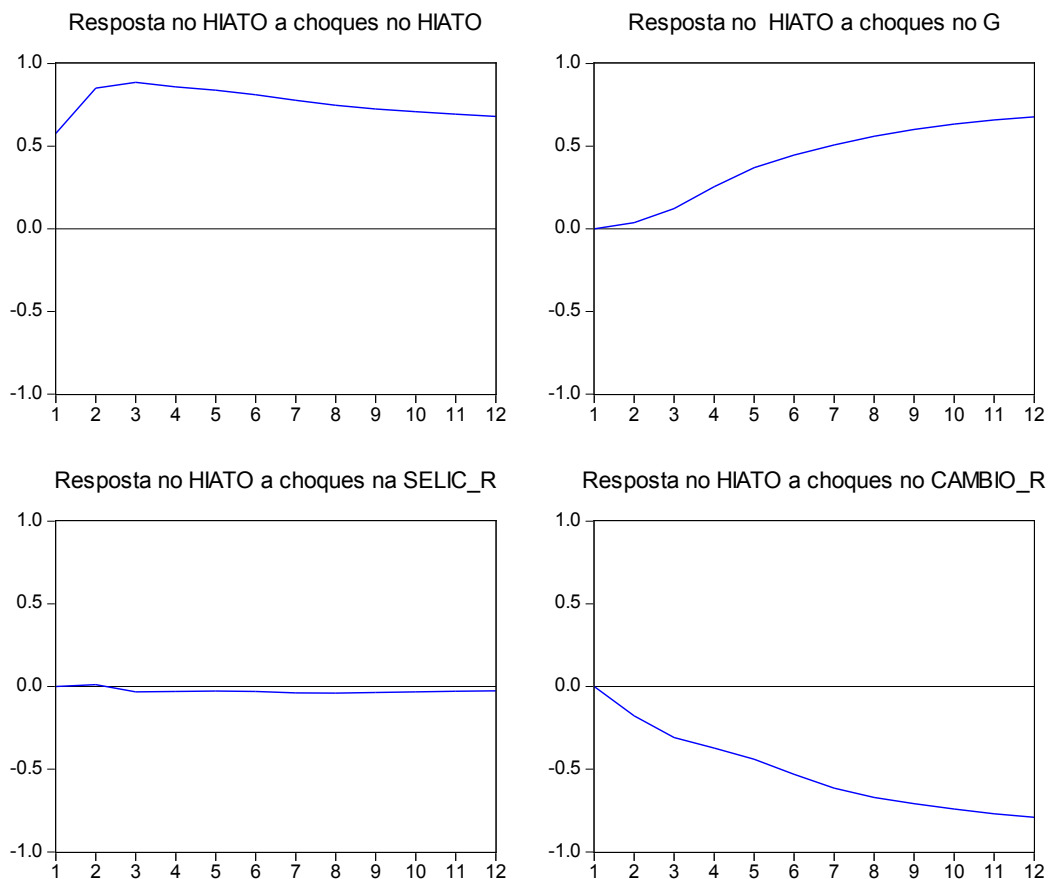
Tabela A7 – Teste de cointegração de Johansen sobre o VAR (2) para choques no HIATO

Tendência nos dados	Nenhuma	Nenhuma	Linear	Linear	Quadrática
Tipo de teste	Sem intercepto e sem tendência	Intercepto e sem tendência	Intercepto e sem tendência	Intercepto e com tendência	Intercepto e com tendência
Traço	1	0	1	1	2
Máximo	1	0	0	1	1

Fonte: elaboração dos autores.

Nota: Utilizou-se 5% de significância estatística para selecionar possíveis relações de cointegração por modelo.

Figura A4 – Função Impulso-resposta dos choques no HIATO



Fonte: elaboração dos autores a partir do *software* Eviews 6.0.

Tabela A8 – Decomposição da Variância do Erro de Previsão para choques no HIATO

Período	Erro-padrão	HIATO	G	SELIC_R	CAMBIO_R
1	0,577373	100,0000	0,000000	0,000000	0,000000
2	1,043921	96,98880	0,125174	0,012090	2,873931
3	1,408531	92,76728	0,812164	0,061534	6,359024
4	1,710412	88,11705	2,752259	0,072965	9,057721
5	1,989259	82,87011	5,479451	0,072521	11,57792
6	2,257480	77,24855	8,151747	0,073737	14,52597
7	2,517373	71,65975	10,61008	0,082283	17,64788
8	2,767515	66,57437	12,86731	0,089313	20,46901
9	3,008100	62,15558	14,88285	0,090369	22,87120
10	3,240581	58,33103	16,64395	0,087640	24,93738
11	3,465135	55,01654	18,16505	0,083607	26,73480
12	3,681382	52,15219	19,47533	0,079041	28,29344

Fonte: elaboração dos autores.

Tabela A9 – Teste de *Lag Length Criteria* para definição das defasagens (Lag) do VAR dos choques no IPCA, 2011 a 2019

Lag	LogL	LR	FPE	AIC	SC	HQ
0	-1404,40	NA	6,54e+08	31,64947	31,76132	31,69456
1	-895,24	961,1110	10058,67	20,56723	21,12647	20,79264
2	-853,43	75,17389	5644,113*	19,98710*	20,99374*	20,39285*
3	-843,44	17,05005	6497,808	20,12231	21,57634	20,70839
4	-826,22	27,87401*	6388,247	20,09472	21,99615	20,86113
5	-809,34	25,79037	6372,479	20,07500	22,42383	21,02175
6	-800,94	12,07235	7758,034	20,24592	23,04214	21,37300
7	-790,47	14,12824	9109,858	20,37000	23,61362	21,67741
8	-775,43	18,92239	9784,256	20,39165	24,08266	21,87939

Fonte: elaboração dos autores.

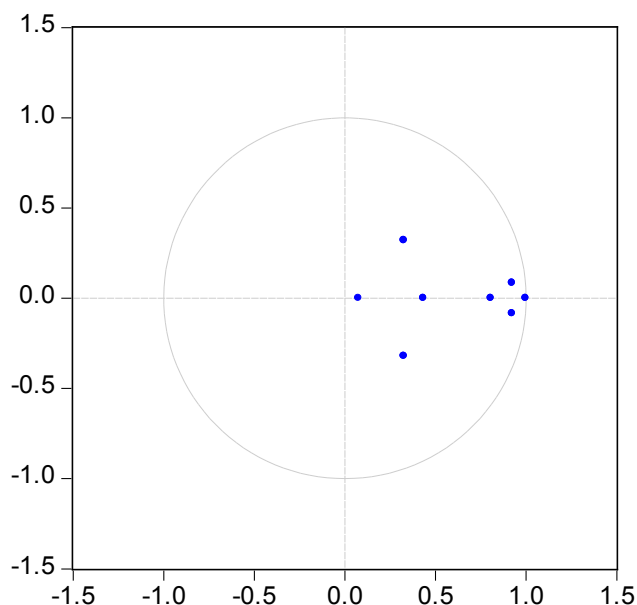
Nota: (*) indica a ordem de defasagem selecionada por cada critério considerando 5% de significância estatística. LR é a estatística de teste sequencial e modificada, FPE refere-se ao erro final de previsão, AIC é o critério de informação de Akaike, SC indica o critério de informação de Schwarz e HQ refere-se ao critério de informação de Hannan-Quinn.

Tabela A10 – Teste LM para autocorrelação sobre o VAR (2) para os choques no IPCA, 2011 a 2019

Lags	Teste LM	Probabilidade
1	13,86519	0,6088
2	13,40349	0,6431
3	20,10004	0,2157
4	32,67266	0,0082
5	29,90236	0,0185
6	11,79919	0,7577
7	16,64265	0,4091
8	35,01602	0,0040
9	19,96435	0,2218
10	5,419583	0,9932
11	17,29386	0,3668
12	37,02748	0,0021

Fonte: elaboração dos autores.

Figura A5 – Teste de Estabilidade sobre o VAR (2) para os choques no IPCA



Fonte: elaboração dos autores a partir do Eviews 6.0.

Nota: dentro do círculo unitário, tem-se as raízes inversas do VAR (2).

Tabela A11 – Teste de cointegração de Johansen sobre o VAR(1) para choques no IPCA

Tendência nos dados	Nenhuma	Nenhuma	Linear	Linear	Quadrática
Tipo de teste	Sem intercepto e sem tendência	Intercepto e sem tendência	Intercepto e sem tendência	Intercepto e com tendência	Intercepto e com tendência
Traço	0	0	0	0	0
Máximo	0	0	0	0	0

Fonte: elaboração dos autores.

Nota: utilizou-se 5% de significância estatística para selecionar possíveis relações de cointegração por modelo.

Relação entre os preços dos alimentos e das *commodities* agropecuárias

*Kellen Cristina Campos Fernandes**

*Reginaldo Santana Figueiredo***

Resumo

O objetivo do presente trabalho foi verificar se há relacionamento de longo prazo e transmissão de preços entre os mercados de *commodities* agropecuárias e os alimentos da cesta básica. Para atingir os objetivos da pesquisa, que envolve a análise da transmissão de preços nos mercados de alimentos e *commodities*, inicialmente, buscou-se testar a estacionariedade das séries em estudo. Posteriormente, utilizou-se o teste de cointegração de Engle e Granger e o teste de cointegração de Johansen. Para analisar se há uma relação causal entre as séries estudadas, foi realizado o teste de causalidade de Granger. Verificou-se que existe relacionamento de longo prazo entre os preços dos alimentos e das *commodities* agropecuárias, de forma que as variações nos preços das *commodities* podem afetar os preços dos alimentos.

Palavras-chave: Cointegração. Transmissão de preços. *Commodities*. Alimentos.

* Doutoranda em Agronegócio, Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: kellenccfernandes@gmail.com

** Pós-doutorado em Modelagem e Simulação no departamento de Engenharia Industrial na Texas A&M University e professor da Escola de Agronomia, Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: emaildesantana@gmail.com

Introdução

As preocupações com a volatilidade dos preços dos alimentos e o aumento dos picos de preços aumentaram depois da crise de preços de 2007-2008, momento em que houve aumento da fome e da pobreza de populações já carentes. A crise refletiu sobre os mercados mundiais de grãos, que naquela época não respondiam às variações de oferta e demanda e aos custos de produção, mas sim às variações dos mercados financeiros (TORRES, 2017).

Gilbert (2010) evidencia que existe um conjunto de fatores que leva ao aumento dos preços dos alimentos, os quais incluem a demanda por biocombustíveis, a especulação nos mercados de *commodities*, as políticas agressivas de estoques dos países, as restrições comerciais, os choques macroeconômicos na oferta de moeda, as taxas de câmbio e o crescimento econômico da China.

Tadasse *et al.* (2014) estudaram o aumento dos preços internacionais das *commodities*. Segundo os autores, em 2007-2008, os preços nominais de quase todas as *commodities* alimentares aumentaram em mais de 50%. Três anos após os picos globais dos preços dos alimentos em 2007-2008, os preços dos alimentos dispararam novamente em 2010-2011. Embora os dois eventos tenham sido diferentes em termos das *commodities* afetadas, a forte correlação foi encontrada entre a maioria dos preços dos alimentos.

A volatilidade de preços das *commodities* agrícolas tem se tornado objeto de estudo de vários pesquisadores, na busca da compreensão dos impactos que os riscos de preços podem causar, principalmente, sobre a segurança alimentar. Assim, a discussão desse tema é de suma importância para o Brasil, dada a sua relevância como grande produtor de alimentos, uma vez que o país poderá ser afetado, positiva ou negativamente, pelas grandes volatilidades de preços.

Acredita-se que o grande agronegócio, voltado para a produção de *commodities* e biocombustíveis, afeta a produção de alimentos. Em virtude da escassez de alimentos em alguns períodos, muitas vezes oriunda de problemas climáticos e de problemas relacionados ao acesso aos alimentos pela população, há um sentimento presente na sociedade de que a produção de alimentos está enfrentando a concorrência pelo uso das terras, onde, entre outros fins, inclui-se a produção de biocombustíveis e de demais culturas voltadas à exportação. Desta forma, em alguns momentos esta produção pode representar potenciais conflitos com os

propósitos da segurança alimentar, porém, ao mesmo tempo, pode oferecer novas oportunidades nas zonas rurais.

Apesar de muitos estudos analisarem a relação entre os mercados de combustíveis e biocombustíveis e os mercados de alimentos, poucos estudos contemplaram a relação entre os mercados de *commodities* agrícolas e os mercados de alimentos. Nesse contexto, o objetivo da presente pesquisa é verificar se há relacionamento de longo prazo e transmissão de preços das *commodities* para os preços dos alimentos no estado de Goiás.

Referencial teórico

Tradicionalmente, colheitas, estoques e renda eram considerados os principais determinantes dos preços dos alimentos. Recentemente, surgiram novos impulsores que estão enraizados em uma integração mais próxima dos mercados de alimentos com os mercados financeiro, de *commodities* e de energia, despertando o interesse dos pesquisadores e a realização de novas pesquisas.

A relação entre os mercados de combustíveis e biocombustíveis e os mercados de alimentos tem sido objeto de estudo de diversos autores (TADASSE *et al.*, 2014; NICOLA; PACE; HERNANDEZ, 2016; ABDLAZIZ; RAHIM; ADAMU, 2016; AKÉ, 2017; AL-MAADID *et al.*, 2017; FILIP *et al.*, 2017; PAL; MITRA, 2017, 2018; JAWAD *et al.*, 2018; FASANYA; AKINBOWALE, 2019).

Nicola, Pace e Hernandez (2016) constataram que os retornos de preços de energia e *commodities* agrícolas são altamente correlacionados, especialmente nos casos do milho e do óleo de soja, que são insumos importantes na produção de biocombustíveis. Observou-se que a volatilidade do mercado de ações está positivamente associada ao movimento de retornos de preços entre os mercados, especialmente após a crise de 2007.

Seguindo essa mesma tendência, Al-Maadid *et al.* (2017) também examinaram as relações entre os preços de alimentos e energia e verificaram a existência de relações significativas entre os preços dos alimentos e do petróleo e do etanol. Além disso, os autores destacam a contribuição da crise alimentar de 2006 e da crise financeira de 2008 para as mudanças mais significativas nos transbordamentos de risco entre as séries de preços consideradas.

Pal e Mitra (2018) analisaram se a interdependência entre o preço do petróleo bruto e os preços mundiais de alimentos diferiu significativamente nos períodos

pré-crise, durante a crise e pós-crise. Os autores identificaram uma forte interdependência positiva entre o preço do petróleo bruto e o índice mundial de preços de alimentos. Essa constatação indica que, com o aumento do preço do petróleo bruto, mais grãos serão desviados para a geração de biocombustíveis, o que pode acarretar um grave problema de insegurança alimentar nos países em desenvolvimento, dado que as pessoas de baixa renda apresentam uma maior propensão a consumir e uma porção maior da sua cesta de consumo é feita de alimentos, mais especificamente cereais.

Já os dados das séries de preços analisadas no trabalho de Filip *et al.* (2017) apontam que os biocombustíveis não podem ser considerados como principal fonte de altos preços dos alimentos e, conseqüentemente, da escassez de alimentos. No entanto, o estudo mostra que, em mercados específicos e em períodos específicos, existem transmissões de preços estatisticamente significativas entre as *commodities* agrícolas e os combustíveis, que foram possibilitadas pelas políticas governamentais de incentivo à produção de biocombustíveis. Os autores concluem que a transmissão de preços nesses mercados não é puramente baseada em tecnologia, inclui também a influência dos mercados financeiros.

Tadasse *et al.* (2014) identificaram ligações crescentes entre os mercados de alimentos, energia e financeiro, as quais explicam grande parte dos picos de volatilidade observados nos preços dos alimentos. Os autores afirmam que a especulação financeira amplifica os picos de preços no curto prazo e a volatilidade dos preços do petróleo impulsiona a volatilidade dos preços no médio prazo.

A influência do preço do petróleo, enquanto fator econômico global, sobre o comportamento dos preços de *commodities* agrícolas, como trigo, milho, soja e arroz, sob cenários adversos e prósperos de mercado foi tema de estudo de Jawad *et al.* (2018). Foram encontradas evidências de simetria na dependência da cauda entre variáveis e de assimetria nas repercussões do petróleo para *commodities* agrícolas que se intensificam durante a turbulência financeira.

Aké (2017) identificou a existência de uma relação não linear entre os retornos dos preços dos alimentos, o uso de biocombustíveis, a atividade econômica e os preços da energia. Para o autor, a atividade econômica global que utiliza energia provoca aumento dos preços dos combustíveis e dos alimentos. Quando o preço dos combustíveis aumenta, torna-se rentável a produção de biocombustíveis. A expansão econômica, segundo o autor, também faz com que uma parcela maior da população

consoma mais bens básicos, tornando o alimento mais caro devido à demanda crescente e ao aumento nos custos de produção, como transporte e fertilizantes.

Fasanya e Akinbowale (2019) analisaram os transbordamentos de retorno e volatilidade do petróleo bruto e dos preços dos alimentos na Nigéria. Os autores identificaram a existência de evidências de interdependência entre os preços do petróleo bruto e os preços dos alimentos com base nos índices de transbordamento. O estudo realizado por Abdalaziz, Rahim e Adamu (2016) também evidenciou a existência de cointegração entre os preços dos alimentos, a taxa de crescimento do produto interno bruto e os preços do petróleo.

Pal e Mitra (2017) encontraram uma relação de cointegração, estatisticamente significativa, entre os preços do petróleo bruto e os índices de preços dos alimentos e suas subcategorias, tais como laticínios, cereais, óleo vegetal e açúcar. Os preços mundiais dos alimentos, juntamente com os preços de cereais, óleos vegetais e açúcar, acompanham e são conduzidos pelos preços do petróleo bruto, resultados que permanecem relevantes da perspectiva da política de curto prazo e para o transbordamento das mudanças nos preços do petróleo bruto para o índice mundial de preços de alimentos em longo prazo.

Os estudos de Rezende, Oliveira Neto e Silva (2018) e de Ceballos *et al.* (2017) analisaram a volatilidade e a transmissão do preço dos mercados de *commodities* agrícolas internacionais para os mercados de alimentos domésticos. Rezende, Oliveira Neto, Silva (2018) analisaram a volatilidade e a transmissão do preço do trigo internacional para os preços domésticos desse grão e seus derivados no Brasil. Verificou-se que a variação de 1% no preço do trigo norte-americano ampliaria em 1,29% a variação do preço da farinha de trigo no Brasil.

Os derivados do trigo brasileiro (farinha de trigo e pão francês) sofrem maior influência das variações ocorridas nos preços do trigo norte-americano.

Ceballos *et al.* (2017) verificaram a transmissão de preços e a volatilidade de curto prazo das principais *commodities* de grãos para 41 produtos alimentícios domésticos em 27 países da África, da América Latina e do Sul da Ásia. Em termos de transmissão de preços, observou-se interações significativas de mercados internacionais para mercados domésticos em poucos casos. Para calcular os transbordamentos de volatilidade, simulou-se um choque equivalente a um aumento de 1% na volatilidade condicional dos retornos de preços no mercado internacional e avaliou-se o efeito sobre a volatilidade condicional dos retornos de preços no mercado doméstico. A transmissão da volatilidade foi estatisticamente significativa em

apenas um quarto dos mercados de milho testados, mais da metade dos mercados de arroz testados e todos os mercados de trigo testados.

Procedimentos metodológicos

Para atingir os objetivos propostos pela presente pesquisa, foram utilizados métodos econométricos aplicados às séries temporais, uma vez que permitem a análise do relacionamento de curto e de longo prazos entre as variáveis.

Foram utilizados dados secundários de séries históricas mensais de preços médios do arroz (R\$/5 kg), feijão comum cores (R\$/kg), leite de vaca longa vida integral (R\$/l), milho (R\$/sc), óleo de soja (R\$/900 ml), soja (R\$/sc) e sorgo (R\$/sc), no estado de Goiás, entre os meses de janeiro de 2005 e abril de 2019, divulgados nas bases de dados da Conab e do Instituto Mauro Borges (IMB).

As séries de preços das *commodities* consistem em milho, soja e sorgo, que são os principais produtos agropecuários produzidos em Goiás. Os demais produtos serão considerados como alimentos, visto que estes fazem parte da cesta básica. Após o levantamento das séries de preços, foram aplicados os testes de raiz unitária, para verificar a estacionariedade e identificar a ordem de integração das séries analisadas. Os dados foram tabulados e processados no programa Microsoft Excel 365. Posteriormente, para o cálculo dos demais testes, foi utilizado o Eviews, versão 9.

O primeiro passo foi verificar se as séries eram estacionárias. Uma série temporal é considerada estacionária, se suas propriedades estatísticas não variam em relação ao tempo (PINDYCK; RUBINFELD, 2004). Portanto, as séries estacionárias têm a média e a variância constantes ao longo do tempo, e a covariância entre os valores defasados das séries depende apenas da defasagem entre eles e não do tempo (GUJARATI; PORTER, 2011).

Um teste muito usual para detectar a estacionariedade de uma série é o teste de raiz unitária. Um dos testes pioneiros para a verificação da existência de raiz unitária foi desenvolvido por Dickey e Fuller (1979) e é conhecido como teste DF.

Bueno (2011) argumenta que um dos problemas referentes ao teste DF é que ele considera o termo de erro como um ruído branco, podendo ser utilizado somente para as séries em que os erros não são autocorrelacionados, o que limita o poder do teste. Dickey e Fuller desenvolveram outro teste, o teste de Dickey e Fuller Aumentado (ADF), incluindo defasagens em relação à variável que está sendo analisada.

A hipótese nula do teste ADF é a mesma do teste DF. O teste ADF é realizado utilizando os mesmos valores críticos de Dickey e Fuller, desde que se corrija o modelo, considerando as demais variáveis defasadas, os valores críticos permanecem inalterados (BUENO, 2011). A principal vantagem do teste ADF em relação ao DF é que, ao incluir um número suficiente de defasagens, garante-se que os resíduos sejam autocorrelacionados.

Pindyck e Rubinfelf (2004) afirmam que grande parte das séries temporais econômicas não é gerada por processos estacionários. Estimar uma regressão de duas séries temporais não estacionárias pode levar a resultados espúrios, no sentido de que testes de significância convencionais tenderão a indicar uma relação entre as variáveis quando de fato ela não existe. Algumas vezes, duas variáveis podem ser não estacionárias, mas uma combinação linear dessas variáveis pode ser estacionária.

Hill, Griffiths e Judge (2010) exemplificam que se y_t e x_t são variáveis não estacionárias de ordem um, sua diferença ou qualquer combinação linear delas pode ser estacionária. Nesse caso, pode-se verificar que y_t e x_t são consideradas cointegradas. Duas variáveis são cointegradas se tiverem uma relação de equilíbrio ou de longo prazo entre elas.

Cointegração, portanto, indica que y_t e x_t compartilham tendências estocásticas semelhantes e, de fato, como sua diferença et é estacionária, elas não divergem muito uma da outra e apresentam uma relação de equilíbrio de longo prazo. No curto prazo, há desvios dessa tendência comum, de modo que et é o erro de equilíbrio, que representa desvios a partir da relação de longo prazo (HILL; GRIFFITHS; JUDGE, 2010). Esse conceito de cointegração recebeu um tratamento formal em Engle e Granger (1987), tornando as regressões que envolvem variáveis integradas de ordem um potencialmente significativas.

Gujarati e Porter (2011) explicam que existem vários métodos para se testar a cointegração e afirmam que um dos métodos mais simples é realizar o teste de raiz unitária de Dickey-Fuller ou Dickey-Fuller Aumentado para verificar a estacionariedade dos resíduos da regressão de cointegração.

O teste de cointegração de Engle e Granger (1987) é indicado para ser realizado em uma única equação. Em um modelo de várias variáveis, é possível existir mais de um vetor de cointegração. Especificar quais equações devem ser testadas constitui um problema a ser resolvido antes do teste. Não obstante, a solução estará na especificação das relações econômicas entre as variáveis (BUENO, 2011).

Para atingir os objetivos da pesquisa, que envolve a análise do relacionamento de longo prazo entre os mercados de alimentos e *commodities*, foi analisado, através do teste de cointegração de Johansen (1988), em um contexto multivariado, onde existe a possibilidade de mais de um vetor de cointegração estar presente. Esse teste segue os mesmos princípios que a abordagem de Engle-Granger para a cointegração, na medida em que a ordem de integração das variáveis é primeiro avaliada, se as variáveis forem $I(1)$, o procedimento de Máxima Verossimilhança de Johansen pode ser usado para determinar se existe um relacionamento de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis.

O procedimento de Johansen produz um conjunto de resultados que podem ser usados para determinar o número de vetores de cointegração presentes. Haverá um possível vetor $g-1$, em que g é o número de variáveis incluídas no modelo. Com base nesse resultado, os coeficientes de longo prazo podem ser determinados e o modelo de correção de erros resultante é produzido. Esta abordagem produz dois conjuntos de coeficientes, os coeficientes de longo prazo (α) e (β), que correspondem às velocidades dos coeficientes de ajuste e, aproximadamente, equivalem ao termo de correção de erro.

Em seguida, foi realizado o teste de Causalidade de Granger, que avalia a eventual procedência entre essas séries, um relacionamento de curto prazo. O teste de Causalidade de Granger apresenta uma noção limitada na qual os valores passados de uma série são úteis para prever valores futuros de outra série (WOOLDRIDGE, 2013). Stock e Watson (2004) explicam que a causalidade de Granger significa que, se X causa Y no sentido de Granger, então X é um previsor útil de Y , dadas as outras variáveis da regressão.

Resultados e discussão

Inicialmente, buscou-se analisar o comportamento individual das séries de preços dos alimentos e das principais *commodities* produzidas no estado de Goiás, visando identificar o comportamento das séries de preços estudadas. Na Tabela 1, são apresentadas as estatísticas descritivas dos preços médios mensais de: arroz, feijão, leite, milho, óleo de soja, soja e sorgo no estado de Goiás, em que é possível verificar as medidas de tendência central, dispersão e distribuição.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas

Estatísticas	Arroz	Feijão	Leite	Milho	Óleo de soja	Soja	Sorgo
Média	9,79	4,39	1,98	22,22	2,87	48,57	16,65
Mediana	9,53	4,20	1,77	21,97	2,91	44,78	16,36
Máximo	14,93	12,24	3,86	43,06	4,11	81,71	31,17
Mínimo	5,56	2,09	1,03	12,73	1,96	20,90	9,74
Desvio padrão	2,57	1,70	0,69	6,55	0,49	16,30	4,54
Coefficiente de variação	26,25%	38,72%	34,85%	29,48%	17,07%	33,56%	27,27%
Assimetria	0,13	2,15	0,53	0,83	0,00	0,02	0,73
Curtose	1,95	9,09	2,44	3,59	2,35	1,84	3,42
Jarque-Bera	8,37	395,14	10,22	22,07	3,05	9,54	16,63
Probabilidade	0,02	0,00	0,01	0,00	0,22	0,01	0,00

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Analisando os preços médios mensais verificados no período de janeiro de 2005 a abril de 2019, dispostos na Tabela 1, observa-se que, dentre os alimentos considerados na análise, o arroz apresentou a maior média de preços (9,79).

Para uma análise comparativa, a Tabela 1 também apresenta os coeficientes de variação dos produtos considerados na presente pesquisa. Comparando os coeficientes de variação dos preços dos alimentos, observa-se que o óleo de soja é o produto com menor volatilidade, visto que a dispersão relativa, medida pelo coeficiente de variação (17,07%), é inferior aos demais. O alimento que apresentou a maior volatilidade foi o feijão, com coeficiente de variação de 38,72%. Em relação às *commodities*, o sorgo apresentou a menor volatilidade (27,27%) e a soja, a maior volatilidade (33,56%).

Para verificar a normalidade da distribuição dos dados, utilizou-se o teste de Jarque-Bera e os valores estimados para a assimetria e curtose, que indicaram que a série de preços de óleo de soja se aproxima da distribuição normal. Já as demais séries mostraram que os dados não apresentam distribuição normal, ao rejeitar a hipótese nula de normalidade.

A correlação linear entre preços médios mensais de arroz, feijão, leite, milho, óleo de soja, soja e sorgo no estado de Goiás é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 – Matriz de correlação

Correlação Estatística-t p-valor	Arroz	Feijão	Leite	Milho	Óleo de soja	Soja	Sorgo
Arroz	1,000						

Feijão	0,935						
	12,483	-----					
	0,000	-----					
Leite	0,919	0,685	1,000				
	30,354	12,216	-----				
	0,000	0,000	-----				
Milho	0,734	0,746	0,731	1,000			
	14,044	14,572	13,941	-----			
	0,000	0,000	0,000	-----			
Óleo de soja	0,824	0,599	0,726	0,800	1,000		
	18,934	9,734	13,740	17,304	-----		
	0,000	0,000	0,000	0,000	-----		
Soja	0,939	0,623	0,953	0,697	0,764		
	30,818	10,169	29,269	16,114	20,667	-----	
	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	-----	
Sorgo	0,724	0,743	0,758	0,906	0,741	0,798	1,000
	13,656	14,443	15,124	27,752	14,360	17,200	-----
	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	-----

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

A partir dos resultados apresentados na Tabela 2, verifica-se que todas as séries de preços apresentam correlação positiva entre si.

Para testar a estacionariedade das séries em estudo, aplicou-se o teste de raiz unitária de Dickey-Fuller Aumentado (ADF). A Tabela 3 apresenta os resultados do teste de raiz unitária de Dickey-Fuller Aumentado, em nível para os preços históricos mensais dos produtos considerados na presente pesquisa.

Tabela 3 – Teste de Raiz Unitária (Dickey-Fuller Aumentado)

Série de preços	Equação ADF	Estatística ADF	p-valor	Durbin-Watson
Arroz	Em nível, com intercepto	-1,2557 ^{ns}	0,6495	1,9220
	Em primeira diferença, com intercepto	-8,7850***	0,0000	1,9154
Feijão	Em nível, com intercepto	-3,1436**	0,0253	1,9348
	Em primeira diferença, com intercepto	-8,7391***	0,0000	1,8869
Leite	Em nível, com intercepto	-1,1558 ^{ns}	0,6928	1,9707
	Em primeira diferença, com intercepto	-9,3993***	0,0000	1,9769
Milho	Em nível, com intercepto	-2,4704 ^{ns}	0,1246	2,0309
	Em primeira diferença, com intercepto	-7,8708***	0,0000	1,9961
Óleo de soja	Em nível, com intercepto	-2,2883 ^{ns}	0,1770	2,0284
	Em primeira diferença, com intercepto	-8,3567***	0,0000	1,9990
Soja	Em nível, com intercepto	-1,4353 ^{ns}	0,5639	1,9241
	Em primeira diferença, com intercepto	-9,2283***	0,0000	1,9199
Sorgo	Em nível, com intercepto	-2,5173 ^{ns}	0,1131	1,9519
	Em primeira diferença, com intercepto	-9,9349***	0,0000	1,9345

*** Estatisticamente significativa ao nível de 1%; ** Estatisticamente significativa ao nível de 5%; * Estatisticamente significativa ao nível de 10%; ns: Estatisticamente não significativo.

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

De acordo com os resultados da Tabela 3, os resultados do teste ADF para as séries médias mensais de arroz, leite, milho, óleo de soja, soja e sorgo, em nível, com intercepto, o valor da estatística t apresentou resultados superiores aos valores críticos aos níveis de 1%, 5% e 10%. Portanto, não se pode rejeitar a hipótese nula de existência de raiz unitária, em todos os níveis de significância, indicando que todas as séries são não estacionárias em nível. Porém, ao se testar a estacionariedade da série de preços do feijão, em nível, com intercepto, os resultados do teste ADF evidenciaram que a série é estacionária no nível de significância de 5%, ou seja, pode-se rejeitar a hipótese nula de existência de raiz unitária.

Posteriormente, verificou-se que todas as séries não possuem raiz unitária na primeira diferença, ou seja, quando são transformadas em retornos, as séries são estacionárias. Os valores da estatística de Durbin-Watson em todas as séries apresentaram valores próximos de 2,0, evidenciando que o teste é conclusivo, visto que as séries não apresentam problema de autocorrelação serial.

Para testar a existência de cointegração entre as séries, utilizou-se o teste de cointegração de Engle e Granger, estimando-se uma regressão, pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários, em que cada alimento é a variável dependente e cada *commodity* é a variável independente, com o intuito de verificar as relações existentes entre as séries. Em seguida, testou-se a estacionariedade dos resíduos desta regressão por meio do teste ADF (Tabela 4).

Tabela 4 – Teste nos resíduos das estimações em pares – Engle-Granger

Pares	Estatística ADF	p-valor	Durbin-Watson
Arroz-milho	-2,9538**	0,0415	1,9609
Arroz-soja	-3,9544**	0,0021	1,9051
Arroz-sorgo	-2,9768**	0,0392	1,9799
Feijão-milho	-5,1592***	0,0000	1,9495
Feijão-soja	-4,3113***	0,0006	2,0304
Feijão-sorgo	-4,4242***	0,0004	1,99631
Leite-milho	-3,8978***	0,0026	1,8580
Leite-soja	-4,6512***	0,0002	1,9866
Leite-sorgo	-3,5435***	0,0080	1,9282
Óleo de soja-milho	-4,0702***	0,0014	2,0733
Óleo de soja-soja	-4,2284***	0,0008	2,0458
Óleo de soja-sorgo	-4,2483***	0,0007	1,9815

*** Estatisticamente significativo ao nível de 1%; ** Estatisticamente significativo ao nível de 5%; * Estatisticamente significativo ao nível de 10%; ns: Estatisticamente não significativo.

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

De acordo com os resultados expressos na Tabela 4, observou-se que as séries são estacionárias de ordem um ($I(1)$). Em seguida, testou-se a cointegração entre as séries, para determinar a ordem de defasagem e estimar o modelo de cointegração.

Os valores dos critérios de informação de Akaike, Schwarz e Hannan-Quinn utilizados como base de definição do número de defasagens ótimas para o teste de cointegração são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Defasagens ótimas entre os preços dos alimentos e das *commodities*

	Preços	Defasagens	Critérios de informação		
			Akaike	Schwarz	Hannan-Quinn
Arroz	Milho	2	3,91819	4,10799	3,99525
	Soja	2	4,88891	5,07871	4,96597
	Sorgo	2	3,71373	3,90353	3,79078
Feijão	Milho	2	5,01799	5,20779	5,09504
	Soja	2	6,20041	6,39021	6,27747
	Sorgo	2	4,89619	5,08599	4,97325
Leite	Milho	2	1,84641	2,03621	1,92347
	Soja	3	2,79681	3,06253	2,90469
	Sorgo	2	1,74199	1,93179	1,81905
Óleo de soja	Milho	2	1,69463	1,88443	1,77168
	Soja	2	2,71724	2,90704	2,79429
	Sorgo	2	1,50979	1,69959	1,58685

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Partindo do princípio da parcimônia, optou-se por duas defasagens ótimas para o teste de cointegração dos preços dos produtos em estudo, conforme definido pelos critérios de informação de Schwarz, com exceção da combinação de leite e soja, com três defasagens ótimas. Definido o número ótimo de defasagens, realizou-se o teste de cointegração (Tabela 6).

Tabela 6 – Teste traço para verificação de cointegração entre os preços dos alimentos em relação aos preços das *commodities*

Variáveis		Vetores de Cointegração	Eigenvalue	Teste traço		
				Traço	Valor crítico (5%)	p-valor
Arroz	Milho	0	0,103449	19,85477	15,49471	0,0103
		1	0,008942	1,509056	3,841466	0,2193
	Soja	0	0,088737	17,31364	15,49471	0,0263
		1	0,010082	1,702452	3,841466	0,192
	Sorgo	0	0,122886	23,56355	15,49471	0,0025
		1	0,009099	1,535654	3,841466	0,2153
Feijão	Milho	0	0,125901	29,29236	15,49471	0,0002
		1	0,039016	6,686017	3,841466	0,0097
	Soja	0	0,106632	20,64089	15,49471	0,0077
		1	0,010055	1,69776	3,841466	0,1926
	Sorgo	0	0,093868	23,97273	15,49471	0,0021
		1	0,043165	7,412918	3,841466	0,0065
Leite	Milho	0	0,104467	19,87498	15,49471	0,0102
		1	0,007936	1,33849	3,841466	0,2473
	Soja	0	0,140958	26,80717	15,49471	0,0007
		1	0,008548	1,43361	3,841466	0,2312
	Sorgo	0	0,079728	15,21861	15,49471	0,055
		1	0,007473	1,260238	3,841466	0,2616
Óleo de soja	Milho	0	0,120134	26,07679	15,49471	0,0009
		1	0,026866	4,575189	3,841466	0,0324
	Soja	0	0,099496	19,44767	15,49471	0,012
		1	0,010899	1,841098	3,841466	0,1748
	Sorgo	0	0,131276	27,73304	15,49471	0,0005
		1	0,024054	4,090435	3,841466	0,0431

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Segundo os resultados apresentados na Tabela 6, verificou-se que as cointegrações entre os mercados de alimentos e os mercados de *commodities* em pares, os valores críticos e os valores do teste traço indicam a existência de um vetor de

cointegração entre as séries de preços do arroz e as séries de preços do milho, do sorgo e da soja, respectivamente, considerando-se o nível de 5% de significância.

Foi identificada a existência de um vetor de cointegração entre os mercados de feijão e milho, soja e sorgo. Os resultados para o mercado de leite evidenciaram a existência de um vetor de cointegração entre as séries de preços do leite e as séries de preços do milho e da soja, ao nível de 5% de significância.

Para analisar se há uma relação causal entre as séries estudadas, foi realizado o teste de causalidade de Granger, como pode ser visto na Tabela 7, utilizando-se das séries de retornos.

Tabela 7 – Teste de causalidade de Granger emparelhado

Hipótese nula	Estatística-F	p-valor
Milho não Granger causa arroz	2,0155	0,1366
Arroz não Granger causa milho	1,2684	0,284
Soja não Granger causa arroz	10,1460***	0,0001
Arroz não Granger causa soja	0,9126	0,4035
Sorgo não Granger causa arroz	3,3300**	0,0382
Arroz não Granger causa sorgo	1,9515	0,1454
Milho não Granger causa feijão	3,9322**	0,0215
Feijão não Granger causa milho	1,434	0,2413
Soja não Granger causa feijão	4,4474**	0,0132
Feijão não Granger causa soja	0,4896	0,6138
Sorgo não Granger causa feijão	3,2408**	0,0417
Feijão não Granger causa sorgo	2,9955	0,0528
Milho não Granger causa leite	1,3913	0,2517
Leite não Granger causa milho	0,9867	0,375
Soja não Granger causa leite	1,4877	0,229
Leite não Granger causa soja	5,6419***	0,0043
Sorgo não Granger causa leite	1,0554	0,3504
Leite não Granger causa sorgo	1,5353	0,2185
Milho não Granger causa óleo de soja	1,2936	0,2771
Óleo de soja não Granger causa milho	1,1751	0,3114
Soja não Granger causa óleo de soja	4,8833***	0,0087
Óleo de soja não Granger causa soja	1,0523	0,3515
Sorgo não Granger causa óleo de soja	6,0745***	0,0029
Óleo de soja não Granger causa sorgo	0,3484	0,7063

* Indica rejeição da hipótese nula ao nível de 10%; ** Indica rejeição da hipótese nula ao nível de 5%; *** Indica rejeição da hipótese nula ao nível de 1%.

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Como pode ser visto na Tabela 7, o teste de causalidade de Granger emparelhado indica que as alterações nos preços da soja, do milho e do sorgo, respectivamente, causam no sentido de Granger alterações nos preços do feijão. As alterações nos preços do sorgo causam no sentido de Granger alterações nos preços do óleo de soja e do arroz.

Conclusões

O objetivo da presente pesquisa foi verificar se há relacionamento de longo prazo e transmissão de preços das *commodities* para os preços dos alimentos no estado de Goiás. As variáveis consideradas para este estudo consistem nos preços médios mensais de arroz, feijão, leite, milho, óleo de soja, soja e sorgo, no estado de Goiás. As séries de preços das *commodities* consistem em milho, soja e sorgo, que são os principais produtos agropecuários produzidos em Goiás. Os demais produtos foram considerados como alimentos, visto que estes fazem parte da cesta básica.

Para analisar se existe transmissão de preços nos mercados de alimentos e *commodities*, aplicou-se o teste de raiz unitária de Dickey-Fuller Aumentado, para testar a estacionariedade das séries. Em seguida, para testar a existência de cointegração entre as séries, utilizaram-se o teste de cointegração de Engle e Granger e o teste de cointegração de Johansen. Para analisar se existe uma relação causal entre as séries estudadas, foi realizado o teste de causalidade de Granger.

Verificou-se que existe relacionamento de longo prazo entre os preços dos alimentos e das *commodities* agropecuárias, de forma que as variações nos preços das *commodities* podem afetar os preços dos alimentos. Com a aplicação do teste de causalidade de Granger, verificou-se que preços da soja, do milho e do sorgo, respectivamente, podem ser considerados bons previsores para o comportamento do preço do feijão no estado de Goiás. Além disso, foi possível observar que o preço do sorgo é um bom previsor para os preços do óleo de soja e do arroz.

Portanto, a preocupação sobre a volatilidade dos preços dos alimentos é pertinente. Os resultados apresentados nesta pesquisa corroboram a hipótese inicial deste trabalho, uma vez que se observou que existe uma relação de longo prazo entre os mercados de *commodities* e de alimentos, ou seja, o aumento da instabilidade de preços de algumas *commodities* agrícolas pode afetar os preços dos alimentos.

Relación entre los precios de los alimentos y los productos agrícolas

Resumen

El objetivo del presente trabajo fue verificar si existe una relación a largo plazo y una transmisión de precios entre los mercados de productos básicos agrícolas y alimentos básicos. Para lograr los objetivos de la investigación, que implica el análisis de la transmisión de precios en los mercados de alimentos y commodities, inicialmente se intentó probar la estacionariedad de la serie en estudio. Posteriormente, se utilizó la prueba de cointegración de Engle y Granger y la prueba de cointegración de Johansen. Para analizar si existe relación causal entre las series estudiadas, se realizó la prueba de causalidad de Granger. Se encontró que existe una relación a largo plazo entre los precios de los alimentos y los productos básicos agrícolas, por lo que los cambios en los precios de los productos básicos pueden afectar los precios de los alimentos.

Palabras clave: Cointegración. Transmisión de precios. Productos básicos. Alimentos.

Relationship between food prices and agricultural commodities

Abstract

The objective of the present work was to verify if there is a long-term relationship and price transmission between the agricultural commodities and food staples markets. To achieve the objectives of the research, which involves the analysis of the transmission of prices in the food and commodities markets, initially, we tried to test the stationarity of the series under study. Subsequently, the Engle and Granger cointegration test and the Johansen cointegration test were used. To analyze whether there is a causal relationship between the series studied, the Granger causality test was performed. It was found that there is a long-term relationship between the prices of food and agricultural commodities, so that changes in commodity prices can affect food prices.

Keywords: Cointegration. Price transmission. Commodities. Foods.

Referências

- ABDLAZIZ, R. A.; RAHIM, K. A.; ADAMU, P. Oil and Food Prices Co-integration Nexus for Indonesia: A Non-linear Autoregressive Distributed Lag Analysis. *International Journal of Energy Economics and Policy*, v. 6, n. 1, p. 82-87, 2016.
- AKÉ, S. C. The Nonlinear Relation between Biofuels and Food Prices. *Investigación Económica*, v. 76, n. 299, p. 3-26, 2017.

- AL-MAADID, A. *et al.* Spillovers between food and energy prices and structural breaks. *International Economics*, v. 150, p. 1-18, 2017.
- BUENO, R. L. S. *Econometria de Séries Temporais*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- CEBALLOS, F. *et al.* Grain Price and Volatility Transmission from International to Domestic Markets in Developing Countries. *World Development*, v. 94, p. 305-320, 2017.
- DICKEY, D. A.; FULLER, W. A. Distribution of the estimators for autoregressive times series with a unit root. *Journal of the American Statistical Association*, v. 74, p. 427-431, 1979.
- ENDERS, W.; SIKLOS, P. Cointegration and threshold adjustment. *Journal of Business and Economic Statistics*, v. 19, n. 2, p. 166-176, 2001.
- ENGLE, R. F.; GRANGER, C. W. J. Co-integration and Error Correction: Representation, Estimation, and Testing. *Econometrica*, v. 55, p. 251-276, 1987.
- FASANYA, I.; AKINBOWALE, S. Modelling the return and volatility spillovers of crude oil and food prices in Nigeria. *Energy*, v. 169, p. 186-205, 2019.
- FILIP, O. *et al.* Food versus fuel: an updated and expanded evidence. *Energy Economics*, 2017.
- GILBERT, C. How to Understand High Food Prices. *Journal of Agricultural Economics*, 2010.
- GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria Básica*. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.
- HILL, C.; GRIFFITHS, W.; JUDGE, G. *Econometria*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- JAWAD, S. *et al.* Asymmetric risk spillovers between oil and agricultural commodities. *Energy Policy*, v. 118, n. August 2017, p. 182-198, 2018.
- JOHANSEN, S. Statistical analysis of cointegration vectors. *Journal of Economic Dynamics and Control*, v. 12, n. 2-3, p. 231-254, 1988.
- NICOLA, F.; PACE, P. De; HERNANDEZ, M. A. Co-movement of major energy, agricultural, and food commodity price returns: a time-series assessment. *Energy Economics*, v. 57, p. 28-41, 2016.
- PAL, D.; MITRA, S. K. Interdependence between crude oil and world food prices: A detrended cross correlation analysis. *Physica A*, v. 492, p. 1032-1044, 2018.
- PAL, D.; MITRA, S. K. Time-frequency contained co-movement of crude oil and world food prices: A wavelet-based analysis. *Energy Economics*, 2017.
- PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. *Econometria*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- REZENDE, J. D. S.; OLIVEIRA NETO, O. J. de; SILVA, K. A. Volatilidade e Transmissão dos Preços Internacionais do Trigo para os Preços Domésticos do Trigo e Derivados no Brasil. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, v. 10, n. 1, p. 132-159, 2018.
- STOCK, J. H.; WATSON, M. W. *Econometria*. São Paulo: Addison Wesley, 2004.
- TADASSE, G. *et al.* Drivers and triggers of international food price spikes and volatility. *Food Policy*, v. 47, p. 117-128, 2014.
- TORRES, D. A. P. Segurança alimentar e volatilidade de preços: uma discussão com base no projeto Foodsecure. *Revista de Política Agrícola*, v. 26, n. 2, p. 115-124, 2017.
- WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Comédias românticas: situações de consumo e idealização social

Cleber Nelson Dalbosco*

Resumo

O presente artigo busca, através de referencial bibliográfico da antropologia do consumo, comunicação, cinema, história e cultura, expor alguns elementos perceptíveis nos filmes do gênero comédia romântica. Para tal propósito, numa acepção interdisciplinar, são apresentados elementos que caracterizam os filmes de comédia romântica e o seu contexto social e cultural de origem: os Estados Unidos. Não deixa de ser uma relação hegemônica, que se instala primeiramente como um produto cinematográfico, mas, também, como um meio de propagação ideológica e cultural. Evidenciado fica, ao término deste artigo, que as comédias românticas inscrevem no imaginário público noções de existência social, cultural, bem como diferentes formas de consumo, sendo que, assim, estimulam ao *American way of life* como padrão a ser desejado, ambicionado e seguido, visto que o cinema jamais deixa de ser um veículo de comunicação de massa com amplo apelo e permeabilidade cultural.

Palavras-chave: *American way of life*. Comédia romântica. Consumo. Idealização social.

* Publicitário, Doutor em Letras pela Universidade de Passo Fundo. Professor nos cursos de comunicação e artes da Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo. E-mail: cleber-nelson@yahoo.com

Introdução

A sociedade contemporânea, dinamizada pelos processos de comunicação que servem de caminhos para disseminação de ideias, encontra-se alicerçada em fatores que muitas vezes são “sentidos”, mas nem sempre comunicados de maneira explícita. São frequentemente utilizados aportes e meios para efetivar mecanismos de conduta e comportamento social cujas finalidades pretendidas, por vezes, são escamoteadas na lógica do entretenimento.

O presente artigo traz como objeto os filmes de comédia romântica estadunidenses, o que oportuniza indagar: trata-se somente de mais um produto da e para a cultura de massa? Tem por finalidade apenas entreter, ou significa a exposição continuada de referenciais de conduta? Uma vez que comumente apresentam estrutura narrativa linear simples, com começo, meio e fim em ordem cronológica, final “previsível” e uma padronização mais ou menos frequente de personagens, permite-se questionar: quais as “promessas” que os filmes inscritos neste gênero tendem a conduzir?

No contexto das relações sociais, verificam-se conexões e constantes trocas simbólicas, e essas, por vezes, conduzem a racionalidade dos indivíduos para uma finalidade pretendida, ambicionada e ressignificada constantemente. As relações e intersubjetividades, neste processo, passam a ser conduzidas de maneira relativamente harmoniosa – já que não são impostas de maneira abrupta e violenta, e sim sutil – cuja persuasão é diluída na lógica do entretenimento.

O presente artigo pretende explicitar possíveis relações de cultura, consumo e hegemonia cultural através de um dos produtos de entretenimento mais amplamente difundidos no contexto das sociedades contemporâneas – sobretudo, nas ocidentais –, os filmes de comédia romântica. Neste gênero de produção cinematográfica, as ideias parecem ser conduzidas para uma lógica de constante retroalimentação do consumo, das idealizações e de certas expectativas estéticas, comportamentais e reiteradamente “cosméticas”. Tal como um produto de “luxo” que se populariza e se torna de amplo consumo e familiaridade, sendo massivamente produzido e divulgado.

Desse modo, pretende-se fazer um levantamento bibliográfico, a fim de compreender os mecanismos e as maneiras clichês de comunicação simbólica, cuja referencialidade reiterada e alicerçada nos imaginários sociais e de consumo, tendem a gerar o conformismo e a idealização de maneiras de ser, viver e sentir.

O artigo se divide em três partes, sendo a primeira a revisão de conceitos sobre o consumo entrelaçados com conceitos de cultura e sociedade mediatizada, seguida de considerações sobre o *American way of life* e, por fim, da compreensão do gênero comédia romântica, atentando para a descrição dos aspectos mais comuns no enredo de filmes deste gênero cinematográfico, sendo, portanto, uma consideração crítico-qualitativa.

Consumo, cultura e cinema

Por mais que se tente negar, viver é consumir. Tudo o que se entrelaça com a existência humana é consumo. Desde as coisas prioritárias, como alimentação, vestimentas para a proteção do corpo e condições básicas de saúde e descanso, até os bens supérfluos são relações de consumo. Negar isso é o mesmo que negar a necessidade de oxigênio para a vida humana. Aliás, o próprio oxigênio não deixa de ser um produto de consumo, embora não seja, necessariamente, criado por deliberadas ações humanas.

Mas, ao se considerar as dimensões do consumo, quer-se aqui chamar a atenção, em especial, para a sua dimensão simbólica. E, nisso, podem ser percebidas arestas que impactam a cultura, de forma a efetuar constantes apelos, reiterados e reiteráveis dos atos de aquisição, uso, expressividade e ostentação. O consumo, portanto, é uma instância de expressividade humana. Não mero acaso, nem, tampouco, exercício banal de existência humana, mas condição de todo ser humano que, ao mesmo tempo que vive em sociedade, consome, produz e demanda produtos. Produtos, sejam eles bens tangíveis ou intangíveis, prioritários ou supérfluos, são mecanismos de expressão da cultura e da existência humana. Não reside, pois, a humanidade como instância desconectada do contexto social e histórico. A cultura permeia todos os segmentos da vida.

Ou seja, todo e qualquer ato de consumo é essencialmente cultural. Ninguém come, veste, dorme, bebe e compra de forma genérica e abstrata. Toda atividade, das mais triviais e cotidianas às mais excepcionais e específicas, ocorre sempre em um determinado esquema simbólico que lhe dá sentido e significado. Do mesmo modo, todos os objetos, bens ou serviços são partes integrantes de sistemas de práticas e representações que os tornam significativos e, portanto, “reais” para determinados grupos e indivíduos (BARBOSA, 2006a, p. 108).

Assim, o consumo, no contexto das sociedades mediadas pelos meios de comunicação, no qual o cinema é um deles, potencializa sua profusão permanente de

sentidos e valores a serem postos em evidência, isto é, propagados. Há que se expor a necessidade de compreensão dos aparatos que legitimam a ordem das coisas/produtos culturais e sociais postos no contexto das sociedades capitalistas mediadas pelos veículos de comunicação.

Dentre os possíveis recortes, é foco deste artigo: a centralidade dada pela hegemonia do cinema estadunidense, que, através de seus filmes, tende a despertar, gerar, conduzir e legitimar ambições, expectativas, idealizações, sensibilidades e sensorialidades, tendo por fim último a adequação ao sistema social presente nos espaços/temporalidades circunscritos pela cultura audiovisual de procedência “norte-americana”.

Tal pressuposto parece trazer a relação entre os bens simbólicos – inclusive, os bens materiais – e o propagar de um estilo de vida, de consumo, vivência e “sonho” desejáveis, em que os produtos culturais servem para o extrapolar dos ideais de sucesso, conformismo, lógica de mensuração, exclusividade e desempenho social. Assim, há de se considerar que este mecanismo se legitima pela evidência de discursos que encontram no *American way of life* as bases para a construção de uma estrutura “pronta” e significativamente visível e audível em todos os cantos do planeta.

Dito de outro modo, seriam os ouvidos e as retinas desejosos não apenas do consumo de imagens – num primeiro momento –, mas desejosos, ambiciosos e constantemente ajustados para idealizações de “futuros” e concretizações de “sonhos” de uma vida planejada, coerente e perfeita, aos moldes de felicidade mediada e “coisificada” nos bens materiais e simbólicos. A felicidade, portanto, passaria a ser uma extensão indissociável dos objetos, marcas, modelos, condutas, comodidade, enfim, o amplo espectro do reflexo planejado por organizações/corporações. Isso posto, resultaria, por sua vez, no conformismo aceito e ressignificado, com maior ou menor aceitação cultural, pelas vias do entretenimento.

As relações evidenciadas nos filmes do gênero aqui referido, aparentemente cotidianas, e até mesmo banais, são consideradas num amplo interagir de forças que fazem das situações cômicas, enfim, do riso, mas também da cotidianidade representada através de personagens com certa “sutileza psicológica”¹. Há o estabelecimento de pronta-interação aos processos lúdicos, que, por sua vez, tendem a prontamente ser associados ao exaltar de qualidades “risonhas” da vida. Por trás de uma simples *gag*² parece estar legitimado todo um aparato de situações-molde,

cujos modelos são inseridos e tendentes a ser prontamente assimilados, copiados, desejados e reproduzidos continuamente.

A validade de tal proposta se justifica, se considerado for, a constante torrente de informações culturais disseminadas ao longo dos últimos 60/70 anos, em que relações de proximidade entre Brasil e Estados Unidos configuraram espaços constantes de recebimento de informações culturais e simbólicas. Sendo essas disseminadas quase na sua totalidade em sentido EUA para Brasil, criando assim uma preponderante presença e consolidação dos referenciais culturais estadunidenses como proposta de vida, estilo, organização social e abstrações de múltiplos alcanços, propósitos e dimensões que se inserem nos imaginários sociais.

Como exemplifica Antônio Pedro Tota (2000), o cinema foi o veículo a ter tratamento especial não apenas para disseminar o estilo de vida americano, como também para estreitar as relações entre Brasil e Estados Unidos no principiar da Segunda Guerra Mundial. Era pelas articulações do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA)³, chefiado pelo magnata Nelson Rockefeller, nomeado pelo então presidente Franklin Delano Roosevelt, que a cultura norte-americana era evidenciada, visto que:

O próprio Nelson era acionista da empresa cinematográfica RKO Pictures. [...]. Comparada à produção alemã, mesmo levando em conta a tradição do cinema do tempo da República de Weimar, a cinematografia americana estava em situação privilegiada. Com a guerra os filmes alemães já não alcançavam, depois do bloqueio britânico, nosso continente. O cinema americano ficou livre da concorrência e com isso se impôs absoluto. O OCIAA tratou de consolidar o papel do cinema enquanto veículo propagandístico da “causa” dos aliados. A Divisão de Cinema era considerada uma das mais importantes do Office, apesar de seu reduzido número de funcionários (TOTA, 2000, p. 62).

Perceptível, neste contexto, é a presença do cinema como um veículo persuasivo de propaganda em tempos de guerra. Assim, nota-se que há um processo de propagação e consumo simbólicos, cujo valor das imagens postas em movimento acarreta o desenrolar de outros movimentos, muito menos bruscos, por vezes significativamente menos evidentes. O movimento da imagem na tela dos cinemas, para além de ser capaz de informar, é hábil em formar e disseminar, em todo o complexo espaço das localizações e temporalidades, referências tais como: papéis sociais, condutas públicas e privadas, territorialidades, identidades e representações.

Dentro das possibilidades e recorrências ao se tratar de consumo, nos estudos das últimas décadas, permeando a antropologia do consumo, há o entendimento deste ato humano como uma arena de reflexos diversos que não podem ser

entendidos unicamente com base em acepções fechadas em si mesmo, como se fossem a expressão exata e imediata de influências previsíveis. Neste propósito, Carmem Migueles (2007, p. 10) expõe o panorama do universo das relações de consumo:

A antropologia do consumo nos permite compreender não apenas os atos de compra, mas toda a sociabilidade contemporânea, a motivação do homem no trabalho, os significados que ele cria para a sua vida, a forma como percebe as ameaças à sua família, a sua fragilidade no caos urbano, o modo como busca inserção social, reconhecimento, prestígio, e até mesmo como se manifesta politicamente, como constrói cidadania (como quando se nega a usar peles de animais em extinção, apesar do suposto *status* que isso lhe confere, ou quando usa uma roupa de *hippie* ou de *punk* para expressar seu descontentamento com o *status quo*, ou ainda quando usa uma roupa clássica e tradicional para indicar, ao contrário, que está comprometido com a ordem e as regras da sociedade).

Considera-se, portanto, que a dimensão do consumo é capaz de alcançar profusão e exponencialidade, ainda mais se forem levadas em conta as potencialidades do cinema enquanto sistema midiático, pois, juntamente com a capacidade de “imersão” do sujeito que contempla a narrativa e as imagens de um filme, são destilados valores e condutas. Assim sendo, é oportuno considerar que a imagem não vale por si só, mas pelas amplas possibilidades de relações que é capaz de estabelecer. Estas relações são, antes de qualquer coisa, processos de comunicação e sensorialidades compartilhadas.

É, assim, de significativa importância que a comunicação não seja esquecida como elemento centralizador, pois, como evidencia John B. Thompson (2011, p. 201), sobre “o conceito de cultura”, mais precisamente no tratar da “contextualização social das formas simbólicas” dentro da sua “Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa”:

Se as características dos contextos sociais são constitutivas da produção de formas simbólicas, são, também, constitutivas dos modos pelos quais essas formas são recebidas e entendidas. Tais formas são recebidas por indivíduos que estão situados em contextos sócio-históricos [sic] específicos, e as características sociais desses contextos moldam as maneiras pelas quais as formas simbólicas são por eles recebidas, entendidas e valorizadas.

A influência do contexto é, portanto, algo de significativa importância. As coisas não se situam num nada, mas habitam situações e espaços, muitas vezes

únicos nas condições que oferecem. Neles, ocorrem manifestações humanas, dadas justamente por particularidades do espaço, do tempo e das práticas culturais presentes. Uma vez que as mídias permeiam os espaços e inscrevem a percepção de determinadas épocas, elas também permitem a compreensão de certas percepções e evidências. Não por acaso, o autor prossegue, situando que:

O processo de recepção não é um processo passivo de assimilação; ao contrário, é um processo criativo de interpretação e avaliação no qual o significado das formas simbólicas é ativamente constituído e reconstituído. Os indivíduos não absorvem passivamente formas simbólicas mas, ativa e criativamente, *dão-lhes um sentido* e, por isso, produzem um significado no próprio processo de recepção (THOMPSON, 2011, p. 201, grifos do autor).

Isso permite dizer que ocorrem diferentes espécies de narrativas de cultura e sociedade. No meio midiático, o que parece estranho tende a logo ser incorporado de alguma maneira e a se configurar como algo “familiar” depois de um tempo. Porém, para que algo possa assim ser percebido, necessita a ação do receptor de uma mensagem, sendo que este não é apenas alguém “manipulado”, sem qualquer escolha, perdido na torrente de comunicação simbólica que lhe chega. Pelo contrário, partem dele a detecção e a seleção daquilo que lhe é importante, significativo, bom ou ruim.

Como explica Thompson (2011), os indivíduos não absorvem passivamente, eles buscam relações, lançando mão da criatividade, da interpretação – esta certamente sofrendo múltiplas influências provenientes dos mais diversos contextos –, o que torna possível afirmar que, para que possam existir narrativas sociais e culturais, inclusive provenientes das imagens, elas devem prescindir de atitudes participativas por parte dos espectadores/receptores. Pode-se dizer, então, que há instâncias culturais, grupos de referência, de convívio, que buscam e se esforçam no sentido de estarem interpretando “adequadamente” as mensagens, alinhando-se, muitas vezes sem querer, aos padrões da cultura difundida pelas mídias.

Ora, os meios de comunicação garantem mecanismos de propagação de discursos, sejam eles de ordem visual, sonora, verbal, icônica, etc. Mas, para que possam surtir algum efeito, os discursos devem estar em sintonia com certa expectativa e “familiaridade” do público. O público tende, de início, quase sempre, a ser resistente, e, embora possa ser persuadido, só o será naquilo que ele mesmo, enquanto universo de sujeitos receptores, permitir. A repetição de uma mensagem, não se pode negar, influencia a assimilação, a simpatia e certa inclinação favorável. Mas,

superdimensionar esta característica seria conferir poderes que, talvez, nem sempre os meios são capazes.

Ainda assim, é inegável que quem possui os meios possui mais chances de se tornar evidente do que aquela porção de seres sociais que não possuem qualquer acesso aos mesmos recursos. A arena do consumo é a arena da evidência, ao mesmo tempo que funciona como espaço de gestão e manutenção do poder. Afinal, a evidência de uns acarreta a percepção destes “uns”, dificultando, quiçá, a percepção dos “outros”. Os espaços de percepção e visibilidade são espaços de hegemonia.

American way of life

Já foi mencionada, no decorrer deste texto, a questão do “estilo de vida americano”, ou, em sua originária terminologia, do *American way of life*. Defini-lo não constitui tarefa fácil, pois é comum que esta expressão seja utilizada para referir tudo aquilo que, tendo procedência estadunidense, tenha, porventura, impactado outras culturas. Assim, a ampla difusão do termo acaba por confundir o entendimento sobre o que poderia ser este “estilo de vida americano”.

É necessário efetuar-se aqui uma breve contextualização histórica, visto que a “América para os americanos” nem sempre foi a “América” que comumente foi propagada a partir do pós-Segunda Guerra Mundial (IIGM). Mudanças ocorrem na cultura, na disposição social e na demanda mercadológica após este segundo confronto, originalmente europeu, que veio a ganhar proeminência em quase todo o globo.

Os *baby boomers* são a expressão prática de uma das mudanças que influenciaram a sociedade estadunidense, bem como a percepção de mercados e demandas após a IIGM. Devido à entrada dos Estados Unidos no conflito, os jovens em idade adulta eram convocados ao alistamento. Ao partirem ou ao retornarem, acabavam gerando filhos – uma maneira nem um pouco peculiar de deixar sua semente, sua “herança genética” para ao futuro, já que estavam expostos a uma situação hostil e incerta –, os quais foram geracionalmente denominados *baby boomers*.

Conforme David Willets (2010), o referido *boom* dos bebês não irá impactar apenas a economia, mas também, e sobretudo, a cultura. Afinal, nascidos entre 1943 e 1960, eles acabam sendo os jovens adultos dos anos 1960 e 1970. Pode-se inferir que um grande número de jovens, com mais ou menos a mesma idade, num mundo onde os meios de comunicação de massa ganhavam cada vez mais espaço,

criou as condições ideais para toda espécie de movimentos e reviravoltas estudantis transcorridas neste período, como, por exemplo, Maio de 1968 na França e o festival *Woodstock*⁴ nos EUA.

Esses momentos histórico-culturais não são o *American way of life*, mas foram criados por uma geração de pessoas que viveu, internalizou e sentiu todo o “esplendor” do “sonho americano”. Os *baby boomers* são aqueles que foram criados – afinal, eram crianças – quando o “estilo de vida americano” se impôs como uma realidade midiaticizada nas mais diversas formas, impulsionando o crescimento de bairros suburbanos que pela distância dos centros “justificavam” a compra de automóveis, mídia *outdoor*, e uma crescente população mediada consumidora de produtos midiáticos e, conseqüentemente, toda miríade de produtos e serviços anunciados.

Pode-se dizer que a geração *baby boom* é tributária dos esforços efetivados por seus pais, que, por sua vez, vivenciaram as ações do *New Deal*, que consistia em uma série de mudanças sociais e econômicas ocorridas entre 1933 e 1937 durante o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt. Este “novo acordo” propunha medidas que ambicionavam sanar os problemas sociais e econômicos decorrentes da crise de 1929, quando houve a drástica quebra de mercado de ações na Bolsa de Nova Iorque. Tais medidas acabaram por influenciar a vida estadunidense como um todo. Como pontua Robert M. Crunden (1990, p. 266, grifos nossos):

[...] os *New Dealers* colocaram em vigor medidas que realmente fizeram diferença para as massas que viviam suas vidas. Foram medidas que controlavam de uma maneira mais firme a economia, abandonavam o padrão ouro e restringiam as práticas comerciais numa escala sem precedentes. Criaram um número imenso de projetos para estimular o emprego, colocando as pessoas a trabalhar **mesmo quando não havia trabalho algum para fazer**. Colocaram em vigor o primeiro programa de seguridade social, de maneira que as pessoas idosas pudessem ter um mínimo de receita durante seus dias de aposentadoria.

Certamente que, num cenário de mudanças, em que se empregam pessoas mesmo quando “não há emprego”, criam-se oportunidades de mercado e, em decorrência, do *New Deal*, consistindo em certos “fracassos”, como é evidente no documento publicado pelo “Escritório de Assuntos Públicos” do “Departamento de Estado dos Estados Unidos (2012, p. 238):

Muitas das suas reformas foram concebidas à pressa e mal administradas; na verdade, algumas contradiziam as outras. Além disso nunca conseguiu restaurar a prosperidade. Contudo, as suas medidas proporcionaram uma ajuda palpável a milhões de americanos, lançaram as bases para uma nova e poderosa coligação política e trouxeram a cada cidadão um interesse renovado pelo governo.

Mas, de qualquer forma, “uma ajuda palpável” permite ponderar que houve alguns acréscimos à existência material e, inclusive, simbólica, na diária vivência “norte-americana”. Assim, a indústria ganhou força e representatividade, gerando bens de consumo e, ao mesmo tempo, vagas de trabalho e demanda por mais produtos e serviços correlacionados. É, inegavelmente, verificável uma estrutura social calcada no mercado de produção e consumo, que, com o advento do pós-Segunda Guerra Mundial, irá gerar uma valorização dos aspectos da “vida americana”, conforme expõe Paulo Roberto Ferreira da Cunha (2009, p. 72):

[...] com o *New Deal* e com o advento do mercado de consumo após a Segunda Guerra Mundial –, começou a ser definido e representado pelo conceito de *American way-of-life*: um modelo padronizado de vida, idealizado, onde há espaço para quem trabalha e quem quer progredir, usufruindo de todas as vantagens advindas da modernidade, especialmente em termos de bens de consumo. Neste mundo idealizado moldava-se o desejo de evolução e progresso de grupos daquela sociedade, na representação ofertada por conquistas e produtos adquiridos resultantes do processo de ascensão econômica e social.

A importância recai, portanto, no impacto que esse “estilo de vida americano” é capaz de gerar. E, certamente, os filmes estadunidenses, sobretudo, os hollywoodianos, irão acabar retratando situações que exemplificam essa condição de bem-estar material e social, assim como a compreensão do processo de disseminação e propagação de valores culturais e simbólicos capazes de influenciar a retroalimentação de ideários, simbologias e imaginários socioculturais que se proliferam nas vias do consumo das imagens cinematográficas.

O caso do cinema e da cultura audiovisual traz certa proximidade com o exercício de poder, estando, entre eles, a busca de legitimidade no uso das atribuições de poder, a proliferação e o consumo de bens materiais, culturais e simbólicos e, ainda, a convergência destes para a formação de um imaginário de conformismo e idealização no contexto das contemporâneas sociedades capitalistas. Nisso, o *American way of life* não deixa de incorporar algo que antecede o próprio *New Deal*: a figura do *self made man*. É a conhecida e amplamente propagada narrativa do homem que, nascido pobre, vence por esforço próprio as adversidades e se torna bem-sucedido. Como explicitado por Robert M. Crunden (1990, p. 160):

O *laissez-faire* tinha, no entanto, o poder de um mito e as idéias progressistas levaram um longo tempo para crescer. As razões foram muitas e complexas, mas pelo menos, algumas eram óbvias: alguns americanos, na realidade, podiam começar a vida como pobres sem educação e terminar a vida como filantropos milionários.

A lógica do *laissez-faire* nada mais era que a forma contracta dos pressupostos do liberalismo econômico. Ou seja, o Estado deveria regular minimamente e deixar que o próprio mercado e a iniciativa individual tratassem de equalizar as coisas através de seu próprio comportamento. Essa ideologia permitiu a propagação das narrativas de superação, que passaram a ser conhecidas e constantemente reproduzidas. As adversidades, o meio hostil e a necessidade de se adaptar e modificar o entorno são todos elementos que marcam a ideia do *self made man*. É o sujeito que se torna alguém distinto e reverenciável, digno de ser imitado justamente porque foi habilidoso em superar as circunstâncias. Sua trajetória de sucesso é quase como um atestado de seu próprio sucesso, servindo de referência para todos aqueles que desejam obter o mesmo, ou, como pontua a antropóloga Livia Barbosa (2006b, p. 37), no seu considerar sobre a “meritocracia à norte-americana”: “A popularização de biografias de *self made man* como Carnegie, Rockefeller, Harry Truman etc., a literatura popular e o cinema só fizeram reforçar essa idéia de que é possível sair do nada [...] e chegar à Casa Branca”.

É válido pontuar que tais trajetórias de sucesso não teriam o impacto cultural que têm caso não fossem disseminadas, narradas e representadas midiaticamente. Filmes que retratam biografias de empresários, inventores e cientistas, por exemplo, ajudam a inscrever o sujeito biografado cinematograficamente como “gênio”, como sujeito a ser referenciado como “único”. Porém, é no enfatizar o esforço, o percurso e a superação que faz com que tais figuras sociais sejam “copiadas”, criando empatia e identificação com o público. Ainda em Cruden (1990, p. 160-161), tem-se algo que caracteriza o *self made man*:

Ninguém ilustrou melhor os estranhos efeitos da riqueza na América do que Andrew Carnegie. Ali estava um homem nascido de uma classe muito pobre na Escócia, filho de uma família profundamente envolvida com o movimento cartista, forçada a emigrar por causa das condições na sua área. [...]. Carnegie veio para a América em criança, começou a trabalhar como rebobinador numa tecelagem ainda rapaz, subiu para a categoria de mensageiro no telégrafo local, e na sequência de muito trabalho duro e qualidades natas passou por telegrafista de estradas de ferro, inventor, e por último, homem de negócios independente.

A representatividade de Andrew Carnegie era tamanha que, para se ter uma ideia do montante acumulado pelo magnata na época, sua fortuna em valores contemporâneos estaria em torno de 75 bilhões de dólares (para valores ajustados em 2007⁵). Personagens outros poderiam ser citados como exemplos do homem que supera as condições do entorno em que vive, mas isso, por si só, não traz grande acréscimo à compreensão da “cultura americana”. É uma espécie de elogio da

superação e da ambição que faz a concepção do *self made man* algo significativo e persuasivo como exemplo a ser seguido, uma vez que sua fortuna possibilita aquisições materiais e um estilo de vida em que é valorizado justamente pelas coisas que representam sua riqueza.

Nos filmes do gênero comédia romântica, normalmente, o homem que acaba sendo o par romântico da protagonista apresenta a característica de ser bem-sucedido. Não necessariamente é um *self made man*, mas são comuns referências à cultura do executivo que dirige velozes carros esportivos ou, então, é conduzido por motorista numa suntuosa *limousine*. Tais manifestações nada mais representam do que a expressão do poderio econômico e, de alguma forma, também são a expressão da ambição. Ambas as atribuições, necessário pontuar, evidenciam a condição de “segurança econômica”, *status* social e diferenciação e, por isso, acabam sendo mais atraentes. Afinal, nesses filmes, não é comum a personagem central “perder a cabeça” por estar enlouquecidamente apaixonada por um mendigo.

Assim, são disseminados e vivenciados conceitos culturais, através da empatia com os personagens que são vistos na tela, despertando na audiência sentimentos de identificação. As representações femininas expostas, bem como as masculinas, passam a fazer parte do imaginário dos espectadores, que prontamente se tornam capazes de interagir mentalmente com os conceitos expostos. Não são apenas pessoas representando a singularidade de um indivíduo, mas são “tipos”, que passam a representar os comportamentos, as ideias e as ambições sociais.

Assim, firma-se a possível lógica de que uma determinada manifestação preponderante de poder não encontra toda a força em si mesma e arraigada ao processo de sua lógica intrínseca, mas se ampara e se faz valer de outras forças-poder, na acepção de potencialidades, que podem, por vezes, ser mais poderosas, mesmo quando sutis. Poder-se-ia falar em “colonização”, dada pelo recorrente e frequente consumo dos mesmos referenciais simbólico-culturais, pois não expressa apenas o vivenciar de bens materiais e simbólicos, também impacta, impressiona e inscreve as percepções bem como estimula certa conformidade nas maneiras de ser, viver e existir socialmente. Afinal, pode-se afirmar que nenhuma imagem sobrevive sem um espaço e uma cultura que prontamente sejam capazes de identificá-la. Ou seja, parece haver uma lógica de educação prévia, de alfabetização simbólica e conceitual.

O consumo romantizado

O cinema, como espécie de força propulsora de valores e ideias, capacita a condução de certas referencialidades e centralidades que tangenciam a cultura, a informação e o modo como as sociedades se organizam e se enxergam. Nesse panorama, a título de exemplificação, a aceitação de certas marcas e produtos é amplamente sentida antes mesmo que tais bens estejam disponíveis para o consumo. Afinal, o público é exposto a eles durante um tempo considerável, em diferentes filmes, tramas e narrativas.

Pode-se dizer que as situações de felicidade são representadas e associadas aos espaços de consumo, idealizados em situações cosmético-representativas expostas pelo propagar das imagens. Por exemplo, as motocicletas *Harley & Davidson*, antes mesmo de terem sua importação autorizada para o Brasil, já eram não somente conhecidas como amplamente cultuadas por motociclistas brasileiros.

Os filmes, acentuadamente de procedências estadunidense e europeia, trazem situações-paradigma que tendem a configurar as expectativas dos que assistem. São situações que acabam por gerar idealizações e inclinações de ação nos estados físicos e psíquicos desejáveis. Uma possível relação parece se estabelecer: a rotina e as diferentes maneiras de viver são reescritas pela competência e pelo impacto das imagens disseminadas. E as imagens, pela maneira como são propagadas, rotuladas e inscritas nas mais diversas circunstâncias, acabam por se fixar e conduzir os imaginários sociais.

Dentre as manifestações e instâncias/espços de expressão e mediação simbólica, o cinema, no que se refere aos filmes, apresenta sua significância pela capacidade de criar um mundo fechado em si, onde aquilo que não é posto na evidência da tela, muitas vezes, é temporariamente esquecido no advir dos fluxos de diversão e entretenimento. No momento-tela, no instante da projeção, por exemplo, é como se os indivíduos se desligassem do mundo, porém, certamente, estes mesmos indivíduos/espectadores buscam relações com o mundo em que vivem, com as sensações, emoções e situações que experimentam no cotidiano de suas vidas. Acepção semelhante é encontrada em Massimo Canevacci (1984, p. 130):

O produto filmico é oferecido como uma guloseima. Ele reduz as feridas do tempo de tempo de trabalho e do tempo de família socialmente necessários, estancando temporariamente suas hemorragias, impedindo a irrupção do tempo de morte, produzindo cicatrizações bem visíveis na face dos espectadores.

Diante de tais apontamentos, primeiramente, nota-se que as imagens expostas na tela se constituem como referências e tendem, num primeiro momento, a ser tomadas como algo fechado em si mesmo, obtuso no espaço do entretenimento, com potenciais expressivos na atitude e na sensação de “desligar-se do mundo”. Além disso, as imagens do cinema são capazes de influenciar e redimensionar as noções de mundo real, visto que são, muitas vezes, imagens-fetice e exposições idealizadas que guardam certas relações de verossimilhança com o mundo vivido. Não difere, em certa medida, daquilo que Edgar Morin (1997a, p. 35) chamou de “filmes-padrão”, que:

[...] tendem igualmente a oferecer amor, ação, humor, erotismo em doses variáveis; misturam os conteúdos viris (agressivos) e femininos (sentimentais), os temas juvenis e os temas adultos. A variedade, no seio de um jornal, de um filme, de um programa de rádio, visa a satisfazer todos os interesses e gostos de modo a obter o máximo de consumo.

Como tal, as imagens visíveis nas telas das salas de cinema, ou no espaço físico de uma residência numa simples televisão, ou na ubiquidade⁶ de um *smartphone*, por exemplo, não existem como mero artifício e situação de “faz-de-conta”, mas podem ser buscadas como reflexos de situações idealizadas e, até mesmo, como situações e objetos de desejo. Não são apenas imagens em movimento, mas, também, imagens-objeto, imagens-ideal, imagens-desejo.

E, tratando-se de desejo, talvez o terreno mais fértil e expositivo das ramificações e adequações sensoriais sejam os espaços/momentos de consumo. Nesses, a localização, a identificação, a legitimidade e, até mesmo, a identidade perpassam por uma lógica de aquisição. Esta aquisição, todavia, não surge unicamente por força “natural” das inclinações de espírito e inquietudes humanas. Pode-se dizer que floresce, inclusive, dos esforços, quase sempre deliberados com intuito de expansão das percepções e valorização constantes de certos objetos, situações, bens e serviços em detrimento de outros.

Devido à aproximação possível destas exposições, torna-se necessário evidenciar o entendimento de Carmem Migueles (2007) sobre o que é abarcado no amplo espaço do consumo. Pode-se dizer, tendo em consideração os aspectos levantados pela autora, que este é um espaço não apenas de objetos, mas, sobretudo, um espaço simbólico de manifestações polimórficas que atribuem sentidos e ordenamentos diversos no fluxo das existências humanas em sociedade.

É uma forma de pensar o homem contemporâneo em seus múltiplos papéis e funções, observando como estes são construídos no cotidiano. Construimos a nossa identidade, amamos, incluímos, desprezamos e excluimos via atos de consumo sem nos darmos conta disso. [...]. Amamos via consumo cada vez que decidimos investir recursos tão duramente acumulados para nos tornarmos belos para os outros, escolhendo roupas e acessórios que comunicam quem somos para os membros da nossa “tribo”. Ou quando gastamos nossa poupança comprando uma roupa de noite, que usaremos apenas uma vez, para celebrar o casamento de um amigo querido, em vez de aplicarmos esses recursos de forma mais economicamente eficaz. Por outro lado, excluimos e nos afastamos quando olhamos com desprezo para o gosto de pessoas de tribos diferentes da nossa, menosprezando sua estética e afirmando: não sei como tem gente que consegue usar essas coisas! (MIGUELES, 2007, p. 9-10).

Como exposto, o entendimento da lógica do consumo permite questionar elementos que se fazem presentes na narrativa e no rol de situações identificáveis nos filmes de comédia romântica. Quantos destes filmes envolvem, ou têm como mote condutor da história, preparos, encontros, desencontros, convívios, conflitos e desavenças, bem como todas as imagináveis e inimagináveis situações que estão ligadas à ideia de matrimônio e suas ritualidades? É, por exemplo, o caso dos protagonistas dos filmes de comédia romântica, que, como pontua Cecília A. R. Lima (2010, p. 29), “[...] são facilmente comparados aos príncipes e princesas infantis, contando com a ajuda de fadas madrinhas para atingir seus objetivos”.

As ditas “fadas madrinhas” não destoam das classificações e tipologias de personagens, em que “escada” ou “orelha”⁷ – para citar apenas algumas terminologias – inscrevem a lógica de apoio ao personagem central. Servem eles para sugerir caminhos, aconselhar, desabafar e motivar os personagens centrais, oferecendo a ideia de certeza e de coisa certa a ser feita. Porém, não enveredando pelas diversas nomenclaturas e terminologias existentes, o que se busca é visualizar os mecanismos, as promessas e as padronizações evidenciadas nas comédias românticas. Entre as promessas, há de se considerar “o sonho de amor eterno”.

Esse sonho condiciona de alguma forma a felicidade da mulher, protagonista, à companhia de um homem. Mesmo que seja bem sucedida financeira e materialmente, ela será apenas uma “pobre menina rica”, enquanto não encontrar seu grande amor. Ele, é claro, não pode ser representado por qualquer homem: deve ser um homem que corresponda a um ideal social específico e selecionado para atender à mulher burguesa. A beleza do príncipe encantado é fundamental, assim como seus valores éticos. Ele deve ser sensível, honesto, capaz de se comprometer amorosamente e compartilhar sua intimidade (LIMA, 2010, p. 29).

Dito de outra maneira, quantos dos filmes inscritos sob a égide do rótulo comédia romântica não são sobre casamentos? Ao final da narrativa, concretizam-se sua

força numa emocionante representação de felicidade compartilhada e sensível – os tão amados e criticados *happy ends* – em que a situação apresentada ao longo do filme, por mais adversa e controvertida, é resolvida com o par central concretizando o desfecho em clima sorridente exposto num estonteante beijo cinematograficamente coreografado e plasticamente fotografado em tons leves, suaves e indiciários de arquétipos-signo de felicidade, liberdade e alegria.

O *happy end* não consiste em apenas ser a felicidade esboçada na tela, mas é a promessa de felicidade materializada, visível e, de alguma maneira, “tátil”, pois, se é representada na tela, é porque existe. Tamanha é a representatividade do *happy end*, que Edgar Morin dedicou um capítulo inteiro de uma de suas obras ao tema. Para além de fazer asserções sobre a cultura de massas no século XX, o autor jamais desconsidera a lógica do consumo e o efeito disso nos filmes e na narrativa:

Uma revolução no reino do imaginário se dá com a irrupção em massa do *happy end*. A idéia de felicidade [...] se torna o núcleo afetivo do novo imaginário. Correlativamente, o *happy end* implica um apego intensificado de identificação com o herói. [...] O elo sentimental e pessoal que se estabelece entre espectador e herói é tal, no novo clima de simpatia, de realismo e de psicologismo, que o espectador não suporta mais que seu *alter ego* seja imolado. Pelo contrário, ele espera o sucesso, o êxito, a prova de que a felicidade é possível (MORIN, 1997b, p. 93).

Nisso, percebe-se a ruptura com a noção “clássica” de herói, visto que, tradicionalmente, o herói trágico tem como sua acentuada característica a inexorável condição de estar condenado à morte. O herói que não morre, que não é “imolado”, como pontua Morin, desconstrói este imaginário tradicional de herói, para imprimir um novo perfil: o do sujeito ao qual a felicidade, depois de todos os percalços, não só é possível, mas, também, figura como segura e certa.

O diretor de fotografia, Edgar Moura (1999), em suas considerações sobre iluminação, não deixa passar em branco algo que sinaliza a típica maneira de como as comédias são fotografadas. Pontuando sobre “a relação de contraste e a intensidade da compensação”, o experiente fotógrafo cinematográfico explicita:

As comédias também têm um código; são feitas com pouco contraste. Primeiro, porque não seria agradável ver gente fazendo graça com o clima pesado das sobras profundas [referência à fotografia dos filmes *noir*]. Segundo, porque é mais fácil e rápido fazer uma fotografia chapada, sem contraste, como dizem os iluminadores de televisão. E como ninguém vai ver comédia para ver efeitos de luz e sombra, faz-se só o necessário para que os atores sejam vistos. E pronto. [...] Luz por todo lado, para todos e tudo (MOURA, 1999, p. 191).

Embora aqui a centralidade não sejam os aspectos técnicos, como é o caso da fotografia, é interessante notar que a utilização da luz em comédias segue, mais ou menos, sempre essas definições, como atesta Moura. No cenário bem iluminado, trazendo tudo em foco e claramente fotografado, pode-se inferir que se potencializam a atenção aos diálogos, as ações dos personagens e a visibilidade das situações propostas pelo enredo. Certamente, se houvesse, nas comédias românticas, uma escala maior de contraste, a tônica visual e emocional do gênero seria outra. Diluem-se as evidências e, no escuro, permanecem as dúvidas, sendo algo muito mais “misterioso” do que propriamente cômico. Afinal, a comédia extrai sua força dos contratempos do cotidiano, da banalidade e das promessas de “alegria”.

Desse modo, tais representações e maneiras de conduzir reificam⁸ argumentações e formas narrativas, que tentam evidenciar as mais amplas e possíveis combinações e até, pode-se dizer, as “diversidades culturais” – os tipos de casais de etnias estereotipadamente retratadas –, bem como tipos profissionais, apenas para ficar em dois exemplos. Essas representações acabam fazendo a gestão simbólica de uma série de elementos que passam a ser idealizados em situações nas quais o derradeiro e quase inexorável fim é o casamento.

Assim, pode-se dizer que são propostas que já não se configuram apenas como uma das hegemônicas maneiras de ver o estilo/modo de enlace matrimonial proveniente da realidade de um país, no caso os Estados Unidos, mas se pode inferir que acabam sendo o estilo e o modo de se comportar, desejar e consumir um casamento em qualquer parte do mundo, em que várias vezes o mesmo esquema de imagens e tipos ideais é proposto e está presente através das obras cinematográficas do gênero comédia romântica. Cecília A. R. Lima (2010 p. 26), ao considerar especificamente sobre a comédia romântica, expõe:

[...] a obviedade faz parte de sua estrutura. Os personagens não vão muito além de estereótipos homogêneos, o que colabora para produzir um efeito de superficialidade no gênero. Visualmente, essa simplicidade também se confirma: os planos de filmagem são tradicionais e pouco inovadores; o tempo narrativo normalmente é cronológico, e, não raro, as letras das músicas tocadas servem como verdadeiras descrições da cena ou dos sentimentos de um personagem específico. Tudo obedecendo às “leis de Hollywood”, para poupar o espectador de qualquer esforço e garantir a audiência de um público que “diverte-se com as intrigas orientadas, do ponto de vista lógico e cronológico, para um *happy end*.”

Configura-se o cinema estadunidense como um produto de alcance e dimensões globais, sendo capaz de, enquanto produto, (re)agir sobre as mais diversas sociedades. Desta forma, seria um processo midiático de alcance intercultural, que

se insere na lógica da presença permanente, isto é, hegemônica. Alfredo Manevy (2008, p. 257), ao pontuar sobre a “legitimidade e complexidade do sistema”, referindo-se ao cinema “norte-americano”, atenta: “Em muitos sentidos, compreender a produção americana é compreender criticamente aspectos formadores de nós mesmos, brasileiros – imbricados que estamos, de forma tão desigual, na indústria cultural e televisiva”. Este aspecto não deixa de ser significativo e evidencia uma relação feita por uma histórica preponderância e assimilação de “tipos” e conteúdos que são provenientes dos Estados Unidos. É a presença cultural, seus costumes, ideologias e idioma que se coadunam na exposição de uma sociedade tecnologicamente desenvolvida, mediatizada e materialmente rica, que influenciam os modos “brasileiros” de ser. Tudo acaba sendo contaminado pela cultura “norte-americana”. É, portanto, uma expressão de hegemonia cultural, que se inscreve ao longo do tempo, reiteradamente, nos imaginários sociais e culturais dos mais diversos países, entre eles, volta-se a enfatizar, o Brasil.

Agora, mais propriamente sobre a “idéia de gênero no cinema americano”, Edward Buscombe (2005, p. 315) traça sua argumentação no sentido de não apenas contrapor certas noções e referências sobre gênero cinematográfico, mas chama a atenção como o próprio artista que, ao realizar os filmes segundo critérios de algum gênero, “recebe um padrão formal que dirige e disciplina seu trabalho”, e, ainda segundo o autor: “De certo modo, isso impõe limitações”.

Para além dessas ponderações, resumidas pela significância de tais assertivas, as palavras de Buscombe permitem perceber a importância e a necessidade de reconhecimento que se estabelece entre o público e as obras cinematográficas dentro de uma determinada cultura “como expressão de uma personalidade artística”. Como atesta o autor:

Isso pode ser mais bem compreendido através da noção de que um filme de gênero depende de uma combinação de novidade e familiaridade. As convenções de gênero são conhecidas e reconhecidas pelo público, e tal reconhecimento já é, por si só, um prazer estético. A arte popular, na verdade, sempre dependeu disso (BUSCOMBE, 2005, p. 315).

Há de se ter, portanto, que a noção de gênero estabelecida pela indústria cinematográfica americana congrega a realização de elementos que se formam num caldeirão de situações prontamente reconhecíveis e desejáveis, portanto, assimiláveis e consumíveis. Assim, gera-se, em certa medida, uma lógica de reencontro e constante reafirmação de posições e valores, sendo que a arte seria dependente deste processo e, assim, cumpriria seu papel de causadora de prazer/fruição

estética. Isso se deve à particularidade de ser prontamente reconhecida em suas convenções/maneiras de expressão. Ainda, Buscombe (2005, p. 315) pondera sobre a divisão entre “cultura de elite” e “cultura de massa”, trazendo que:

Um dos principais méritos do cinema americano é não deixar que isso aconteça completamente. Nesse sentido, o cinema popular (que é quase, mas não totalmente, sinônimo de cinema americano) oferece uma das mais ricas fontes de material a quem ensina arte a um público sem alta sofisticação cultural. Quem não está convencido disso pode argumentar que o oposto da excentricidade é o clichê. É verdade que, se um diretor copiar fielmente as convenções, em vez de utilizá-las, teremos um filme que é exatamente aquilo de que Hollywood é acusada de produzir: uma sucessão previsível de situações e imagens.

Nota-se certo entrelaçamento de como se constituem significados socialmente inscritos, pois é possível de serem apontadas as categorias, provenientes das palavras de Buscombe, “cinema popular” e “cinema americano”, constituindo significados quase mútuos e, assim sendo, desempenhando uma espécie de função – quase um dever – de ser, numa possível leitura metafórica, uma cartilha que ensina arte e gostos estéticos para o grande público. Este não seria um público qualquer, sem face. A face deste público é dada pela “falta de sofisticação”, ou seja, não seria um público afeito aos grandes debates e às questões teóricas como plano de fundo nas tramas. Tratar-se-ia de um público amplo, internalizado com os elementos expostos na tela, segundo e seguindo um determinado gênero, e que iria em busca de entretenimento ao mesmo tempo em que estaria sendo educado nos moldes daquelas imagens e situações expostas.

Dois filmes diferentes, a mesma promessa

A fim de facilitar o entendimento, a análise aqui empreendida procede a seguinte sistematização: primeiro, separadamente e de modo breve, descreve-se o enredo dos filmes *Um lugar chamado Notting Hill* (1999) e *A proposta* (2009). Num segundo momento, tecem-se os apontamentos que constituem a análise, para tal, recorrendo a um processo comparativo entre os dois filmes. É necessário ressaltar que se trata de uma análise dada por critérios subjetivos que são considerados tendo em vista a proposição dos temas discutidos ao longo do presente artigo, sendo, portanto, consumo e suas representações.

Em *Notting*: *Will and Anna*

A proposição central do enredo de *Um lugar chamado Notting Hill*, filme lançado em 1999, dá-se pelo encontro de Anna Scott (Julia Roberts) e William Tracker (Hugh Grant). Ele, um simples proprietário de uma livraria especializada em mapas e livros de viagem; ela, uma imponente atriz norte-americana, vedete principal da época, que está na Inglaterra durante divulgação de um longa-metragem. A livraria é o cenário do encontro inicial entre os dois, que trocam olhares quando ela adentra a loja. Meio sem jeito, porém interessado, William irá atendê-la. Ela acaba saindo da livraria, apresentando o comportamento típico de qualquer cliente. Ao se dar conta de quem ela é e representa, William segue o rastro e vai atrás dela. Ao localizá-la, esbarra e faz com que ela acabe molhando a roupa com o suco de laranja que tinha em mãos.

O “caso” principia propriamente quando William, desculpando-se, oferece a sua casa, que é perto da livraria, para que ela possa se secar. Acabam conversando e ela, num ato impulsivo, acaba beijando-o. Dias depois, quando está na cidade, hospedada em um hotel, Anna envia uma mensagem para William, que, recebendo, vai ao encontro dela, onde está acontecendo uma coletiva sobre o último filme que ela estreou. Ele aguarda o término da entrevista, quando então ela diz que está disponível. William acaba falando sobre a festa de aniversário de sua irmã, Anna mostra interesse em ir à festa.

Anna e Will acabam se envolvendo de tal modo que ela passará uma noite na casa dele. E, ao ouvir o soar da porta, Will, ao abrir, irá se deparar com um universo de fotógrafos e jornalistas. Essa situação gera o rompimento, com Anna partindo. Meses após o ocorrido, Will irá tentar encontrar Anna no *set* de filmagem durante a produção de um filme. Ele tem acesso a fones de ouvido durante a pausa da filmagem, enquanto Anna e outro ator estão conversando. Ao ser questionada por seu colega sobre o relacionamento que teve com Will, ela irá admitir como algo passageiro e sem importância. Will, ao ouvir isso, abandona o *set*.

Anna, posteriormente, visita Will na livraria e tenta presentear-lo com uma pintura original de Marc Chagall⁹, da qual ela havia notado que ele tinha uma cópia na parede de casa. Contrariado e chateado com o que ouviu quando ela conversava com o colega ator no *set* de filmagem, ele demonstra resistência e argumenta sobre a impossibilidade dos dois, visto que vivem em mundos diferentes. Ela explica que falou aquilo apenas para despistar o colega, que é um notório

fofoqueiro, e contra-argumenta falando que a fama não é algo real e que no fundo ela não passa de “uma garota pedindo a um garoto para que ele a ame”. Ela sai da loja deixando o presente para trás, ainda embrulhado, com nele inscrito: “*how being in love should be*”¹⁰.

Apoiado pelos amigos e pela irmã, Will decide sustentar sua posição, mas, sendo contrariado por seu esquisito amigo Spike, Will finalmente decide ir atrás de Anna, vindo a saber que ela está numa entrevista coletiva no hotel. Ele novamente se faz passar por jornalista e faz uma série de perguntas que acabam revelando o relacionamento entre ambos. O filme finaliza com uma série de *inserts* de momentos – inclusive o casamento –, estando os dois num banco de praça, onde ela repousa grávida com a cabeça apoiada no colo dele, enquanto ele lê para ela.

Proposteando casamento: *Margaret and Andrew*

Em linhas gerais, o enredo de *A proposta*, lançado em 2009, está centrado na proposta que Margaret Tate (Sandra Bullock) irá fazer ao seu assistente Andrew Paxton (Ryan Reynolds). Ela é uma poderosa executiva de uma grande editora, mas, por ser canadense e estar com o visto vencido, propõe ao seu assistente que se case com ela, a fim de, posteriormente, quando ela conseguir o visto permanente, efetuarem divórcio. Ele, por sua vez, tem o intuito de ir ao Alasca visitar a família, na comemoração dos 90 anos de sua avó. Ela acaba indo junto e, para sua surpresa, descobre que ele é o único herdeiro de uma família riquíssima. Diante de uma série de encontros, desencontros e pequenos conflitos ao longo de três dias que permanecem com a família dele, eles acabam cedendo à pressão da avó de Paxton em se casar na data do aniversário dela.

Ao chegarem no altar, durante a cerimônia, Margaret confessa, em frente aos convidados, a fraude, para a satisfação do, também presente, agente de imigração, que anteriormente os havia entrevistado antes de partirem para o Alasca. Ela decide, então, voltar a Nova Iorque, mas, quando está recolhendo as suas coisas do escritório, é surpreendida por Andrew, que entra e diz que aqueles foram três dias fantásticos e, expondo estar apaixonado, a beija em frente aos demais colegas do escritório, quando a pede em casamento, sendo, por isso, aplaudido. Ao término do filme, eles estão novamente em frente ao agente de imigração que “constata” a declarada paixão dos dois.

Em comum: livros, amores e idealizações

O que significativamente ambos os filmes apresentam é a situação de mulheres já economicamente estabelecidas e reconhecidas. Sendo que numa das narrativas está a centralidade de uma atriz norte-americana, famosa, que se apaixona por um livreiro. Na outra, desde o início, há uma relação de poder em que ela é uma importante chefe editorial, e ele, seu assistente. Não se configuram, portanto, como personagens de um conto de fadas “clássico”, pois não são dependentes da condição masculina, tampouco estão esperando o “príncipe encantado” que lhes salve.

Evidencia-se o protagonismo de mulheres bem-sucedidas que encabeçam o rumo de suas vidas. O amor “acontece”, como num feliz acaso, entre os percalços da vida. Não há uma relação de dependência, na qual o homem figura como a meta e o fim último para a realização da mulher. Mas, há, na figura masculina, a representatividade de um complementar ao universo da existência feminina. Nisso, reside uma valorização feminina, visto que a mulher não escolhe ficar com um homem por uma questão de dependência econômica, mas por uma escolha baseada no amor.

No caso de *Notting Hill*, a personagem de Julia Roberts se vê na condição de querer ou não transpor a barreira de sua condição de estrela de cinema e assumir seu envolvimento com o livreiro protagonizado por Hugh Grant. É ela quem terá de aceitar seu “cinderelo” de condição mais humilde. É ela que, ao entrar pela segunda vez na livraria dele levando consigo um presente, numa espécie de “pedido de desculpas”, está se inserindo na procura do príncipe cujo pé está adequado ao “sapato” esquecido na festa da noite anterior.

Já na narrativa de *A proposta*, a personagem de Sandra Bullock se encontra na condição de chefe do personagem de Ryan Reynolds. E, nesta situação, ele se submete aos mandos e desmandos dela unicamente porque tem a pretensão de vir a ser um escritor publicado por uma grande editora. Há, numa certa passagem do filme, em que ela, evidenciando comportamento irônico e indiferente, infere sobre como deve ser o apartamento que ele mora, em que ela chega a dizer que ele provavelmente vive cercado de livros em edições Penguin¹¹. Quando ela conhece a família dele, que mora no Alasca, surpreende-se, pois quem possui um padrão de vida elevadíssimo é ele, visto que é o único herdeiro de uma família riquíssima. Era um príncipe disfarçado de sapo.

Mas, no que tange ao universo do consumo e da propagação simbólica, em ambos os filmes, embora ocasionalmente estejam visíveis marcas e referências de

pontos turísticos, não há uma ênfase específica em objetos e produtos de consumo. A ênfase recai sobre os aspectos das situações de comportamento e particularidades culturais. Verifica-se, por exemplo, uma especial atenção aos elementos que constituem a direção de arte e a roteirização como complementares à narrativa, como quando Anna Scott vai até a loja de William Tracker pedir desculpas, é ele quem está vestindo uma camisa cor de rosa, ao passo que ela veste roupas em diferentes tons de azul. Afinal, este é o momento no qual ele é que está sendo “perseguido”. Tracker, o sobrenome de William, permite a tradução como “perseguidor”, “seguidor”, “farejador”.

Evidência de idealização, por exemplo, pode ser traduzida pela presença de Tracker, que persegue Anna. De igual modo, a personagem de Julia Roberts, não deixa de, sem querer, “perseguir” a ideia de ter um “amor”, afinal, é ela quem se coloca “frente a um garoto pedindo para que ele a ame”. Já o pedido de Margaret (Sandra Bullock) é quase uma imposição, uma negociata que ela faz com seu assistente. Ela não o ama, e ele não a suporta, mas acabam se apaixonando. É necessário considerar a inferência possível: será que Margaret Tate acabaria se interessando por Andrew Praxton (Ryan Reynolds) se ele fosse apenas um assistente oriundo de uma família tipicamente de classe média ou, quem sabe, proletária?

Príncipes são “ricos”, assim estão inscritos no imaginário. Se não fossem ricos e nobres, não seriam príncipes. A idealização de consumo não se inscreve apenas nas motivações explícitas e econômicas – verificáveis através dos incontáveis estudos que abordam *merchandising* editorial nos filmes – mas, também, por uma ética do poder econômico latente. Não basta ser “bonito”, “nobre”, “engraçado” e “gentil”, o príncipe das comédias românticas deve ser também *intere\$\$\$ante*¹², ou então, acenar com essa possibilidade.

Ainda assim, pode-se fazer uma leitura, quem sabe, temporal. *Um lugar chamado Notting Hill* é um filme de 1999, ao passo que *A proposta* surge dez anos depois. Uma década, em termos de consumo, estilos, padrões midiáticos de representação social, pode até ser um intervalo significativo de tempo. O que possibilitaria afirmar que cada um dos filmes trata de um “estilo” de ser circunscrito em um determinado tempo, para um perfil diferente de espectadores, mas, ainda assim, contemporâneos. Afinal, provavelmente sejam inexistentes e, talvez, pouco expressivas as comédias românticas de “época”, porém, em termos de comportamento humano, não se diferem tanto assim, pois, tanto a personagem de Roberts quando a de Bullock acabam sendo reféns do amor. É esta idealização da “descoberta do

grande amor” que se mantém como promessa universal, perene e permanente. O *happy end* glorifica a ideia de que tudo isso se materializou.

Se for levado em conta que todo sonho de consumo deixa de ser sonho quando se materializa, da mesma forma, o sonho de um grande amor acaba sendo a evidência de um objetivo de “consumo” a ser atingido. Assim como alguém que deseja um determinado produto exclusivo e sonha com o dia de sua aquisição, as comédias românticas enaltecem o consumo de um sonho possível. O sentimento, a esperança e o significado de encontrar alguém equivalem ao sonho de consumo.

Ainda é necessário pontuar que as locações onde um filme de sucesso se passa acabam servindo para “vender” não apenas conceitos, como também idealizações, sobre os lugares onde aquelas imagens foram rodadas. Não se trata de Julia Roberts ou de Sandra Bullock, mas, no consumo imaginário dos espectadores, antes de qualquer coisa, tem-se o vivenciar daquele estado de “graça” visto e testemunhado na tela, em que as atrizes deram vida ao sonho de encontro do amor “verdadeiro”. Não é mais o retratar de paisagens do distrito de Londres, nem do longínquo Alasca – estado mais “ao lado do Canadá” do que dos Estados Unidos, uma vez que foi comprado do então Império Russo em 1867 – mas, simplesmente, lugares “onde o amor acontece”.

Os conflitos e os “desencontros” é que fazem o suspense e geram a mobilidade da trama. Ao mesmo tempo em que sempre estão presentes os familiares dos personagens centrais, que acabam por acolher, ajudar, aconselhar, dificultar ou inviabilizar a concretude de o sonho romântico materializar-se. Também servem de inscrição de um apoio ao já comum imaginário de familiaridade necessária. É uma familiaridade em duas vias, sendo uma a familiaridade dos espectadores com questões semelhantes em suas vidas, e outra relacionada à ideia de família e sua necessária aceitação do(a) parceiro(a).

Em ambos os filmes, quem tem sua família presente são eles, e não elas. É isso que, inclusive, move a trama, visto que conflitos se originam de situações derivadas do contato delas com a família deles. No caso de *Um lugar chamado Notting Hill*, a protagonista não apresenta nenhum aspecto de parentesco, vivência ou importância familiar. Por ser uma estrela de cinema, pode-se dizer que sua “família” é o mundo, o público e os inquisitivos jornalistas, aos quais ela não deixa de “dar explicações”. Aliás, é pelo temor da família dela – isto é, seu público – que ela receia assumir o romance com o livreiro William Tracker.

O contato “familiar” de Anna Scott se opera pelo jantar de aniversário da irmã de William Tracker. É entre os amigos e familiares dele que ela vai estar inserida. É ela quem “se convida” quando ele menciona a data do aniversário da irmã. É ela, pode-se dizer, que “aceita” se inserir no universo das relações dele. O único momento em que algo da vida pessoal dela acontece, em relação a ele, é quando ambos estão num restaurante jantando e o namorado americano dela Jeff King (Alec Baldwin) chega sem se anunciar. Nesse instante, Tracker aceita fingir ser garçom e assim sai, resolvido a se ausentar da vida dela. O namorado dela não estava previsto, é algo que acabou “aparecendo”, mas está longe de ser algo programado. Ela, portanto, não parece ter familiar algum.

Já no filme *A proposta*, ela não possui família. Margaret Tate dedica-se ao seu trabalho, à sua carreira. Eles são o sinônimo de sua vida e, por extensão, o aspecto mais perene e “familiar” com o qual ela convive dia após dia. Ao mesmo tempo, o seu assistente de trabalho não deixa de ser o contato permanente em seus dias, sendo, pode-se inferir, alguém “familiar” na rotina da existência dela. Mas, isso não o inscreve como alguém a quem ela tenha de dar satisfações, pelo contrário, é alguém para quem ela dá ordens.

A personagem de Sandra Bullock, não deixa de ser a representação de uma espécie de “mãe”, controladora e ordenadora. Quando se depara com a família dele, ela já não mais ordena tudo, mas, pelo contrário, encontra-se em situação de necessária negociação, visto que, em certa altura da narrativa, ela terá de cumprir a agenda proposta pela mãe e pela avó de Andrew Praxton, que, além de organizarem prova de vestido, despedida de solteira, também iniciam ela no ritual de “família”, conduzido numa espécie de “dança do fogo” nas matas próximas à propriedade da família.

O casamento é elemento presente nos dois filmes. Em *Notting Hill*, ele se passa apenas como um rápido *insert*, como uma espécie de memória de Anna Scott, que, deitada em um banco de praça com a cabeça apoiada no colo de seu Tracker, parece ter o mundo e a vida resolvida, enquanto o seu ventre serve de indício de um futuro filho. Em *A proposta*, o casamento é condição inicial, mesmo considerando um divórcio futuro e programado, ele é a maneira de Margaret Tate permanecer nos EUA. Ao mesmo tempo, serve de mote e linha condutória de toda a ação dramática do filme. Andrew e Margaret não se casam, já que tudo não passava de uma mentira e ambos sabiam que se tratava de uma proposta que objetivava unicamente a obtenção de um requisito legal: o visto de permanência. Mas, a primeira mentira faz derivar a segunda mentira, que consiste na encenação que ambos concordam

como maneira de agradar a avó de Andrew Praxton. O casamento falso, por não ter acontecido, continua valorizado. Não se rompe e não se denegre, portanto, com a tradição, tão séria e moralmente instituída, do casamento. Preserva-se, portanto, a manutenção da celebração em nome do amor verdadeiro.

Assim, de maneiras distintas, os dois filmes trazem evidentes semelhanças em suas propostas narrativas, mas, para além disso, retratam o universo da idealização de uma relação e um encontro do “amor verdadeiro” num cenário de prosperidade. Metropolitano, no caso da Nova Iorque inicial de *A proposta*, ou interiorano, quase rural, no caso do Alasca, do mesmo filme, ambos não constituem cenários “agrestes”, grosseiros ou pobres. Assim como em *Notting Hill*, o bairro londrino serve aos olhos do mundo como um cenário urbano, desenvolvido e com proposição mais familiar aos centros metropolitanos de países desenvolvidos do que próximos aos cenários contrastantes de cidades e metrópoles de países em desenvolvimento, subdesenvolvidos ou, então, miseráveis.

Num viés crítico, o que parece estar sendo dito é que a felicidade de um grande amor só é vivenciável e encontrada em ambientes similares aos retratados nos filmes. Embora sejam apenas dois os filmes inscritos no gênero comédia romântica aqui analisados, percebe-se que cenários assim são não apenas lugar comum de tais representações narrativas, mas imperam, de certa forma, quase como o *sine qua non* de tais produtos audiovisuais. Pode-se dizer que não seria muito viável ambientar comédias românticas em países pobres. E se fosse possível, já não mais seriam comédias, mas estariam inscritas e pareceriam mais uma farsa ou, quem sabe, uma tragédia.

A tragédia maior seria de público, quem sabe. Sem um padrão de expectativas a serem atendidas, os “Trackers” ou “Paxtons”, em tais hipóteses, não pareceriam príncipes, e sim cocheiros. As “Annas” e “Margarets” talvez não parecessem tão poderosas e dignas de serem seguidas, ambicionadas e alimentadoras de imaginários, mas, ao contrário, serviriam de exemplos a serem evitados, pois, igualmente, não seriam bem-sucedidas “princesas”, mas, tão pura e simplesmente, “vítimas de uma ordem social injusta”.

Em suma, o consumo do gênero comédia romântica funciona por ser justamente uma promessa ao ideal de vida, consumo e ritualidade cotidiana do universo de países desenvolvidos. Londrino, nova-iorquino, seja qual for, o cenário denota um estilo *American way of life*, visto que as comédias românticas são a evidência do elogio do “sonho possível”, em que os escritórios são elegantes, a casa de “campo”

integra elementos calculadamente rústicos ao mesmo tempo que modernos, em que a família do futuro cônjuge mais apoia que atrapalha e, finalmente, em que o amor sempre vence, tendo-se, por fim, o casamento. Ou seja, estão longe de criar propostas que resultem em *Not(t)(h)ing*¹³.

Considerações finais

Pretendeu-se, através da exposição de diferentes conceitos, provenientes de amplas áreas do conhecimento, compreender características do gênero comédia romântica numa acepção de força criadora de idealizações de consumo e conformismo. Tal amplitude buscou nortear a discussão sobre este gênero cinematográfico, tendo no consumo das imagens a força geradora de formas de consumo derivadas. Em outras palavras, não seria o processo de “consumir” apenas produtos e serviços, mas, sobretudo, bens simbólicos, identidades, identificações e sociabilidades, procurando levar em conta que estes mecanismos se encontram alicerçados no panorama da mídia e seus aparatos, aqui entendidos como indissociáveis do todo complexo que configura o espaço público contemporâneo.

Assim, cinema não é apenas a coleção representativa de alguns filmes ou, então, a sequência de quadros fotográficos que transcorrem em diversos quadros por segundo e são projetados numa tela. Cinema não consiste, tão somente, no inventariar de estilos artísticos entrecruzados, frutos de um contexto histórico e cultural – exemplo disso, a tradicional divisão em “expressionismo alemão”, “neorrealismo italiano”, “*nouvelle vague* francesa”, “cinema novo brasileiro” –, mas reside na expressão de uma série de condutas, valores culturais, que, de tanto serem vistos, (re) exibidos, acabam por se tornar parte dos próprios espectadores/público.

O público, ou espectador, pouco importa se esteja sendo considerada a dimensão total ou unitária, consiste de pessoas. Pessoas são entes vivos, sociais e que necessitam se expressar e constantemente se identificar com aquilo que elas mesmas expressam ou com aquilo que outros expressam. Disso decore, em certa medida, o senso de pertencimento social. Não residem, as pessoas, na ausência de relações, na ausência de sonhos ou aquisições. Embora possam ocorrer apropriações simbólicas frequentes, bem como relações de poder, são elas que viabilizam a existência das pessoas em sociedade. Talvez, resulte disso não a sociedade “dos sonhos”, com promessas de “igualdade material para todos”, mas torna possível algo que, muitas vezes, fica esquecido: cinema é a resultante de uma série de processos econômicos,

culturais, sociais, cognitivos e, sobretudo, humanos, feito por humanos para que os próprios seres humanos possam continuar a sonhar, mesmo que sob a hegemonia de uns sobre os demais.

Romantic comedies: situations of consumption and social idealization

Abstract

The present article intends, through bibliographical reference of anthropology of the consumption, communication, cinema, history and culture, to expose some perceptible elements in the romantic comedy genre films. For this purpose, in an interdisciplinary way, are exposed elements that characterize the romantic comedy films and their social and cultural context of origin: United States of America. It is a hegemonic relation, which establishes itself first as a cinematographic product, but also as a media of ideological and cultural propagation. It is evidenced, in the end of this article, that romantic comedies inscribe, in the public imagination, notions of social, cultural existence, and different forms of consumption, and thus stimulate the American way of life as a pattern to be desired and followed, considering that cinema never ceases to be a vehicle of mass communication with wide appeal and cultural permeability.

Keywords: American way of life. Romantic comedy. Consumption. Social idealization.

Comedia romántica: situaciones de consumo e idealización social

Resumen

Este artículo busca, a través de una referencia bibliográfica de la antropología del consumo, la comunicación, el cine, la historia y la cultura, exponer algunos elementos perceptibles en las películas del género de la comedia romántica. Para ello, en un sentido interdisciplinario, se presentan elementos que caracterizan las películas de comedia romántica y su contexto social y cultural original: Estados Unidos. Sigue siendo una relación hegemónica, que se instala principalmente como producto cinematográfico, pero también como medio de propagación ideológica y cultural. Es evidente, al final de este artículo, que las comedias románticas inscriben nociones de existencia social y cultural en el imaginario público, así como diferentes formas de consumo, estimulando así el *American way of life* como un estándar idealista a ser deseado y seguido, ya que el cine nunca deja de ser un vehículo de comunicación de masas con un gran atractivo y permeabilidad cultural.

Palabras clave: American way of life. Comedia romántica. Consumo. Idealización social.

Referências

- WILLETS, D. *The Pinch*: how the baby boomers took their children's future and why they should give it back. London: Groove Atlantic Ltd., 2010.
- BARBOSA, L. Cultura, consumo e identidade: limpeza e poluição na sociedade brasileira contemporânea. In: BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (org.). *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006a. p. 107-136.
- BARBOSA, L. Talento e self-reliance ou a meritocracia à norte-americana. In: BARBOSA, L. *Igualdade e meritocracia*: a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006b. p. 36-48.
- BUSCOMBE, E. A idéia de gênero no cinema americano. In: RAMOS, F. P. (org.). *Teoria contemporânea do cinema*, volume II. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005. p. 303-318.
- CAMPOS, F. Personagem. In: CAMPOS, F. *Roteiro de cinema e televisão*: a arte e a técnica de imaginar, perceber e narrar uma história. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009. p. 139-164.
- CANEVACCI, M. O comportamento. In: CANEVACCI, M. *Antropologia do cinema*: do mito à indústria cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 128-153.
- COSTA, F. C. O primeiro cinema. In: MASCARELLO, F. (org.). *História do cinema mundial*. Campinas, SP: Papirus, 2006. p. 17-52.
- CRUNDEN, R. M. O sul, o oeste e a nação, 1815-1900. In: CRUNDEN, R. M. *Uma breve história da cultura americana*. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1990. p. 127-164.
- CUNHA, P. R. F. *O cinema musical norte-americano nos anos 1980*: análise de traços estéticos, temáticos e mercadológicos através dos filmes Fama e Flashdance. São Paulo, SP. 143 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2009.
- DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS. O “New Deal” e a Segunda Guerra Mundial. In: DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS. *Um esboço da história Americana*. [S. l.]: Escritório de Assuntos Públicos, 2012. p. 236-254.
- LIMA, C. A. R. A Comédia Romântica em Hollywood: o gosto da água com açúcar. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, v. 12, n.1, p. 23-30, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fem.2010.121.03>. Acesso em: 06 nov. 2020.
- MACIEL, L. C. O roteiro. In: MACIEL, L. C. *O poder do clímax*: fundamentos do roteiro de cinema e TV. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 15-31.
- MANEVY, A. Hollywood: a versatilidade do gênio do sistema. In: MASCARELLO, F. *Cinema mundial contemporâneo*. Campinas: Papirus, 2008. p. 253-268.
- MIGUELES, C. Introdução. In: MIGUELES, C. (org.). *Antropologia do consumo*: casos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 9-23.
- MORIN, E. O grande público. In: MORIN, E. *Cultura de massas no século XX*: neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997a. p. 35-47.
- MORIN, E. Simpatia e “Happy End”. In: MORIN, E. *Cultura de massas no século XX*: neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997b. p. 91-97.
- MOURA, E. A relação de contraste e a intensidade da compensação. In: MOURA, E. *50 anos luz, câmera e ação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999. p. 189-196.

SANTAELLA, L. *Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação*. São Paulo: Paulus, 2013.

SPITZ, B. *Barefoot in Babylon: the creation of the Woodstock music festival, 1969*. New York: Plume, 2014.

THE NEW YORK TIMES. *The Wealthiest Americans Ever*. 2007. Disponível em: http://www.nytimes.com/ref/business/20070715_GILDED_GRAPHIC.html#. Acesso em: 04 dez. 2020.

THOMPSON, J. B. O conceito de cultura. In: THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 163-215.

TOTA, A. P. Uma verdadeira “fábrica de ideologias”: o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs. In: TOTA, A. P. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 41-92.

Diretrizes para autores

Normas Revista *Teoria e Evidência Econômica* (UPF)

Apresentação do texto

Para efeito de padronização gráfica, os trabalhos deverão seguir, rigorosamente, as normas abaixo especificadas, sob o risco de não serem aceitos, independentemente da adequação do conteúdo. Os originais deverão conter as seguintes informações sobre o(s) autor(es): nome completo, titulação e instituição a que está vinculado, além de endereço eletrônico para correspondência.

1. Os artigos deverão ser originais e ter a seguinte estrutura: a) Título do trabalho: letras minúsculas nas iniciais do título, salvo palavras que exijam, pelas normas da língua portuguesa, o uso de letra maiúscula; b) Autoria: nome completo e e-mail dos autores (quando a autoria for de acadêmicos, a coautoria deverá ser do professor-orientador); c) Resumo/Palavras-chave: com no máximo 10 linhas, espaçamento entrelinhas simples, seguido de 3 a 5 palavras-chave, em português, em espanhol e em inglês; d) Introdução; e) Desenvolvimento (subdivisões do texto); f) Considerações finais; g) Referências; h) Notas de fim, quando necessário.
2. Os trabalhos deverão limitar-se a 35 (trinta e cinco) páginas, incluindo ilustrações, referências e notas de fim; sendo digitados em um editor de texto Word for Windows, com texto em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5; em uma única face de folha tamanho A4, com margens (superior e inferior, direita e esquerda) de 3 centímetros.
3. Resumo e Palavras-chave: o resumo deverá ser redigido em parágrafo único, frases concisas (não em tópicos), com verbos na voz ativa e na terceira pessoa do singular; as palavras-chave devem aparecer logo abaixo do resumo, separadas por ponto.
4. Ilustrações, tabelas e outros recursos visuais: deverão ter identificação completa (títulos - espaçamento simples, fonte 12, alinhamento justificado; legendas e fontes - espaçamento simples, fonte 10, alinhamento justificado) e ser numeradas consecutivamente, inseridas o mais próximo possível da menção no texto. Por se tratar de publicação em preto e branco, recomenda-se, na elaboração de gráficos, uso de texturas no lugar de cores. Em caso de fotos ou ilustrações mais elaboradas, deverá ser enviado arquivo anexo com os originais. Tabelas e quadros deverão estar no formato de texto, não como figuras. Imagens e/ou ilustrações deverão ser enviadas como “Documentos suplementares” em arquivo à parte, no

formato JPG, ou TIF, em alta resolução (no mínimo 300dpi). O autor é responsável pela autorização de publicação da imagem, bem como pelas referências correspondentes. Os dados utilizados para a elaboração de gráficos deverão ser enviados em arquivo separado ao texto, em formato Excel.

5. Símbolos: todos os símbolos deverão ser definidos no texto. Cada símbolo de medida deverá mencionar as unidades entre parênteses. Os grupos sem dimensão e os coeficientes deverão ser assim definidos e indicados.
6. Unidades e expressões matemáticas: as unidades de medição e abreviaturas deverão seguir o Sistema Internacional. Outras unidades poderão ser indicadas como informação complementar. As expressões matemáticas deverão ser evitadas ao longo do texto, como parte de uma sentença, orientando-se digitá-las em linhas separadas. As expressões matemáticas deverão ser identificadas em sequência e referidas no texto como Equação (1), Equação (2), etc. Todas as fórmulas deverão ser feitas no editor de fórmulas do Word.
7. Siglas: na primeira vez em que forem mencionadas, devem, antes de constar entre parênteses, ser escritas por extenso, conforme exemplo: Universidade de Passo Fundo (UPF).
8. Notas: deverão ser utilizadas apenas as de caráter explicativo e/ou aditivo. Não serão aceitas notas de rodapé (converter em notas de fim).
9. Destaques: deverá ser usado itálico para palavras estrangeiras com emprego não convencional, neologismos e títulos de obras/periódicos.
10. Citações: deverão obedecer à forma (SOBRENOME DO AUTOR, ANO) ou (SOBRENOME DO AUTOR, ANO, p. xx). Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, deverão ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (SOBRENOME DO AUTOR, ANOa) e (SOBRENOME DO AUTOR, ANOb). As citações com mais de três linhas devem constar sempre em novo parágrafo, em corpo 10, sem aspas, com espaçamento entrelinhas simples e recuo de 4 cm na margem esquerda. Deverá ser adotado uso de aspas duplas para citações diretas no corpo de texto (trechos com até três linhas). No caso de mais de três autores, indicar sobrenome do primeiro seguido da expressão latina et al. (sem itálico). A referência reduzida deverá ser incluída após a citação, e não ao lado do nome do autor, conforme exemplo: De acordo com Freire (1987, p. 69), “[...] o educador problematizador (re)faz, constantemente, seu ato cognoscente, na cognoscitividade dos educandos” (1987, p. 69).
11. Referências: deverão constar, exclusivamente, os textos citados, em ordem alfabética pelo nome do autor, seguindo as normas da ABNT. Deverá ser adotado o mesmo padrão em todas as referências: logo após o sobrenome, que será grafado em caixa

alta, apresentar o nome completo ou apenas as iniciais, sem misturar os dois tipos de registro (FREIRE, Paulo ou FREIRE, P.).

12. Ao Conselho Editorial reserva-se o direito de aceitar, aceitar com revisão, aceitar com resubmissão ou recusar os trabalhos encaminhados para publicação.
13. Os autores receberão um exemplar do número em que seu trabalho for publicado.

Exemplos de referências mais recorrentes

Livros:

SOBRENOME, Nome. *Título do livro*: subtítulo. Número de edição. Cidade: Editora, ano.

Capítulos de livros:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). *Título do livro*: subtítulo. Número de edição. Cidade: Editora, ano. p. xx-yy. (página inicial – final do capítulo).

Artigos em periódicos:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Nome do Periódico*, Cidade, v. ____ e/ou ano (ex.: ano 1), n. ____, p. xx-yy (página inicial – final do artigo), mês abreviado. ano.

Textos de publicações em eventos:

SOBRENOME, Nome. Título. In: NOME DO EVENTO, número da edição do evento em arábico, ano em que o evento ocorreu, cidade de realização do evento. *Tipo de publicação* (anais, resumos, relatórios). Cidade: Editora, ano. p. xx-yy (página inicial – final do trabalho).

Teses / Dissertações:

SOBRENOME, Nome. *Título da D/T*: subtítulo. Ano. Número de folhas. Dissertação/Tese (Mestrado em.../Doutorado em...) – Nome do Programa de Pós-Graduação ou Faculdade, Nome da IES, Cidade, Ano.

Sites:

AUTOR(ES). *Título* (da página, do programa, do serviço, etc.). Versão (se houver). Descrição física do meio. Disponível em: <http://...>. Acesso em: dd(dia). mês abreviado. aaaa(ano).

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em “Comentários ao Editor”.
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapasse os 2MB).
3. Todos os endereços de URLs no texto (Ex.: <http://www.ibict.br>) estão ativos e prontos para clicar.
4. O texto está em espaço espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico ao invés de sublinhar (exceto em endereços URL); com figuras e tabelas inseridas no texto, e não em seu final.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista.
6. A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos). Em caso de citação de autores, “Autor” e ano são usados na bibliografia e notas de rodapé, ao invés de Nome do autor, título do documento, etc.

Declaração de Direito Autoral

Os conceitos emitidos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es). A simples remessa do trabalho implica que o(s) autor(es) concordam que, em caso de aceitação para publicação, a Revista Teoria e Evidência Econômica (Brazilian Journal of Theoretical and Applied Economics) passa a ter os direitos autorais para a veiculação dos artigos, tanto em formato impresso como eletrônico a eles referentes, os quais se tornarão propriedade exclusiva da Revista Teoria e Evidência Econômica (Brazilian Journal of Theoretical and Applied Economics). É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que seja explicitamente citada a fonte completa.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

